

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAED- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

JUARINA ANA DA SILVEIRA SOUZA

**PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL**

JUIZ DE FORA
2014

JUARINA ANA DA SILVEIRA SOUZA

**PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador (a): Prof. Dr. Alexandre
Chibebe Nicolella

JUIZ DE FORA

2014

TERMO DE APROVAÇÃO

JUARINA ANA DA SILVEIRA SOUZA

**PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
INSTITUIÇÃO DE ENSINO PROFISSIONAL**

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional, aprovada em __/__/____.*

Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella

Membro da Banca

Membro da Banca

Juiz de Fora, agosto de 2014.

**A EDUCAÇÃO É A ARMA MAIS PODEROSA QUE SE
PODE USAR PARA MUDAR O MUNDO.**

NELSON MANDELA

**VOCÊ NUNCA SABE QUE RESULTADOS VIRÃO DA
SUA AÇÃO. MAS SE VOCÊ NÃO FIZER NADA, NÃO
EXISTIRÃO RESULTADOS.**

MAHATMA GANDHI

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer durante esta caminhada, que não foi fácil, mas agora, feliz, estou colhendo os frutos. Acima de tudo, sou grata a Deus por ter me dado esta oportunidade e forças para continuar e vencer este desafio. Além Dele, muitas pessoas contribuíram com esta conquista. Meus sinceros agradecimentos:

Aos meus queridos pais Juarez e Jurineide por terem sempre me incentivado a seguir o caminho da educação para realização das minhas conquistas/sonhos e por estarem sempre, incondicionalmente, do meu lado;

Aos meus amados irmãos: Juarez, Juliana, Juliane, Raquel e familiares por sempre me apoiarem e sempre se alegrarem pelo meu sucesso;

Ao meu esposo pela paciência e compreensão pelas minhas ausências durante esta longa trajetória. Sem o seu companheirismo ficaria muito mais difícil chegar até aqui;

À minha princesinha Isabele que me acompanha nesta trajetória desde o ventre e que por vários momentos deixei-lhe de dar um pouco do meu aconchego de mãe para se dedicar a este estudo;

A toda a equipe de orientação: Prof^o Alexandre Nicolella, Mariana Calife, Priscila Cunha e Sheila Rigante pelo incentivo e paciência na condução desse processo. Meu muito obrigado!

A todos os professores e colegas de curso pela contribuição dada para o meu aperfeiçoamento pessoal e profissional durante este curso; aos colegas, principalmente, nos momentos presenciais quando vivenciamos muitos momentos de alegria e descontração;

À Gestão do *Campus* São Gonçalo do Amarante que viabilizou a minha participação nos períodos presenciais em Juiz de Fora – MG; aos meus de colegas de trabalho; e, especialmente, aos profissionais e alunos dos *campi* São Gonçalo do Amarante e de Parnamirim, que contribuíram para a realização da pesquisa de campo. Meu muito obrigado!

Ao Edivan, a Dália e a Sandra, que deram suas contribuições opinando para a melhoria do texto final.

E por fim, aos meus amigos do peito que sempre torceram por mim, especialmente: Eugênia, Aída, Celestino.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o fenômeno da permanência escolar nos cursos oferecidos na Educação Profissional de Nível Técnico, com ênfase no Curso Técnico Subsequente de Redes de Computadores, nas duas primeiras turmas iniciadas no segundo semestre de 2011 e concluídas no primeiro semestre de 2013, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus São Gonçalo do Amarante – SGA*. Busca-se com isso contribuir para a diminuição da evasão escolar tão frequente nos cursos técnicos subsequentes. A pesquisa tem como objetivo geral investigar os fatores que contribuem para a permanência escolar e, como específicos: analisar as percepções dos diferentes atores sobre o fenômeno investigado; estabelecer relação entre os diferentes fatores que vêm contribuindo ou dificultando a permanência escolar; analisar as estratégias que a escola tem feito para favorecer a permanência escolar; e elaborar uma proposta de intervenção pedagógica sobre o fenômeno em estudo. A perspectiva adotada foi o estudo de caso e a discussão foi embasada pelo referencial teórico que discute a questão da permanência e da evasão escolar na Educação Básica e no Ensino Técnico Profissional, focando em uma realidade de uma escola técnica profissional supracitada. Os instrumentos utilizados consistiram em análise documental, aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas, os quais permitiram a coleta de dados e análise qualitativa. Mediatizados pelas interfaces do contexto investigado, os resultados mostraram que os fatores relacionados à permanência ou à evasão escolar estão intrinsecamente relacionados aos aspectos internos à instituição, corroborando com o aporte teórico utilizado. Fatores como: o perfil/desempenho do corpo discente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas foram citados como importantes para favorecer a permanência do aluno. Essas percepções foram ratificadas tanto pelos gestores e docentes, como pelos alunos, evidenciando que ambos apresentam visões semelhantes sobre a temática estudada.

Palavras-chave: permanência e evasão escolar; educação profissional; escola técnica de nível médio.

ABSTRACT

This research analyzes the phenomenon of school retention in courses offered in Professional Education Technical Degree, with an emphasis on Subsequent Technical Course of Computer Networks in the first two classes started in the fall of 2011 and completed in the first half of 2013, offered by Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte - IFRN, Campus São Gonçalo do Amarante - SGA. Searching with this contribute to the reduction in truancy so frequent in subsequent technical courses. The research has as main objective to investigate the factors that contribute to school retention and as specific: to analyze the perceptions of different stakeholders about the phenomenon under investigation; establish the relationship between different factors that are contributing or hindering school retention; analyze the strategies that the school has done to encourage school retention; and preparing a proposal of pedagogical intervention on the phenomenon under study. The perspective adopted was the case study and the discussion was based theoretical framework for discussing the issue of permanence and truancy in Basic Education in Technical and Vocational Education, focusing on a reality of an aforementioned professional technical school. The instruments used consisted of documentary, a questionnaire and semi-structured interviews, which allowed data collection analysis and qualitative analysis. Mediated by the context in which it interfaces, the results showed that the factors related to the presence or truancy are intrinsically related to the internal aspects of the institution, confirming the theoretical approach. Factors such as the profile / performance of the student body, resources and school physical structures, processes and teaching practices were cited as important to encourage students to remain. These perceptions were ratified by both administrators and teachers, and their students, showing that both have similar views on the subject studied.

Keywords: attendance and dropout, vocational education, secondary technical school level.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANET – Associação Nacional da Educação Tecnológica

CEFET's – Centros Federais de Educação

EAD – Educação à Distância

EPT – Escola Profissional Federal

E-TEC – Escola Técnica Aberta do Brasil

ETEP – Equipe Técnico Pedagógica

ETFRN – Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte

FIC – Curso de Formação Continuada e Inicial

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IF's – Institutos Federais de Educação

IFET – Instituições Federais de Educação Tecnológica

IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PAE – Plano de Ação Educacional

PDE – Plano de Desenvolvimento de Educação Pública

PNE – Plano Nacional de Educação

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego

PSAE – Pesquisa sobre Evasão Escolar

SEAC – Secretaria Acadêmica

SESU – Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SGA – São Gonçalo do Amarante

SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

TAL – Tutor de Aprendizagem de Laboratório

TCU – Tribunal de Contas da União

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Rio Grande do Norte com Unidades do IFRN	27
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da Matrícula na Educação Profissional por Dependência Administrativa – Brasil – 2012	67
Gráfico 2 – Tipo de rede de ensino	85
Gráfico 3 – Estado civil.....	85
Gráfico 4 – Município de origem.....	86
Gráfico 5 – Meio de transporte usado pelos alunos	87
Gráfico 6 – Motivo da ausência escolar	87
Gráfico 7 – Conhecimento em Informática	88
Gráfico 8 – Situação de trabalho	88
Gráfico 9 – Renda Familiar.....	89
Gráfico 10 – Nível de escolaridade do pai.....	90
Gráfico 11 – Nível de escolaridade da mãe	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Formas de Oferta da Educação Técnica Profissional	31
Quadro 2- Ambientes Pedagógicos Disponíveis na Escola	33
Quadro 3- Organização Curricular do Curso de Redes de Computadores	40
Quadro 4- Motivos de Evasão Escolar	71
Quadro 5- Explicações para a Ocorrência de Evasão Escolar.....	72
Quadro 6- Causas da Evasão no Ensino Técnico Profissional	75
Quadro 7 – Caracterização do GRUPO 2A- Gestores e Professores do <i>Campus SGA</i>	93
Quadro 8- Caracterização do GRUPO 2B – Gestores e Professores do <i>Campus Parnamirim</i>	94
Quadro 9 – Professores e Gestores do <i>campus SGA</i>	95
Quadro 10 – Professores e Gestores do <i>campus Parnamirim</i>	96
Quadro 11 – Estratégias utilizadas para favorecer a permanência escolar	112
Quadro 12 – Ações Intersetoriais da Equipe Multidisciplinar	128
Quadro 13- Ações de Setores de Apoio à Equipe Multidisciplinar	131
Quadro 14 - Etapas e ações de implementação do software	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Oferta e Nº de Matrícula do <i>campus</i> SGA - 2014.1.....	30
Tabela 2 - Oferta de Cursos Modalidade EAD-Polo SGA	31
Tabela 3 - Processo Seletivo e Concorrência, 2011.2	38
Tabela 4 - Processo Seletivo e Concorrência, 2012.1	38
Tabela 5 - Processo Seletivo e Concorrência, 2012. 2	39
Tabela 6 - Processo Seletivo e Concorrência, 2013.1	39
Tabela 7- Número de Docentes por Áreas do Conhecimento.....	41
Tabela 8 – Nível de Escolaridade dos docentes e Regime Trabalhista	42
Tabela 9- Rendimentos da Turma 2011.2 1M.....	44
Tabela 10- Rendimentos da Turma 2011.2 1V.....	45
Tabela 11- Rendimentos da Turma 2011.2.....	46
Tabela 12- Situação atual da turma- 4º Período	47
Tabela 13- Motivos de Cancelamento de Matrícula no Curso Subsequente de Redes de Computadores	49
Tabela 14 – Ensino Regular – Número de Matrículas no Ensino Médio e População Residente de 15 a 17 Anos de Idade – Brasil – 2007-2012	60
Tabela 15 – Número de Matrículas na Educação Profissional por Dependência Administrativa – Brasil – 2007-2012.....	67
Tabela 16- Motivos de Evasão Escolar.....	71
Tabela 17 – Alunos Evadidos, Em Curso e Concluintes, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011	74
Tabela 18 - Matrícula Atual, <i>Campus</i> Parnamirim, 2013.2.....	78
Tabela 19 - Rendimentos da turma - Processo Seletivo 2011.1	79
Tabela 20 - Sujeitos da Pesquisa - Grupo 1.....	96
Tabela nº21 - Sujeitos da Pesquisa - Grupo 2	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A PERMANÊNCIA ESCOLAR NO CURSO SUBSEQUENTE DE REDES DE COMPUTADORES DO IFRN, CÂMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	21
1.1 De Escola de Aprendizes Artífices a Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	21
1.1.1 As marcas no tempo: o IFRN tecendo a sua história	22
1.1.2 Função Social do IFRN	25
1.1.3 Campus São Gonçalo do Amarante – SGA	26
1.1.4. A Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio	34
1.1.4.1 O Curso de Redes de Computadores	36
1.1.4.2- Perfil dos alunos do curso de Redes de Computadores de SGA- Quem são?	42
1.1.4.3 – Dados do Rendimento Escolar do Curso de Redes de Computadores: Havia uma pedra no meio do caminho?	43
2. ANÁLISE DOS MÚLTIPLOS FATORES DE PERMANÊNCIA E DE EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE	52
2. 1. Permanência e Evasão Escolar na Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio	52
2.1.1 Concepção de evasão escolar	52
2.1.2 Os múltiplos fatores associados à permanência e à evasão escolar	57
2.2. Contexto Educacional da Escola Média no Brasil: relação entre Educação Básica e Educação Técnica Profissional	64
2.2.1. Permanência e Evasão Escolar no Universo da Educação Técnica de Nível Médio	68
2.2.2 Redes de Computadores em Parnamirim/IFRN: uma realidade semelhante?	77
2.3. Procedimentos Metodológicos	80
2.3.1. Abordagem e tipo da pesquisa	80
2.3.2. Sujeitos da pesquisa	84
2.3.3. Instrumentos e coleta de dados	97
2.3.3.1. Questionário	97
2.3.1.2. Entrevista Semiestruturada	99
2.4. Análise e interpretação dos dados	101
2.4.1. Fatores determinantes para a permanência escolar no IFRN/ <i>câmpus</i> SGA.....	101
2.4.1.1. Percepção dos diferentes atores sobre evasão escolar no Curso de Redes de Computadores.....	102
2.4.1.2- Principais fatores de permanência escolar.....	105
2.4.1.3 Aspectos a melhorar para favorecer a permanência discente.....	110
2.4.1.4. Estratégias utilizadas para favorecer a permanência discente.....	111
3. PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS INTERSETORIAIS NO CÂMPUS SGA-IFRN	116

3.1. Plano de Intervenção	116
3.1.1. Relevância do Plano de Ações Articuladas Intersetoriais e do Sistema de Informações para o banco de dados institucional.	116
3.1.2. Alguns Pressupostos importantes para implementação do Plano de Intervenção.....	118
3.1.2.1- Desempenho acadêmico.....	119
3.1.2.2. Prática Docente	121
3.1.2.3. Identificação com a área profissional	123
3.1.2.4. Planejamento e Intersetorialidade das ações	124
3.1.3. Proposições de Ações Intersetoriais	126
3.1.4. Possíveis sinalizações para a construção e implementação do Sistema de Informações/banco de dados	133
3.2. Custos das Ações	136
3.3. Considerações Finais	137
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE.....	146

INTRODUÇÃO

A presente dissertação analisa os motivos que levam os alunos a permanecerem nos cursos oferecidos na Educação Profissional de Nível Técnico, com ênfase no Curso Técnico Subsequente de Redes de Computadores, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *Campus São Gonçalo do Amarante* – SGA com o intuito de diminuir a evasão¹ escolar tão frequente nos cursos subsequentes.

Ao discutirmos os fatores que levam à permanência escolar, podemos ter indícios dos motivos para a ocorrência da alta taxa de evasão escolar ocorrida no curso e, a partir disso, propor estratégias para o enfrentamento dessa questão na realidade escolar.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica nº 9394/ 96 e do novo Plano Nacional de Educação 2011-2020 preconizarem a garantia de acesso, permanência e sucesso escolar, o Brasil ainda enfrenta um gargalo quanto a essa questão, em especial no Ensino Médio regular e no Ensino Técnico Profissional; a matrícula nesse nível aumentou, apesar de não ser a ideal, mas observam-se avanços nesse sentido. No entanto, uma parcela considerável de alunos não permanecem nos bancos escolares, abandonam antes da conclusão desta etapa ou do curso escolhido.

No tocante à Educação Profissional, em média, a taxa de conclusão dos cursos gira em torno de menos de 50%, e quando se trata de cursos na forma subsequente a situação é ainda mais grave, a taxa de conclusão é menos de 20%, conforme Relatório do Tribunal de Contas da União – TCU (2012).

Mesmo ponderando que se deve ter um olhar diferenciado sobre o ensino técnico profissional, tanto pela peculiaridade deste tipo de ensino, quanto pelas políticas voltadas para este tipo de educação, os dados apresentados pelo TCU (2012) são merecedores de uma discussão mais aprofundada sobre estes indicadores educacionais nas instituições que ofertam essa modalidade, uma vez

¹ Abandono é quando o aluno deixa de frequentar a escola no decorrer do ano letivo e evasão é quando o aluno reprovou ou abandonou a escola e não volta mais a se matricular.

que é feito um alto investimento para a manutenção dessas instituições e os resultados não têm refletido na mesma direção.

Acreditamos que, ao se evadir do curso, o aluno está desistindo da escola que, por algum motivo, não atendeu aos seus anseios; isso tem um significado muito forte e determinante na vida do educando e, conseqüentemente, da escola.

Assim sendo, faz-se necessário investigar o que se passa no seio da escola técnica profissional que, por seu *know-how* social e pela exigência do mercado por profissionais qualificados, continua atraindo muitos jovens, mas, ao mesmo tempo, vive um dilema por não estar conseguindo fazer com que os que nela ingressam, permaneçam até a conclusão do curso.

E o que é preciso para tornar estas escolas mais atraentes para os jovens? Quais fatores favorecem a permanência do aluno no curso escolhido? E quais fatores dificultam sua permanência, levando à evasão escolar? É a busca por respostas para estas interrogações que tem motivado este estudo, na perspectiva de que as possíveis respostas encontradas possam contribuir para a discussão desse fenômeno nas instituições de Educação Profissional, em especial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, *câmpus* São Gonçalo do Amarante, *lôcus* desta pesquisa.

Quando se propõe o entendimento do complexo fenômeno da evasão escolar, é preciso considerar os diferentes atores que estão imbricados nesse processo e que exercem influência na manifestação do fenômeno. Partindo da escola com seus programas curriculares, são na maioria das vezes rígidos e distantes da realidade do aluno. Aliado a isso, não se pode desconsiderar a condução do ensino aprendizagem pelos professores, com práticas pedagógicas ainda muito arraigadas a estruturas tradicionais, ocorrendo um distanciamento entre o saber do aluno e do docente.

Com as novas políticas voltadas para a expansão e democratização da Educação Técnica Profissional, muitos alunos oriundos de escolas públicas – que, na sua maioria, apresentam sérias dificuldades para garantir um ensino de qualidade aos nossos os jovens e crianças –, chegam às Instituições de Educação Técnica Profissional com um *déficit* de aprendizagem muito grande, sendo necessário que estas instituições e seus profissionais busquem implementar estratégias para que estes alunos se sintam acolhidos e favoreçam sua permanência na escola, evitando assim, futuras evasões.

Percebe-se, pois, pelas considerações acima ressaltadas, que os fatores relacionados à permanência ou à evasão escolar estão intrinsecamente relacionados aos aspectos internos às instituições, como veremos nos estudos de Rumberger (2004, *apud* DORE E SOARES, 2011), que evidenciou a existência de duas dimensões que estão associadas com a permanência ou evasão do aluno da/na escola: a individual e a institucional. Veremos que os fatores que ficaram evidenciados nesta investigação estão intrinsecamente ligados à segunda dimensão, que se referem aos seguintes aspectos: o perfil/desempenho do corpo discente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas.

É importante destacar que a instituição já desenvolve algumas estratégias para contribuir com a permanência do aluno na escola, mas apesar disso não tem sido suficiente e vem apresentando altos índices de evasão, principalmente nos cursos subsequentes e, em especial, no Curso de Redes de Computadores.

Esta realidade gerou uma inquietação em busca de respostas para o entendimento do fenômeno, que originou a pergunta fundante desta pesquisa: quais fatores favorecem a permanência do aluno no curso de Redes de computadores, no IFRN, câmpus SGA?

A escolha deste curso se deu pelo fato de ter sido o curso inaugural das atividades do *câmpus*. Mas, mesmo tendo sido o pioneiro, tem havido muita evasão escolar, em especial nas duas primeiras turmas ofertadas no segundo semestre de 2011 e concluídas no segundo semestre de 2013, as quais serão investigadas nesta pesquisa. Iremos focar na permanência com a intenção de se verificar o que é possível desenvolver na realidade escolar para a redução da das taxas de evasão no referido curso.

Com a finalidade de se obter respostas para a indagação acima, a presente dissertação tem como objetivo geral investigar os fatores que contribuem para a permanência escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Redes de Computadores, na forma Subsequente, do IFRN, Câmpus SGA. E como objetivos específicos, podemos citar:

- Analisar as percepções dos diferentes atores sobre o fenômeno investigado;
- Estabelecer relação entre os diferentes fatores que vêm contribuindo para a permanência ou evasão escolar;

- Analisar as estratégias que a escola tem feito para favorecer a permanência escolar;
- Elaborar uma proposta de intervenção pedagógica sobre o fenômeno em estudo.

Visando alcançar os objetivos mencionados, foi realizada uma pesquisa essencialmente qualitativa, por se tratar da análise de um fenômeno social por meio de um estudo de caso. Como instrumentos de coletas de dados, foram utilizados: pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista e o questionário. A pesquisa bibliográfica foi empregada para a revisão da literatura sobre o tema; a pesquisa documental foi usada para buscar informações sobre documentos regimentais da instituição, requerimentos de solicitação de desligamento do curso, bem como informações sobre os indicadores educacionais do curso, com o intuito de se fazer relação com o fenômeno em estudo. Utilizou-se, ainda, o questionário e a entrevista semiestruturada, por entender que serão por meio dos relatos orais que se obterão informações importantes, a partir das experiências dos atores envolvidos no fenômeno investigado.

Neste sentido, esse trabalho encontra-se estruturado em três capítulos, como agora passo a apresentar.

O primeiro descreve o contexto no qual se desenvolve o estudo de caso, que se trata da investigação sobre os fatores que favorecem ou dificultam a permanência do aluno no Curso Subsequente de Redes de Computadores, apresentando as características do curso, bem como o perfil dos alunos que o frequenta; o capítulo ainda aborda o contexto histórico da trajetória da Instituição IFRN na qual o curso é ofertado com a finalidade de enriquecer a compreensão do caso.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico que discute a questão da permanência escolar na Educação Básica e no Ensino Técnico Profissional; explicita os caminhos metodológicos da pesquisa, destacando os sujeitos participantes, instrumentos utilizados, e ainda, analisa e interpreta os dados à luz do referencial teórico empregado na pesquisa.

O terceiro e último capítulo caracteriza-se por ser propositivo e apresenta um Plano de Intervenção, a fim de contribuir com elucidações do fenômeno estudado. E por fim, ainda no mesmo capítulo, apresenta as considerações finais da pesquisa,

que tratam do percurso do desenvolvimento da mesma, da verificação dos objetivos atingidos e da indicação de novos estudos sobre o fenômeno em questão.

Assim sendo, este trabalho teve a pretensão de fomentar uma discussão sobre os fatores que motivam a permanência do aluno no curso Subsequente de Redes de Computadores, do IFRN, Câmpus São Gonçalo do Amarante, bem como fazer uma proposição de um Plano de Intervenção no qual são traçadas ações e estratégias que favoreçam a permanência escolar no referido curso, objetivando minimizar as altas taxas de evasão escolar, uma realidade tão semelhante a tantas outras, uma vez que esta problemática ainda é um gargalo enfrentado pela educação brasileira. Dessa maneira, a realização de um trabalho como esse, torna-se relevante.

1. A PERMANÊNCIA ESCOLAR NO CURSO SUBSEQUENTE DE REDES DE COMPUTADORES DO IFRN, CÂMPUS SÃO GONÇALO DO AMARANTE

O presente capítulo objetiva descrever um estudo de caso sobre Permanência e Evasão Escolar no Curso Subsequente de Redes de Computadores do IFRN, *câmpus* São Gonçalo do Amarante –, pela abordagem de elementos centrais para contextualização do caso. Assim sendo, o capítulo está subdividido em vários itens nos quais apresentam as transformações históricas e conceituais pelas quais as escolas técnicas federais passaram ao longo dos mais de cem anos de educação profissional, desde Escolas de Artífices aos Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, bem como caracteriza o curso de Redes de Computadores e mostra dados do rendimento escolar dos alunos para melhor compreensão da temática em estudo.

1.1 DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES A INSTITUIÇÃO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais de Educação (IF's) surgem num período histórico determinado e com objetivos claros, sendo preciso compreendê-lo no âmbito das políticas educacionais do Brasil. O modelo atual dessa escola técnica profissional compete entre si e com as universidades, pelos alunos e pelo prestígio social que conseguiu ao longo de sua história de sucesso educacional, conquistado pelos indicadores educacionais, de empregabilidade, de produção científica, de internacionalização, etc.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia dá visibilidade a uma convergência de fatores que traduzem a compreensão do atual governo quanto ao papel da educação profissional e tecnológica no contexto social do Brasil e deve ser reconhecida como ação concreta das atuais políticas para a educação brasileira, com recorte especial para aquelas voltadas à educação profissional e tecnológica e à rede federal. No governo federal, essa modalidade da educação vem sendo considerada como fator estratégico não apenas na compreensão da necessidade do desenvolvimento nacional, mas também como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros. (BRASIL, 2008, p. 21)

Em se tratando do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), nos últimos quatro anos, teve um crescimento significativo

da sua rede no Estado como veremos mais adiante, como também, ampliou seus horizontes de atuação, com a oferta, inclusive, de cursos de pós-graduação lato sensu e, mais recentemente, strictu sensu.

Todavia, esse crescimento em um pequeno intervalo de tempo, tem despertado preocupações à comunidade acadêmica quanto à qualidade de seu desempenho nessa nova fase de sua história. Uma dessas inquietações é a evasão escolar que vem crescendo na instituição, em especial em alguns cursos e modalidades.

Desse modo, o conhecimento “das raízes históricas, políticas e sociais do IFRN possibilita um melhor entendimento das recentes mudanças” pela qual esta instituição atravessou. Assim, optamos por um pequeno relato da história do instituto “a respeito do histórico institucional como forma de se compreenderem os sentidos e as razões das mudanças políticas e pedagógicas ocorridas ao longo da história institucional” (IFRN, 2011, p. 21), para compreendermos melhor o desencadeamento das inquietações, como a preocupação com a questão da permanência escolar, temática deste trabalho.

1.1.1 As marcas no tempo: o IFRN tecendo a sua história²

Em 1994 com a promulgação da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro, deu-se início gradativamente à instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando as escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação – CEFET's.

Art. 3º As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

§ 1º A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica. (BRASIL,1994).

Assim, no ano de 1999, conclui-se a transformação da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN) em Centro Federal de Educação

² Conforme Projeto Político Pedagógico do IFRN.

Tecnológica (CEFET), e isso traz desafios para a escola, como a oferta de educação profissional nos níveis básico, técnico e tecnológico, além do Ensino Médio. No país,

A expansão dos CEFETs permitiu o crescimento da atuação da Rede Federal de Educação Tecnológica na educação superior tecnológica bem como na educação profissional com uma maior diversidade de cursos e áreas profissionais contempladas (PORTAL IFPB³, 2012).

No entanto, a chamada Reforma da Educação Profissional implementada nesse período, deu-se a partir do “ideário de Estado Mínimo”⁴, refletindo fortemente nas escolas federais de educação profissional do país. “As mudanças estabelecidas pela nova legislação são profundas e cortam pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais.” (BRASIL, 2008, p.15).

O CEFET/RN começou sua atuação no Ensino Superior com a oferta de cursos de graduação tecnológica, ampliando-se, depois, para os cursos de formação de professores, as licenciaturas. Mais recentemente, quando já transformado em Instituto Federal, a instituição passou a atuar também na educação profissional vinculada ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e no ensino a distância.

Acompanhando o percurso do país, a rede federal de educação tecnológica no Rio Grande do Norte também começou sua expansão em 1994, com a inauguração da Unidade de Ensino Descentralizada de Mossoró (UNED). Doze anos depois, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), expande a rede federal no Estado, implantando, em 2006, as Unidades de Ensino da Zona Norte de Natal, de Ipanguaçu, e de Currais Novos.

Cumprir destacar que, a partir do ano 2003, a política do governo federal já apontava em outra direção. Essas instituições federais, situadas por todo o território nacional, historicamente voltadas para a educação profissional e para o desenvolvimento econômico, criadas e mantidas com verbas públicas federais, defrontam-se com uma política de governo que traz em essência uma responsabilidade social – tradução das forças sociais que representa – como fio condutor de suas ações. A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória

³ Disponível em: www.ifpb.edu.br

⁴ Entende-se por Estado Mínimo como sendo aquilo que caberia ao Estado-Nação “apenas garantir os direitos de propriedade e os contratos, deixando a exclusivamente ao mercado a coordenação da economia”. PEREIRA, L.C.B. (1997, p. 25/26). Essa política de filosofia neoliberal representou na prática medidas desestatizantes, como privatização do serviço público e das empresas estatais, corte nos gastos com saúde e educação e repressão dos movimentos dos trabalhadores.

das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco, a partir de agora, desloca-se para a qualidade social. (BRASIL, op.cit., p.16)

Em 2007, o Ministério da Educação publicou o Plano de Desenvolvimento de Educação Pública (PDE), no qual expõe concepções e metas sobre a educação nacional e, por meio do Decreto nº 6.095, estabeleceu diretrizes para os processos de integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica (IFET) objetivando a formação de uma rede de institutos federais. O Rio Grande do Norte passa então, a contar com outras seis unidades nos municípios de Apodi, Pau dos Ferros, Macau, João Câmara, Santa Cruz e Caicó, inauguradas em 2009.

Art. 1º O Ministério da Educação estimulará o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente, nos termos deste Decreto. [...] § 2º Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação. (BRASIL, 2007).

Ao final de 2008, ocorre mais uma mudança na rede federal de ensino. É promulgada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e a instituição passa a ser chamada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

Esse movimento político de reestruturação da rede federal de educação profissional no Brasil trouxe um novo perfil identitário para as instituições integrantes da rede, à medida que reconfigurou as estruturas administrativas e conceituais na forma e no método de organizar as ofertas na educação profissional e tecnológica do País. (IFRN, 2011, p. 25).

Atualmente, IFRN conta com 20 *campi* espalhados por todo o território norte rio-grandense em regiões estratégicas com o intuito de fomentar o desenvolvimento educacional, econômico e social da região, inclusive o *câmpus* EAD, somando 21 no total.

Esse processo de interiorização da educação profissional e tecnológica contribui para o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens, proporcionando o desenvolvimento social por meio da formação humana

integral dos sujeitos atendidos. Propicia, ainda, o desenvolvimento econômico, a partir da articulação das ofertas educacionais e das ações de pesquisa e de extensão. Tal articulação vincula-se aos arranjos produtivos sociais e culturais, com possibilidades de permanência e de emancipação dos cidadãos assim como de desenvolvimento das diversas regiões do Estado. (IFRN, op.cit., p. 26)

Assim, com este processo de interiorização dos IF's, o IFRN consegue chegar às diversas regiões do Estado para promover educação de qualidade para muitos alunos que até então não conseguiam ingressar nesse tipo de escola, tanto pelas poucas vagas que eram ofertadas quanto pela localização dessas instituições que se concentravam nas capitais ou em grandes centros urbanos. Dessa forma, compreendemos que com a expansão dos IF's, houve uma melhoria significativa no acesso de muitos brasileiros, invertendo-se com isso, a lógica da oferta do ensino técnico profissional até então: antes seu fazer pedagógico era focado muito mais no fator econômico e a partir de agora, a qualidade social passa a ser prioridade.

E é esse compromisso com a formação humana, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do saber que vemos sobressair na função social traçada para a instituição.

1.1.2 Função Social do IFRN

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFRN, com a política de expansão e de reestruturação da educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação, o IFRN assume uma nova institucionalidade, tendo como função de atuar em todo o território local, ofertando educação profissional e tecnológica pública, laica e gratuita nos diversos cursos, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, e, ainda, tendo o desafio de atuar no ensino, na pesquisa e na extensão, numa perspectiva indissociável. Desse modo, segundo o documento, “a Instituição passa a se configurar como uma [...] rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade” (IFRN, 2011, p. 26).

Neste sentido, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte tem como função social promover educação científico-tecnológico-humanística, objetivando a formação integral do profissional-cidadão. Ao longo de cem anos de história educacional no Estado, a instituição tem procurado se esforçar para garantir:

(...) a seus alunos um ambiente que leve à reflexão crítica sobre a conjuntura em que estão inseridos e a profissão que escolheram, de modo a se transformarem em agentes de uma sociedade mais justa e igualitária (PORTAL IFRN, 2012).

O IFRN tem como função social ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade, referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais.

A busca pela competência técnica permeia todos os níveis de ensino oferecidos – desde a formação inicial e continuada de trabalhadores, à formação profissional de nível médio (integrados e subsequentes) e superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação). (PORTAL IFRN, 2012).

Como se pode observar, a função social da instituição é bem desafiadora, uma vez que objetiva desenvolver ensino, pesquisa e extensão, promover formação inicial e continuada a trabalhadores, formação profissional de nível médio (integrados e subsequentes) e superior (licenciaturas, cursos de tecnologia e pós-graduação). Isso mostra que, são muitos papéis para serem desenvolvidos ao mesmo tempo, em uma única instituição.

São desafios que permeiam por todos os *campi* do instituto. E no *câmpus* de São Gonçalo do Amarante, um dos mais novos, também não é diferente. Passaremos, agora, a conhecer um pouco da história e caracterização do referido *câmpus* para adentrarmos posteriormente, na problemática da evasão escolar que está ocorrendo no mesmo, no curso de Redes de computadores, foco da nossa pesquisa.

1.1.3 Câmpus São Gonçalo do Amarante (SGA)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) é uma instituição que atua no Ensino Médio Técnico Profissional, no nível Superior e em outras modalidades de ensino vinculadas ao Ministério da Educação (MEC), como já mencionado anteriormente.

Ao longo dos seus mais de cem anos, passou por várias modificações em sua denominação, como também no campo de sua atuação educacional. Hoje, a rede Federal de Ensino expandiu-se bastante, cobrindo todo o território nacional. O Rio Grande do Norte também acompanhou esse movimento de expansão, de modo que em 1994 havia apenas duas unidades no Estado e hoje conta com vinte e um (21) *campi* espalhados por todas as regiões do Estado, conforme figura 1, mostrada adiante.

Com essa política de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvida no Governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o IFRN chegou a várias regiões estratégicas economicamente do Rio Grande do Norte, conforme se pode observar na figura 1, onde se vê o mapa dos municípios do Rio Grande do Norte com os *campi* do IFRN.

Figura 1: Mapa do Rio Grande do Norte com Unidades do IFRN



Fonte: Coordenação de Comunicação Social e Eventos do IFRN, *Campus São Gonçalo do Amarante*, 2014.

O Câmpus de São Gonçalo do Amarante (SGA) faz parte da fase II da expansão, que atualmente já está na fase III, totalizando em vinte e um (21) *campi* no Estado.

O referido *câmpus* localiza-se no município de mesmo nome, com uma população de aproximadamente 90.000 habitantes, distribuídos por 249,5 km² de área. O município ocupa a 3082^a colocação no ranking de cidades do Brasil em

relação ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), com um índice médio de 0,695, o que ratifica a necessidade de uma alavancagem educacional na região.

A estrutura física do *câmpus* possui 4.440m² de área construída, com capacidade de atendimento de até 1200 mil estudantes em cursos técnicos profissionalizantes e superiores, além das ofertas de cursos de formação inicial e continuada (FIC).

O foco tecnológico de atuação do *Câmpus* foi discutido junto à comunidade por meio da realização de duas audiências públicas. A pré-audiência, realizada em 21/03/2011, contou com a presença do Reitor do IFRN, professor Belchior de Oliveira Rocha, de Secretários de Educação dos municípios localizados ao entorno de São Gonçalo do Amarante, dentre outras autoridades, e nela surgiram propostas para serem tratadas na grande audiência.

No mês seguinte, aconteceu a segunda audiência pública, evento que contou com a presença de cerca de 200 participantes que discutiram o foco de atuação do *Câmpus*. “Alinhada à dinâmica socioeconômica da região, a plenária endossou a proposta do IFRN em desenvolver cursos ligados a dois eixos tecnológicos: Infraestrutura e Gestão & Negócios.” (PORTAL IFRN, 2012).

A escolha dos dois eixos tecnológicos para o referido *câmpus* foi motivada pela construção do Aeroporto de Cargas e Passageiros da Região Metropolitana, no município de São Gonçalo do Amarante, também chamado Aeroporto de São Gonçalo, como também, pela construção civil, que se encontra em plena atividade na região.

Portanto, o IFRN irá contribuir com a região na formação de mão-de-obra qualificada para atuar em atividades voltadas para o aeroporto, para empresas de transportes, para a construção civil, além de atividades ocupacionais na área das novas tecnologias da informação e comunicação por meio deste eixo transversal.

Assim, cada Instituto Federal deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda. É essa concepção que dá suporte à delimitação da área de abrangência dos Institutos Federais, qual seja, as mesorregiões. A razão de ser dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada; ao relacionamento do trabalho desenvolvido; à vocação produtiva de seu lócus; à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada neste mesmo

espaço; à elevação do padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico-político cultural de sua região de abrangência (BRASIL, op.cit., p. 25).

Pensando nisso, a oferta de cursos para o *câmpus* SGA foi projetada de acordo com os eixos tecnológicos: o de Infraestrutura, que contaria com os cursos técnicos Edificações e Aeroportuário, e o eixo de Gestão e Negócios, com o técnico de nível médio e superior em Logística para atender os arranjos produtivos da região na qual está inserida a instituição; dentre as atividades econômicas locais, podemos citar: comércio, apicultura, indústria cerâmica, extrativismo mineral, construção civil e o aeroporto, o qual tem gerado grande expectativa de alavancar economicamente a região.

Ao estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-pólo [sic] a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais, reafirma-se o propósito de consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional. (BRASIL, op. cit. p. 17).

No eixo transversal foram oferecidos cursos técnicos em Informática e em Redes de Computadores. Além disso, ocorreram cursos de formação de professores, com a proposta de trabalhar a formação continuada para os educadores do município e adjacências.

Em 19 de maio de 2011, mesmo em fase de conclusão de suas instalações, o *câmpus*, para dar uma resposta imediata à sociedade local, realizou seu primeiro processo seletivo para ingresso no curso técnico subsequente em Rede de Computadores. Entre os inscritos 110 candidatos concorreram as 72 vagas oferecidas. No dia seguinte, iniciaram-se as atividades acadêmicas com o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Informática Básica.

O ano 2012 representa um ano marcante na história do *câmpus*, tanto do ponto de vista estrutural, uma vez que as obras de conclusão já bem adiantadas, assim como muitos servidores chegam para compor a equipe, mas principalmente, porque neste mesmo ano, o *câmpus*, precisamente em 16 de abril, recebeu uma clientela muito esperada, ou seja, os alunos dos cursos técnicos de nível médio na forma integrada, um público que fica quatro anos na escola, que cria um maior vínculo com a instituição, dado o tempo de permanência.

Até esse momento, o *câmpus* só ofertava cursos FIC e Subsequente, os quais são de curta duração; a percepção dos docentes e da gestão é que este público tem um perfil diferenciado, uma vez que passam pouco tempo e logo saem da escola, não criando muito vínculo com a mesma, diferentemente do aluno do Integrado.

Tomando por referência a matrícula de 2014.1, o *campus* conta com quase setecentos alunos, distribuídos nos turnos manhã e tarde, nos cursos Técnicos de Nível Médio nas formas Integrado e Subsequente: Edificações, Logística, Redes de Computadores e Informática, sendo (12) turmas de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: (02) turmas de Logística, (04) turmas de Informática e (06) de Edificações; (09) turmas de cursos técnicos Subsequentes: (03) turmas de Edificações, (02) turmas de Logística e (04) turmas de Redes de Computadores; e (01) turma de Tecnólogo em Logística, detalhado na tabela 1, a seguir:

Tabela 1- Oferta e Nº de Matrícula do *campus* SGA - 2014.1

Formas	Cursos	Quant. turmas	Quant. Total de Alunos
Integrado	Informática	04	136
	Edificações	06	215
	Logística	02	73
	Redes de Computadores	04	115
Subsequente	Logística	02	81
	Edificações	03	94
Tecnólogo	Logística	01	31
Total		22	675

Fonte: Secretaria Acadêmica –SEAC, *Campus SGA/2014.1*

Além desses alunos, o *câmpus* é um Polo de Apoio de Educação à Distância do IFRN, ofertando via *câmpus* EAD/e-TEC (Rede Escola Técnica Aberta do Brasil) turmas de Técnico de Nível Médio, na forma Subsequente, como se pode observar na tabela 2:

Tabela 2 - Oferta de Cursos Modalidade EAD-Polo SGA

Curso	Matrícula Atual 2014.1
Segurança do Trabalho	107
Guia de Turismo	41
Secretaria Escolar	26
Total	174

Fonte: site IFRN

Para compreendermos melhor o significado das formas de Educação Profissional de Nível Médio que o *campus* SGA oferta, assim como os demais, vamos recorrer ao Decreto nº 5154/04, o qual revogou o Decreto nº 2208/97, que explicita sobre o assunto. Segundo o § 1º deste decreto, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será articulada com o Ensino Médio da seguinte forma, detalhado no quadro nº 1:

Quadro 1 – Formas de Oferta da Educação Técnica Profissional

I. Integrada	Oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;
II. Concomitante	Oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental ou esteja cursando o Ensino Médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o Ensino Médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: <ul style="list-style-type: none"> a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;
III. Subsequente	Oferecida somente a quem já tenha concluído o Ensino Médio.

Fonte: Elaboração própria, baseado no decreto nº 5154/04.

Segundo Regimento Interno da Instituição, as turmas de alunos do IFRN deverão ser compostas por 36 alunos, e, quanto à primeira oferta de um curso, é que a matrícula inicial da(s) turma(s) seja de 40 alunos, não podendo superar um número de 42 alunos por sala nos anos seguintes.

A meta da instituição é atingir uma matrícula de 1200 alunos, com funcionamento nos três turnos, bem como ofertar cursos de pós-graduação e PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) para oportunizar a sociedade local, outras possibilidades de acesso à educação técnica profissional. O ano letivo de 2014.1 marca o início da oferta do curso de nível superior Tecnólogo em Logística.

Desde 2012, que o *câmpus* iniciou a oferta de cursos de qualificação profissional para jovens e trabalhadores pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), bem como cursos para mulheres em situação de vulnerabilidade social pelo Programa Mulheres Mil, programa do governo federal que o *câmpus* também aderiu. Observa-se, portanto, que há uma oferta de matrícula bem diversificada, representando um desafio para a instituição nesse atendimento, em virtude das peculiaridades de cada oferta e do público alvo.

No tocante ao corpo de servidores, o *câmpus* está perto de completar o seu quadro. Tomando-se como referência o primeiro semestre de 2014, a escola conta com 40 técnicos administrativos e 52 professores, sendo 45 efetivos e 07 temporários, lotados em disciplinas propedêuticas, que são aquelas disciplinas de formação geral, como Língua Portuguesa, Matemática, Artes, História, etc.; e nas disciplinas especificamente técnicas, referentes ao núcleo tecnológico de cada curso.

Esse quadro veio sendo ampliado na medida em que novas turmas eram ofertadas, de modo que quando o quadro de servidores estiver completo, a instituição contará com 60 docentes e 45 técnicos administrativos.

É importante ressaltar que para a oferta de cursos do PRONATEC E MULHERES MIL são contratados servidores via edital público, que podem ser tanto servidores do quadro interno como servidores externos à instituição, com recursos dos Programas.

Quanto à estrutura física, a unidade de SGA apresenta uma boa estrutura, disponibilizando ao aluno e servidores instalações de boa qualidade, que favorece

um bom desenvolvimento do ensino e aprendizagem. Em termos de infraestrutura pedagógica, a unidade dispõe de vários ambientes pedagógicos conforme quadro 2:

Quadro 2 – Ambientes Pedagógicos Disponíveis na Escola

Ambientes Pedagógicos	Quantidade
Laboratório de Informática	03
Laboratório de Redes de Computadores	01
Laboratório de Edificações	01 (com várias salas)
Laboratório de Desenho	01
Laboratório de Logística	01 (com várias salas)
Laboratório de Eletricidade	01
Laboratório de Língua	01
Laboratório de Matemática	01
Laboratório de Física	01
Laboratório de Química	01
Biblioteca	02 (uma em fase de conclusão)
Centro Desportivo	01 (quadra, piscina, campo de futebol e de futebol <i>society</i> , etc.)
Auditório	01 (em fase de conclusão)
Salas de aula	10 (todas climatizadas e com projetor de imagem já instalado em cada uma)

A escola ainda oferece serviços de assistência estudantil, com profissionais de Serviço Social, Psicólogo e Serviços de Saúde; também, é disponibilizado ao estudante de baixa renda assistência como: bolsa alimentação, transporte e trabalho. O critério de seleção do aluno é por situação socioeconômica.

O aluno do IFRN/SGA também pode dispor de bolsa para projeto de pesquisa e de extensão. Nesse caso, o critério de seleção dos projetos é por meio de edital de seleção, e depende, exclusivamente, de critérios objetivos de acordo com o edital. Além dessas bolsas, o estudante pode ser contemplado com bolsas para Tutor de Aprendizagem de Laboratório (TAL), conhecido também em alguns locais como monitor, cujo papel desse aluno é auxiliar o trabalho dos professores junto aos seus colegas de sala nas dificuldades de aprendizagem enfrentadas.

Além disso, existe a equipe técnico-pedagógica, composta por duas Técnicas de Assuntos Educacionais – no caso, uma delas sou eu –, que, em linhas gerais,

desempenham as seguintes funções na instituição: 1. Coordena as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo; e, 2. Assessora as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Cada curso conta ainda, com um coordenador, que é responsável diretamente pelo curso e tem, dentre outras atribuições, as seguintes: planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades pedagógicas do curso em colaboração com a Diretoria Acadêmica e a equipe técnico-pedagógica; realizar o acompanhamento pedagógico dos estudantes no processo ensino-aprendizagem no que concerne à avaliação de rendimentos; bem como, acompanhar a avaliação do desempenho docente e avaliação do curso, envolvendo docentes, estudantes e equipe técnico-pedagógica.

Mesmo com todo esse aparato pedagógico e de apoio social que a escola disponibiliza ao estudante, ainda acontece muita evasão em alguns cursos, como veremos no curso de Redes de Computadores, foco desta pesquisa.

Na tentativa de compreendermos os fatores que favorecem ou dificultam a permanência escolar no referido curso, passaremos, agora, para a descrição e caracterização do seu perfil. Inicialmente, destacaremos a justificativa pela escolha do curso, seus objetivos, o perfil do profissional e a sua estrutura curricular. Além disso, iremos apresentar os indicadores de desempenho do curso, observando a incidência de evasão escolar, quando faremos uma análise preliminar da problemática em questão.

Mas, antes disso, iremos falar um pouco a respeito do curso técnico na forma subsequente, para compreendermos melhor sobre esta modalidade de educação técnica profissional, de acordo com as mudanças ocorridas mais recentemente na educação técnica federal, já enfatizadas neste trabalho.

1.1.4. A Educação Profissional Técnica Subsequente ao Ensino Médio

A Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), dedica ao tema “Educação Profissional” um capítulo especial, o Capítulo III do Título V, “Da Educação Profissional”, artigos 39 a 42, de forma associada e articulada com o § 2º do art. 36 da mesma Lei, na parte tocante ao Ensino Médio, que vem definido como

“etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos”. De acordo com o art. 39 da LDB, a Educação Profissional é caracterizada como “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia”, tendo como objetivo conduzir o cidadão a um permanente desenvolvimento “de aptidões para a vida produtiva” na sociedade do trabalho e do conhecimento.

A Resolução nº 06/12 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em consonância com a LDB. Segundo essas diretrizes, no art. 3º, “a Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio”, articulando-se com “suas diferentes modalidades”, e com as “dimensões do trabalho, da tecnologia, da ciência e da cultura”, conforme o art. 4º.

Como nosso intuito não é falar da Educação Profissional como um todo, então, nossa abordagem aqui irá se restringir apenas a uma das possíveis modalidades da educação profissional, ou seja, a forma de cursos subsequentes ao Ensino Médio, que segundo o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Redes de Computadores do IFRN,

Tem por finalidade formar técnicos de nível médio para atuarem nos diferentes processos de trabalho relacionados aos eixos tecnológicos com especificidade em uma habilitação técnica reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais (IFRN, 2012, p. 5).

A escolha por esta forma de curso técnico para esta pesquisa, focando o curso de Redes de Computadores, deve-se ao fato de que os cursos subsequentes, segundo a direção acadêmica e os docentes da instituição, apresentam muita incidência de evasão escolar, em virtude das peculiaridades dessa modalidade, uma vez que são cursos com uma duração um tanto longa para jovens que já concluíram o Ensino Médio, ávidos por ingressarem no mercado de trabalho e, quando surge a oportunidade, acabam evadindo-se do curso.

Como focar na evasão é um trabalho mais complexo, pois adentramos em um eixo que necessita de uma pesquisa de campo mais ampla e com um tempo maior, focaremos nesse estudo na permanência do aluno. Ao trazermos os motivos que levam o aluno a permanecer no curso que estamos pesquisando, podemos ter indícios dos motivos da alta taxa de evasão escolar ocorrida no curso.

Ainda conforme o PPC, apesar dos cursos subsequentes não estarem articulados com o Ensino Médio, “em sua forma de desenvolvimento curricular”, esses cursos estão organizados no instituto, observando padrões de qualidade correlatos aos demais cursos técnicos, quanto a toda sua estrutura de funcionamento: duração, articulação entre as bases científicas e tecnológicas, organização curricular com núcleos politécnicos comuns, às práticas interdisciplinares, às atividades de prática profissional, às condições de laboratórios e equipamentos, às formas de acompanhamento e avaliação, assim como nas demais condições de ensino (IFRN, *id. ibidem*).

Essa forma de atuar na educação profissional técnica objetiva romper com a dicotomia entre educação básica e formação técnica, possibilitando resgatar o princípio da formação humana integral, superar a visão dicotômica entre o pensar e o fazer a partir do princípio da politécnica, assim como visa propiciar uma formação humana e integral em que a formação profissionalizante não tenha uma finalidade em si, nem seja orientada pelos interesses do mercado de trabalho, mas se constitui em uma possibilidade para a construção dos projetos de vida dos estudantes (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005 apud IFRN, op. cit., p. 6).

Como nosso foco de investigação é o curso subsequente de Redes de Computadores, por ter sido o primeiro curso ofertado na instituição e apresentar um alto índice de evasão escolar, a seguir faremos uma descrição do mesmo para compreendermos os objetivos do curso, o perfil de profissional que forma, sua organização curricular, a forma de seleção de ingresso, uma vez que são elementos importantes que podem nos dar alguma luz para refletirmos sobre o que leva o aluno a permanecer no curso, no *câmpus* SGA, independentemente das dificuldades que existam para concluí-lo.

1.1.4.1 O Curso de Redes de Computadores

O Curso de Redes de Computadores de Nível Técnico, na forma subsequente, faz parte do eixo tecnológico Informação e Comunicação, um eixo que está presente em todas as unidades do IFRN, por ter uma importância ímpar no mundo contemporâneo, dado à relevância que se dá a tecnologia da informação e comunicação no cenário mundial. Por isso, justifica-se sua implantação no *câmpus* de SGA.

Segundo o seu PPC, a oferta do curso se justifica pelo cenário atual, uma vez que com os avanços da ciência e da tecnologia “a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações [...] a busca de eficiência e de competitividade industrial, através do uso intensivo de tecnologias de informação” evidenciam mudanças estruturais que vêm alterando os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho, exigindo novas demandas às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos (IFRN, *op. cit.*, p. 05).

Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar os jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho. (IFRN, *op. cit.* p.05).

O Curso Técnico de Nível Médio em Redes de Computadores, na Forma Subsequente, objetiva qualificar profissionais capazes de executar atividades de concepção, especificação, projeto, implementação, avaliação, suporte e manutenção de sistemas e de tecnologias de processamento e transmissão de dados e informações, incluindo hardware, software, aspectos organizacionais e humanos, visando a aplicações a produção de bens, serviços e conhecimentos.

O acesso ao Curso – o qual é destinado ao portador de certificado de conclusão do Ensino Médio – se dá por meio de processo seletivo aberto ao público em geral. Lembrando que, pelo menos, 50% das vagas oferecidas a cada entrada poderão ser reservadas para alunos que tenham cursado do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental e todas as séries do Ensino Médio em escola pública. Essa medida é uma política nacional com o intuito de democratizar o acesso à educação profissional, uma vez que, ao longo de sua história, quem tinha a chance de entrar numa escola técnica federal eram alunos com melhor poder aquisitivo.

Conforme dados coletados, tabela 3, junto ao setor de Acesso Discente do IFRN, de 36 vagas disponíveis para cada turno, no primeiro processo seletivo 2011.2, inscreveram-se 65 alunos para o turno da manhã, gerando uma concorrência de 1,8 por vaga, e 44 para turno vespertino, gerando uma concorrência de 1,2 por vaga, ou seja, uma concorrência muito pequena, praticamente 1/1vaga.

Tabela 3 – Processo Seletivo e Concorrência, 2011.2.

Campus	Curso	Turno	Vagas	Inscritos
São Gonçalo do Amarante	Redes de Computadores	Matutino	36	65
São Gonçalo do Amarante	Redes de Computadores	Vespertino	36	44

Fonte: Setor de Acesso Discente- Pró-Reitoria de Ensino-IFRN/2013.

Acredita-se que isso ocorreu porque o *câmpus* era novo na cidade e a comunidade em geral não tinha conhecimento de sua existência. De forma que o público que concorreu praticamente foi selecionado para compor as duas primeiras turmas, ou seja, não houve uma seleção acirrada dos candidatos e teve acesso alunos com diferentes níveis de desempenho educacional. A gestão e alguns professores entendem que uma das causas para o número significativo de alunos não terem permanecido no curso deveu-se, provavelmente, ao baixo nível de exigência da seleção realizada. Posteriormente, em conversas com alguns professores, muitos desses alunos afirmaram que objetivavam entrar na instituição por ser de qualidade, mas que não tinham muita clareza ou aptidão pelo curso. Diante desses depoimentos dos alunos e dos profissionais da escola, nos perguntamos: será que a falta de clareza ou aptidão pelo curso foi um dos motivos de tantos alunos não terem permanecido no curso? Que outras causas teriam? E, mesmo havendo todos estes possíveis motivos, o que leva, então, o aluno a permanecer no referido curso?

Todavia, passados já quase dois anos, essa realidade não mudou muito. Observa-se, nos dados dos processos seletivos ocorridos após o primeiro, que a situação ainda continua semelhante nos cursos subsequentes que a instituição vem ofertando, como veremos nas tabelas, a seguir.

Pela tabela 4, abaixo, percebe-se que houve uma pequena evolução de inscritos nos cursos de Logística e de Segurança do Trabalho, este sendo uma oferta via educação à distância.

Tabela 4 – Processo Seletivo e Concorrência, 2012.1

Campus	Curso	Turno	Vagas	Inscritos
São Gonçalo do Amarante	Logística	Matutino	36	101
São Gonçalo do Amarante	Redes de Computadores	Vespertino	36	58
São Gonçalo do Amarante	Segurança do Trabalho	A Distância	50	120

Fonte: Setor de Acesso Discente- Pró-Reitoria de Ensino-IFRN/2013.

No processo seletivo de 2012.2, como se pode observar na tabela 5, abaixo, novamente os cursos apresentam taxas semelhantes de inscritos, não houve uma nítida diferença entre os cursos, demonstrando uma baixa concorrência entre os candidatos, não muito diferente do que ocorreu com o primeiro processo seletivo.

Tabela 5 – Processo Seletivo e Concorrência, 2012. 2

Campus	Curso	Turno	Vagas	Inscritos
São Gonçalo do Amarante	Logística	Vespertino	36	74
São Gonçalo do Amarante	Redes de Computadores	Matutino	36	71

Fonte: Setor de Acesso Discente- Pró-Reitoria de Ensino-IFRN/2013.

Como podemos observar na tabela 6, abaixo, os cursos de Logística e de Edificações com sua primeira oferta como curso subsequente apresenta uma situação melhor no quantitativo de inscritos que o curso de Redes de Computadores, o qual praticamente tem uma vaga para cada candidato, não havendo concorrência entre eles, repetindo a mesma problemática do início de sua oferta no *câmpus*.

Tabela 6 – Processo Seletivo e Concorrência, 2013.1

Campus	Curso	Turno	Vagas	Inscritos
São Gonçalo do Amarante	Edificações	Vespertino	40	76
São Gonçalo do Amarante	Redes de Computadores	Vespertino	36	44
São Gonçalo do Amarante	Logística	Matutino	36	93

Fonte: Setor de Acesso Discente- Pró-Reitoria de Ensino-IFRN.

Mesmo o curso de Logística e Edificações apresentando-se em situação um pouco mais favorável que Redes de Computadores, ainda é uma demanda baixa para uma instituição localizada numa região metropolitana e num município de quase 90 mil habitantes. A hipótese para essa realidade é que isso se deve pelo fato de que boa parte da população do município de São Gonçalo do Amarante mora afastada do centro urbano, uma vez que São Gonçalo do Amarante é um território majoritariamente rural. Entende-se que a população que vive nas regiões mais distantes não tomou conhecimento da instituição, bem como não tendo ainda um sentimento de pertencimento da mesma, sendo considerado por parte desta comunidade local como algo ainda muito distante de sua realidade.

Dando prosseguimento à caracterização do curso, o profissional concluinte do Curso Técnico Subsequente em Redes de Computadores, resumidamente, deve apresentar um perfil de egresso que o habilite a desempenhar atividades voltadas para elaboração e execução de projetos e sistemas de redes locais de computadores.

Quanto à proposta pedagógica, de acordo com o PPC, a organização curricular do curso se dá por meio de núcleos politécnicos, como podemos observar no quadro 3:

Quadro 3 – Organização Curricular do Curso de Redes de Computadores

Núcleo Fundamental	Contempla disciplinas de revisão do Ensino Médio, que servirão de base para a formação técnica. Tem como elementos indispensáveis o domínio da língua materna e os conceitos básicos das ciências, conforme as necessidades do curso.
Núcleo Articulador	Contempla disciplinas de base científica e tecnológica comuns aos eixos tecnológicos e disciplinas técnicas de articulação e integração.
Núcleo Tecnológico	Contempla disciplinas técnicas específicas do curso, não contempladas no Núcleo Articulador.

Fonte: PPC do Curso de Redes de Computadores 2012.

Com o objetivo de levantar hipóteses sobre quais fatores poderiam estar contribuindo para a dificuldade das turmas em acompanhar o curso e, conseqüentemente, levar alguns alunos a reprovações e mesmo à evasão, conversamos com alguns professores que afirmaram acreditar que isso se dava em virtude das deficiências que muitos alunos traziam do Ensino Médio; que faltava a esses alunos embasamento para se trabalhar certos conhecimentos, principalmente quanto a conteúdos relacionados a cálculos matemáticos, nas disciplinas do núcleo tecnológico, como podemos observar no relato de um professor da área propedêutica:

Eu acho a deficiência nos conteúdos básicos mesmo. [...] Eu notava a dificuldade que eles tinham para escrever. Muitos diziam: “Mas professora, faz tantos anos que eu parei de estudar!”. E a gente via que isso era uma coisa bem... É porque assim, pra ele cursar de forma exitosa a disciplina técnica ele tem que ter, de certa forma, uma base. Então, quando essa base não me dar respaldo, como é que eu vou sair dessa história do curso? Acaba sendo um desempenho mediano. É tanto que, se você conversar com os professores da área técnica, da área específica, principalmente algoritmo, ele vai dizer assim: “O rendimento dá uma queda considerada”. Quando a gente comparava as notas nos conselhos, conversando mesmo

informalmente com os professores, então ele dizia... eu lembro de alguns relatos de professores que diziam assim: que quando chegava nas operações básicas eles erravam, às vezes, as questões, entendeu? Não sabiam! É uma coisa simples, é uma coisa que já deveria tá internalizada neles, mas não tava. E essa deficiência acaba desanimando o aluno. (Professora, câmpus SGA, Informação Verbal).

A Matriz Curricular do Curso Subsequente de Redes de Computadores, e isso se aplica aos demais cursos dessa modalidade, pressupõe que o aluno já aprendeu ao longo do Ensino Médio determinados conteúdos essenciais para uma boa condução do curso, tanto que no chamado Núcleo Fundamental, onde constam as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática⁵, a carga horária torna-se sendo ínfima para superar as deficiências trazidas da Educação Básica, principalmente em Matemática, que necessitaria de uma carga horária maior, já que disciplinas do Núcleo Tecnológico, como: Algoritmos, Programação para Redes, principalmente, exigem muito conhecimento matemático para cursá-las com mais tranquilidade. Nesse sentido, seria importante uma revisão dessa matriz curricular, considerando tal aspecto a fim de oportunizar um melhor aprendizado e contribuir com o sucesso dos alunos no curso.

Vale ainda, ressaltar que a organização curricular objetiva contribuir para a prática da interdisciplinaridade, fomentada principalmente pelo desenvolvimento do Projeto Integrador, que objetiva o diálogo entre várias disciplinas, assim como aponta para o reconhecimento da necessidade de uma educação profissional e tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, conforme PPC do curso.

Em relação ao quantitativo de professores do curso, conforme tabela 7, abaixo, ao longo dos quatro semestres, lecionou no curso um total de 13 professores, entre professores das disciplinas propedêuticas, em menor número, e das técnicas.

Tabela 7 – Número de Docentes por Áreas do Conhecimento

Curso	Número de docentes/área propedêutica	Número de docentes/área técnica	Total
Redes de Computadores	03	10	13

Fonte: IFRN/SUAP, 2013.

⁵ A carga horária de ambas as disciplinas é de 80h/a, ministradas apenas no 1º período do curso. Para maior detalhamento da Matriz, a mesma encontra-se em anexo.

Outro dado interessante a respeito do quadro docente do curso de Redes de Computadores é quanto ao nível de escolaridade; conforme se pode observar na tabela 8, a maioria deles tem de especialização a doutorado, inclusive dois encontram-se afastados da instituição, porque estão cursando doutorado. Isso é um dado positivo do curso, pois se pressupõe que professores com mais qualificação têm melhor desempenho em sala de aula.

No entanto, como fator negativo sobre o quadro docente do curso é que, tomando como parâmetro o semestre 2013.2, que já é um dado mais atualizado desse quadro docente, de um total de 10 professores da área técnica em efetivo exercício, 60% (06) são efetivos e 40% (04) são professores substitutos ou temporários. Esses números, a priori, demonstram uma fragilidade do curso, uma vez que como o quadro não é 100% de efetivos, acaba ocorrendo uma rotatividade de docentes nas turmas, situação que pode gerar desmotivação, e, conseqüentemente, prejuízos ao um bom desenvolvimento do curso.

Tabela 8 – Nível de Escolaridade dos docentes e Regime Trabalhista

Curso	Nível de Escolaridade dos docentes				Situação Trabalhista		
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Efetivo	Temporário	Substituto
Redes de Computadores							
Total	03	04	04	02	09	02	02

Fonte: IFRN/SUAP, 2013.

1.1.4.2- Perfil dos alunos do curso de Redes de Computadores de SGA – Quem são?

Ao entrar na instituição, o aluno preenche um questionário socioeconômico disponibilizado no sistema *on line* Q-Acadêmico⁶, em que o estudante declara informações a respeito de sua situação socioeconômica; ao todo, são 24 questões sobre três temas principais: dados pessoais, situação familiar/ socioeconômico e dados educacionais, os quais geram vinte e um (21) gráficos no sistema, mas selecionamos só alguns para ilustrar esta discussão. Objetivamos fazer a análise

⁶ Q-Acadêmico é uma ferramenta *on line* que possibilita à gestão, ao professor, ao aluno e aos pais uma série de informações acadêmicas, como matrícula, rendimento, frequência, perfil socioeconômico do aluno, etc.

desses dados para perceber se há algum fator que possa fazer relação com a permanência escolar no curso.

Vale lembrar que é por meio destas informações que o setor de Serviço Social seleciona alunos para participar de bolsas alimentação, transporte e trabalho, pois o critério de escolha é, exclusivamente, quanto à situação de vulnerabilidade social. A política de assistência estudantil no instituto objetiva contribuir para a permanência de alunos com dificuldades socioeconômicas. Todavia, apesar de existir esta política no instituto, o número de bolsas é insuficiente para a demanda existente, dada a situação econômica da maioria das famílias do município de São Gonçalo do Amarante, como um todo.

Pelos dados da caracterização das turmas, que se encontram no Sistema Acadêmico, podemos inferir que, no geral, o perfil do aluno do curso de Redes de Computadores, do câmpus SGA, caracteriza-se por pertencer a uma família de baixa renda, com pais com baixo nível de escolaridade; quase 30% dos alunos não têm conhecimento de informática – algo que pode ter relação com a dificuldade do aluno permanecer no curso –, e, principalmente, 80% dos alunos estão sem trabalho – dado que pode ter influenciado na permanência, pois, sendo de uma família de baixa renda, o aluno pode ter abandonado o curso para trabalhar.

No segundo capítulo apresentaremos uma análise mais detalhada dos dados coletados por meio dessa caracterização das turmas feita pelo serviço social do câmpus.

*1.1.4.3 – Dados do Rendimento Escolar do Curso de Redes de Computadores: Havia uma pedra no meio do caminho?*⁷

Para compreendermos quais fatores influenciam na permanência escolar no curso de Redes de Computadores, faz-se necessário uma análise mais detalhada dos indicadores educacionais. Alguns dados foram coletados junto à Secretaria Acadêmica do câmpus, os quais se referem ao número de alunos que se matricularam no segundo semestre de 2011, no referido curso, bem como a situação da turma ao final de cada período, que ao todo somam quatro.

⁷ Paráfrase do poema “No Meio do Caminho”, de Carlos Drummond de Andrade.

É importante ressaltar que o Sistema Acadêmico faz uma distinção entre evasão e as demais possibilidades do aluno deixar a instituição; o sistema só considera evadido o aluno que deixar de frequentar a escola e ficar reprovado por falta, sem dar nenhuma satisfação à mesma. Mas caso o aluno compareça à instituição, preencha um requerimento de trancamento ou de cancelamento de matrícula, ele não será contabilizado como evadido, ou ainda, se por impossibilidade de conclusão no tempo hábil do curso, for jubilado, também não é contabilizado como evadido.

Essa pesquisa tem como foco a permanência escolar, mas não se pode desconsiderar a existência de evasão escolar no curso em estudo, no intuito de se entender os motivos que fazem com uns permaneçam e outros abandonem de vez a escola; assim, justifica-se que neste item seja feita uma menção quanto à evasão escolar.

Os dados apontam uma matrícula inicial de 71 alunos no semestre 2011.1, sendo 35 pela manhã (Turma 1M) e 36 pela tarde (Turma 1V), como veremos nas duas próximas tabelas. A seguir, na tabela 9, apresentaremos o rendimento das duas turmas nos três semestres cursados até então.

Tabela 9 – Rendimentos da Turma 2011.2 1M

	1º Período	2º Período
Mat. Inicial	35	30
Aprovado	18	07
Aprovado c/dependência	12	06
Reprovado	02	12
Evadido	03	03
Cancelado	-	02
Cancelamento compulsório	-	-
Trancado	-	-
Jubilado	-	-

Fonte: IFRN/SEAC/Câmpus SGA/2013.

Conforme a tabela 9, acima, os dados sugerem que no 1º período os resultados foram muito bons na turma 1M; foram aprovados cerca de 85%, se somarmos aprovado mais aprovado com dependência, e menos de 6% foram reprovados; já evadidos, em números absolutos, foram 03, mas que representa 8,5%, um índice já elevado para o 1º período.

Analisando o 2º Período, percebemos que restaram 30 alunos daquela matrícula inicial, e que os resultados não foram bons como no primeiro: ocorreram 43% de aprovação e 40% de reprovação, ou seja, quase metade da turma foi retida pelo caminho; este dado é preocupante, uma vez que sabemos que fracasso escolar é um dos fatores que dificultam a permanência escolar. Quanto à evasão, observamos que novamente 03 alunos se evadiram, representando 10% da turma, se somados com 6,6% de matrícula cancelada, temos então que quase 17% de alunos não permaneceram no curso neste período. Vejamos agora a tabela 10, referente ao rendimento da turma da tarde:

Tabela 10 – Rendimentos da Turma 2011.2 1V

	1º Período	2º Período
Mat. Inicial	36	20
Aprovado	11	06
Aprovado c/dependência	09	01
Reprovado	03	08
Evadido	11	-
Cancelado	02	03
Cancelamento compulsório	-	-
Trancado	-	02
Jubilado	-	-

Fonte: IFRN/SEAC/Câmpus SGA/2012.

De acordo com os dados da tabela 10 acima, podemos inferir que o rendimento dessa turma no 1º período foi muito ruim, principalmente, no tocante à evasão escolar, que representou 30%, e se somados com 5,5% de cancelamento, tem-se que um terço da turma deixou de frequentar o curso ainda no primeiro período. Os demais dados foram: 55% de aprovação e 8,3% de reprovação.

Como podemos observar, restaram 20 alunos, conforme observamos a matrícula no 2º período; destes, obtiveram aprovação 35% e 40% foram reprovados, ou seja, um alto índice de alunos retidos neste período. Não houve evadidos, mas houve 15% de cancelamento e 10% de trancamento de matrícula, ou seja, 25% dos alunos desta turma não mais frequentarão à escola, seja temporária ou definitivamente.

Como já foi mencionado anteriormente, o curso Subsequente de Redes de Computadores tem duração de 02 anos, dividido em 04 semestres. O aluno que não consegue concluir o cursos nos 04 semestres, tem o direito ainda a 1,5 do tempo para tentar concluí-lo, o que representa mais dois semestres. O curso foi iniciado no segundo semestre de 2011, mas, como ocorreram duas greves, a conclusão do curso ocorreu em outubro de 2013. As greves também foram situações que podem ter causado desmotivação nas turmas em geral.

Acima só apresentamos dados de dois semestres, isto porque como o rendimento das duas turmas no decorrer do curso foi ficando cada vez mais caótico, dada à razões que ainda não sabemos, a partir do 3º período só foi possível compor uma única turma com os alunos remanescentes das duas turmas iniciais, ocorrendo a fusão delas em uma só, compondo-a com os alunos que se encontravam numa situação regular no semestre, conforme veremos abaixo, na tabela 11:

Tabela 11 – Rendimentos da Turma 2011.2

	3º Período	4º Período
Mat. Inicial	20	17
Aprovado	16	12
Aprovado c/dependência	02	02
Reprovado	-	01
Evadido	01	-
Cancelado	-	-
Cancelamento compulsório	-	01
Trancado	01	01
Jubilado	-	-

Fonte: IFRN/SEAC/Câmpus SGA/2013.1.

Os números mostram que a partir do 3º período, ocorreu um grande filtro de alunos; quanto ao rendimento 90% da turma teve aprovação e nenhuma reprovação; quanto à evasão, 01 aluno evadiu-se e 01 trancou o curso, ou seja, 10% da turma não permaneceram no curso neste período. Quanto ao 4º e último período, tem-se uma matrícula de apenas 17 alunos, destes 70,5% (12) concluíram o curso sem nenhuma pendência; 02 alunos foram aprovados, mas com disciplinas em dependência, ou seja, concluirão o curso em períodos posteriores; e 18% (02) deixaram o curso, sendo 01 trancamento e 01 cancelamento de matrícula. Observe-se no 4º período, então, um bom resultado da turma. No entanto isso se dá num momento em que a turma passou por um filtro, restando um número reduzido de alunos. O que terá favorecido a permanência somente destes alunos? Quais fatores contribuíram e quais dificultaram para essa permanência? É o que se pretende descobrir nesta pesquisa.

Quando selecionamos no sistema Q-Acadêmico, ao final do semestre 2013.1, a situação final das duas turmas que se fundiram em uma só, é a seguinte, conforme tabela 12:

Tabela 12 – Situação Final dos Alunos Ingressante em 2011.2

Concluintes	12 (17%)
Evadidos	31 (43,6%)
Cancelamento compulsório	06 (8,45%)
Cancelado	12 (17%)
Trancado	02 (2,81)
Em outros períodos	05 (7,0%)
Dependência	02 (2,8%)
Reprovado	01 (1,4%)
Total	71

Fonte: IFRN/SEAC/Câmpus SGA/2013.1

Analisando a situação final das turmas ingressantes em 2011.2, observamos um grande filtro, apenas 17% concluiu o curso no tempo regular; cerca de 11% somam os alunos que ainda continuam no curso e que faltam integralizar algumas disciplinas, estando em períodos diversos; 2,8% fizeram trancamento, podendo retornar dentro do prazo limite de conclusão do curso; 25,5% representa o

percentual de cancelamento e 43,6% de evadidos. Ocorreu, portanto, uma alta taxa de evasão nessas turmas, fato que precisa ser investigado para entender que fatores contribuíram para a desistência de tantos alunos no referido curso.

Vale ressaltar que alguns dados não vão coincidir com as tabelas anteriores. É que pelo sistema, por exemplo, o aluno que é reprovado por falta, mesmo que tenha se evadido, somente no período seguinte é que ele é considerado evadido.

Um fato a ser relatado sobre estas turmas se deu no final do 2º período, quando um dos professores percebendo a desmotivação e dificuldade de alguns alunos em permanecer no curso, procurou saber o motivo para tal desestímulo, quando ouviu deles que as razões eram, além das dificuldades que tinham em virtude das deficiências de aprendizagens trazidas da educação básica, era também a falta de identificação com o curso, uma vez que gostariam de fazer outros cursos e não Redes de Computadores.

Diante de tal constatação, o professor procurou a equipe pedagógica, a coordenação do curso, o diretor acadêmico e relatou o fato, dizendo que tinha sugerido aos alunos que mudassem de curso, já que estavam insatisfeitos; o professor identificou que o curso de Guia de Turismo, que alguns gostariam de fazer, ainda tinha vaga, o que tornou possível a migração de três desses alunos para o referido curso; tais alunos aparecem na tabela 4 como cancelamento compulsório, pois ficaram com duas matrículas, sendo preciso cancelar uma.

Tal atitude do professor, a qual foi endossada pelos citados segmentos, possivelmente evitou mais evasão no curso, como também nos faz refletir se tais motivos relatados pelo professor estão relacionados com os fatores de permanência escolar.

Para compreendermos melhor as causas que levaram os alunos a saírem do curso, coletamos ainda, outros dados junto à Secretaria Acadêmica (SEAC) relativos às razões pelas quais houve o Cancelamento de Matrícula de 15,5% dos alunos, que pode ser compulsório, quando é feito pela própria instituição, por ferir alguma norma institucional; ou pode ser voluntário, quando o aluno formaliza o cancelamento por meio de requerimento justificando o motivo, conforme dados da tabela n^o 13.

Tabela 13 – Motivos de Cancelamento Voluntário de Matrícula no Curso Subsequente de Redes de Computadores

Motivos do cancelamento	Quant. Alunos
Incompatibilidade de horário com o trabalho.	02
Aprovado em outro curso, em outra instituição.	04
Mudança de curso no mesmo <i>câmpus</i> .	04
Motivos de força maior.	01

Fonte: IFRN/SEAC/Câmpus SGA/2012.

Esses dados, como já referido anteriormente, não são visto como evasão escolar, mas o fato é que estes alunos não permaneceram no curso. Em suma, para a nossa análise, interessa-nos a reflexão sobre a situação do curso de Redes de Computadores, turmas 2011.2, uma vez que apenas 28% dos alunos permaneceram na escola e destes apenas 17% concluíram em 04 semestres. Como explicar tal situação? Olhar como algo natural dos cursos subsequentes? Ou a escola tem a responsabilidade de mudar ou minimizar esta realidade para que mais alunos consigam permanecer até a conclusão do curso?

Quando analisamos a trajetória ao longo dos períodos, percebemos que as turmas vão diminuindo, como se existisse um funil. Será que poderíamos falar como Santos e Pouchain (s/d) em ‘seleção dos melhores’? Só os melhores permanecem? Parece existir, portanto,

Uma finalidade expressa do sistema educacional, a formação de todos os alunos, e uma finalidade inconfessa, a seleção dos melhores. Talvez não seja de todo correto falar da “seleção dos melhores” e se devesse dizer “a exclusão dos piores”. O sistema educacional vai estabelecendo uma série de filtros ao longo de suas diferentes etapas que vão deixando de fora os menos capazes. Os demais alunos, entre os quais estão os melhores, os bons, os regulares, alguns fracos, e inclusive outros com escassos conhecimentos, continuam no nível seguinte de estudos. (SANTOS; POUCHAIN, s/d, p. 307).

E a função social da instituição é pautada numa perspectiva de educação de qualidade, democrática e cidadã, mas estes preceitos devem ser garantidos a todos,

e não apenas a uma parcela. São reflexões que a instituição precisa fazer e buscar alternativas de amenizar tal problemática.

Algumas estratégias a instituição tem procurado fazer para garantir que o aluno permaneça na escola. No caso dessa primeira turma do curso de Redes de Computadores, assim que o curso iniciou, logo após uma greve de docentes e servidores em 2011, os docentes e equipe pedagógica já observavam a existência de evasão. Como estratégia na tentativa de trazer os alunos de volta, a equipe pedagógica fez contatos por telefone e e-mail com alguns alunos, mas obteve pouco êxito.

Além dessa estratégia, a instituição garante turmas de dependência para aqueles alunos que ficam reprovados em até duas disciplinas, não fiquem retidos e sim prossigam seus estudos, pagando em outro turno aquelas disciplinas que não tiveram êxito. No entanto, acreditamos que se faz necessário um trabalho mais sistemático de toda a equipe da escola para que mais alunos tenham sucesso escolar e permaneçam estudando, mesmo em cursos na forma subsequente, que têm suas peculiaridades, como, por exemplo, o perfil dos alunos, que, na maioria, são jovens adultos em busca de mercado de trabalho ou de ingressar no nível superior, e quando surgem tais possibilidades, muitas vezes não conseguem conciliar com o curso técnico profissional.

Mesmo ponderando esta questão, entendemos que não se deve conceber a evasão escolar como algo natural, inerente aos cursos subsequentes. Isso fará com que a instituição não tenha um olhar de preocupação com tal realidade, indo contrário à filosofia de uma escola democrática e inclusiva, conforme preceitos do IFRN.

A questão da permanência e da evasão escolar é um tema discutido em todo o sistema educacional brasileiro, e os institutos federais de educação profissionais não estão isentos dessa problemática, fazendo-se, portanto, necessário um olhar mais sensível para essa questão e se pensar em estratégias de modo a garantir uma educação inclusiva, sem perder ninguém ao longo do caminho.

Possuindo diversas causas, que vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino, que desestimula aquele a frequentar as aulas, via de regra inexistem, salvo honrosas exceções, mecanismos efetivos e eficazes de combate à evasão escolar tanto a nível de escola quanto a nível de

sistema de ensino, seja municipal, seja estadual. (DIGIÁCOMO, 2013, p. 01).

Portanto, ao analisar esta temática no Ensino Técnico de Nível Médio, no *câmpus* SGA, no curso Subsequente de Redes de Computadores, observando os diferentes perfis de alunos e sua vulnerabilidade, essa pesquisa tem a intenção de auxiliar a pensar o *câmpus* de forma sustentável, propondo alternativas que possam contribuir para uma maior permanência discente.

No próximo capítulo, faremos uma revisão da literatura sobre a temática, assim como analisaremos outros dados coletados por meio do sistema acadêmico e de entrevistas feitas junto à coordenação do curso, aos professores e alunos que permaneceram no curso, a fim de aprofundarmos mais a análise da temática e possamos no 3º capítulo desta dissertação propor ações e estratégias para tentar solucionar ou amenizar a problemática da evasão.

2. ANÁLISE DOS MÚLTIPLOS FATORES DE PERMANÊNCIA E DE EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Este capítulo está dividido em três seções: a primeira seção tem por objetivo apresentar o referencial teórico que embasa a pesquisa sobre permanência e evasão escolar, buscando compreender os múltiplos fatores que desencadeiam as condições de permanência ou não dos alunos na escola de educação técnica profissional de nível médio; a segunda, apresentar os caminhos metodológicos aplicados ao estudo: abordagem da pesquisa, sujeitos envolvidos na mesma, instrumentais e procedimentos metodológicos; e a terceira seção é a responsável pelas análises dos dados a partir do referencial teórico utilizado.

2.1. PERMANÊNCIA E EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

Essa seção objetiva apresentar alguns aspectos teóricos, a fim de referendar e contribuir com a presente pesquisa. Inicialmente, esclarecemos a concepção de evasão escolar adotada no presente estudo; abordamos alguns estudos de diferentes autores que tratam da ocorrência do fenômeno em vários níveis educacionais; discutimos, ainda, a relação entre educação básica e educação técnica; além disso, trazemos alguns estudos específicos sobre a ocorrência do fenômeno na educação técnica profissional.

Por fim, procuramos trazer para essa discussão, a realidade do *câmpus* SGA do IFRN que também enfrenta esta problemática no curso de Redes de Computadores, objetivando compreendê-la e buscar subsídios para o enfrentamento da questão no referido *câmpus*, uma vez que o capítulo 3 tem o intuito de uma proposição de intervenção pedagógica para solucionar ou minimizar a problemática em estudo.

2.1.1 Concepção de evasão escolar

Segundo Adachi, (2009) apoiando-se em Peixoto *et al* (2003), as pesquisas sobre evasão realizadas no Brasil, mais especificamente, na segunda metade da década de 1980, deram-se predominantemente no levantamento estatístico e de

estudos de casos, realizados por iniciativa do Ministério da Educação e de universidades públicas, ou de análises localizadas de alguns cursos ou cidades, os quais não alcançaram um conhecimento real do problema, de modo que “possibilitassem instaurar atitudes e intervenções pedagógicas, políticas institucionais ou avaliações e acompanhamentos recorrentes para minorar seu impacto.” (p.22).

No ano de 1995, data que marca o estudo da evasão no Ensino Superior, foi instituída a Comissão Especial para o Estudo da Evasão pela Secretaria de Educação Superior/Ministério da Educação e do Desporto (Sesu/MEC), que ocasionou no surgimento de um macro estudo. A primeira preocupação da Comissão foi exatamente aclarar a compreensão do termo: de qual evasão se falava? Evasão de curso? De instituição ou do Ensino Superior?

Assim, a Comissão preocupou-se primeiramente em definir o conceito, dentre outros procedimentos da pesquisa. Desta maneira, mesmo reconhecendo as limitações possíveis, a comissão definiu a evasão, classificando-a como:

- 1) evasão de curso seria aquela que ocorre quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas, tais como: evasão (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- 2) evasão da instituição seria quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado e
- 3) evasão do sistema aconteceria quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o Ensino Superior (COMISSÃO ESPECIAL, p.56 apud ADACHI, 2009, p. 25).

No contexto dessa pesquisa percebemos desde o início que, para uma melhor compreensão de quais fatores favorecem ou dificultam a permanência escolar, seria preciso compreender melhor as especificidades, as nuances de definições de evasão, tanto do ponto de vista da literatura, quanto na perspectiva das fontes aqui utilizadas, uma vez que o termo abandono, também, muitas vezes é utilizado com sentido semelhante. No entanto, ambos são conceitos diferentes, como veremos adiante.

Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o conceito técnico dos dois termos é diferente. “Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema” (INEP, 2014).

Portanto, depreendemos que a diferença conceitual entre os dois termos é muito tênue, pois ambos dizem respeito ao ato de escapar, implicando saída, fuga do sistema escolar.

No âmbito escolar, esse fenômeno é percebido à medida que o aluno deixa de frequentar a escola e não volta a se matricular no ano letivo seguinte, configurando evasão; e quando ele desiste, mas volta para o sistema no ano seguinte, confira-se como abandono escolar.

Nesta pesquisa, adotaremos a concepção de evasão utilizada pelo INEP que é semelhante ao que a Organização Didática do IFRN, no Art. 209, diz:

O estudante com direito à renovação de matrícula que deixar de efetuar-la dentro dos prazos previstos deverá justificar o fato à respectiva Diretoria Acadêmica em até 20 (vinte) dias corridos. Após a data final estabelecida, será considerado desistente e terá sua matrícula cancelada por evasão. (IFRN, 2012, p. 53).

Como os dados que dispomos da instituição como da literatura utilizada são, na maioria, de evasão e não de abandono, iremos optar pela análise e discussão sobre evasão com o intuito de compreendermos suas causas e assim poder investigar, ao mesmo tempo, os fatores que favorecem ou dificultam a permanência escolar no curso de Redes de Computadores.

Como vimos na definição da Comissão Especial para o Estudo da Evasão no Ensino Superior, no IFRN, também, podem ocorrer diversas formas de evasão, como já havia sido ressaltado no capítulo I, mas para efeito de nossa análise sobre o fenômeno, iremos considerá-lo como sendo todas as situações que fazem com que o aluno se desligue do curso, seja a evasão propriamente dita, ou seja, a desistência definitiva do curso, como também nas seguintes possibilidades: cancelamento voluntário ou compulsório e trancamento de matrícula ou jubramento. Até porque dentre essas quatro possibilidades citadas, somente o trancamento é que dá direito do aluno retornar à escola, conforme a Organização Didática⁸ da instituição.

⁸ **Cancelamento voluntário:** quando o próprio aluno faz o cancelamento, desiste de continuar no curso; **cancelamento compulsório:** quando é feito pela própria instituição, por motivos de ordem disciplinar, evasão ou jubramento; **trancamento:** O trancamento de matrícula poderá ocorrer de forma compulsória ou voluntária. O trancamento de matrícula compulsório é aquele em que o estudante necessita interromper os estudos nos seguintes casos, devidamente comprovados e atestados: I. convocação para o serviço militar obrigatório; II. tratamento prolongado de saúde; gravidez de alto risco ou problemas pós-parto; ou IV. intercâmbio educacional promovido pelo IFRN. O trancamento de matrícula voluntário é aquele em que o estudante faz a opção pela interrupção dos

Reafirmamos que tomamos tal posicionamento no intuito de não camuflar os dados sobre o fenômeno em questão, a fim de analisar melhor esses dados e de identificar as razões que levam o aluno a não permanecer no curso de Redes de Computadores no IFRN, *câmpus SGA*.

Muitas são as pesquisas que têm se preocupado com esta temática, entendendo-a como sendo uma forma de fracasso da e na escola.

De um lado, a exclusão na escola, que remete à exclusão operada dentro do processo escolar que culmina na reprovação e repetência. De outro lado, a exclusão da escola, que se refere tanto ao não acesso à escola quanto ao que habitualmente se denomina evasão da escola. (BARBOSA, & ALMEIDA, 2010, p.06).

Motivou-nos investigar o fenômeno da permanência escolar, em virtude de se buscar entender também os fatores que levam à evasão escolar, aqui entendida como uma forma de exclusão escolar e que pressupõe compreendê-la como fracasso produzido e legitimado dentro da estrutura escolar. Barbosa & Almeida (*op. cit.*), citando Bruno & Abreu (2006), dizem que

Quando um aluno abandona a escola, a escola já o abandonou há tempos o fracasso já foi produzido e nesse momento – o da evasão – já se cristalizou e desdobrou. O que foi antes um processo construído e vivenciado agora é só mais um número. Uma pontuação a ser incorporada num índice já bastante triste. (BARBOSA, & ALMEIDA, 2010, p.06).

Segundo Haddad (2000), ao longo da segunda metade do século XX, ocorreu um significativo movimento de ampliação da oferta de vagas no ensino público, principalmente no Ensino Fundamental que transformou “a escola pública brasileira em uma instituição aberta a amplas camadas da população, superando em parte o caráter elitista que a caracterizava no início do século” (p. 125), quando era para apenas alguns poucos privilegiados. Este problema de acesso, mesmo no século XXI, ainda não foi superado; apesar do Ensino Fundamental já está universalizado, com uma taxa de atendimento de 97% (IBGE, 2010), isso não se repete em toda a Educação Básica, em especial no Ensino Médio, como veremos nos dados mais adiante.

estudos, mas para não perder a matrícula ele precisa ter integralizado todas as disciplinas do primeiro período do curso. (Organização Didática/IFRN, 2012, p. 55).

Corroborando com o autor, observa-se que essa ampliação da oferta escolar não acompanhou melhoria das condições educacionais, de forma que, hoje, se têm mais escolas, porém sua qualidade está muito aquém do desejado para um mundo moderno, onde as coisas acontecem numa velocidade de tempo nunca alcançado na história da humanidade, dado os recursos tecnológicos disponíveis na sociedade contemporânea, recursos estes que ainda a exemplo do capital cultural, também não estão acessíveis a todos, são exclusivos apenas para uma parcela da população, uma vez que boa parte dessa massa é excluída socialmente. Assim, conforme o autor,

A má qualidade do ensino combina-se à situação de pobreza extrema em que vive uma parcela importante da população para produzir um contingente numeroso de crianças e adolescentes que passam pela escola sem lograr aprendizagens significativas e que, submetidas a experiências penosas de fracasso e repetência escolar, acabam por abandonar os estudos. Temos agora um novo tipo de exclusão educacional: antes as crianças não podiam frequentar a escola por ausência de vagas, hoje ingressam na escola, mas não aprendem e dela são excluídas antes de concluir os estudos com êxito. (HADAD, 2000, p.126).

Do mesmo modo, Arroyo (2000) considera o fracasso escolar como sendo uma expressão do fracasso social, da reprodução da lógica e da política de exclusão, arraigada nas instituições em geral, e não apenas na escola, que a princípio tem a função social de democratizar o saber, a cultura. Contudo, o autor ressalta que quando se tira o foco da escola, não significa que se está inocentando-a.

Entretanto, desescolarizar o fracasso não significa inocentar escola nem seus gestores e mestres, nem seus currículos, grades e processos de aprovação/reprovação. É focalizar a escola enquanto instituição, enquanto materialização de uma lógica seletiva e excludente que é constitutiva do sistema seriado, dos currículos gradeados e disciplinares. Inspira-nos a ideia de que, enquanto não radicalizemos nossa análise nessa direção e enquanto não redefinamos a ossatura rígida e seletiva de nosso sistema escolar (um dos mais rígidos e seletivos do mundo), não estaremos encarando de frente o problema do fracasso nem do sucesso. (ARROYO, 2000, p. 34).

Já para Perrenoud (2000), o fracasso escolar é uma realidade fabricada e que se manifesta diferentemente no campo ideológico, político ou pedagógico. O autor critica a visão que naturaliza o fracasso escolar como sendo uma simples dificuldade de aprendizagem ou de falta de conhecimentos e de competência.

Essa visão, que ‘naturaliza’ o fracasso, impede a compreensão de que ele resulta de formas e de normas de excelência instituídas pela escola, cuja execução local revela algumas arbitrariedades, entre as quais a definição do nível de exigência, do qual depende o limiar que separa aqueles que têm êxito daqueles que não têm. (PERRENOUD, 2000, p.18).

Portanto, faz-se necessário compreender o fracasso escolar, seja por meio de evasão ou repetência escolar como sendo uma desigualdade fabricada no interior das instituições sociais, políticas e educacionais e não como sendo algo natural para alguns indivíduos que não conseguem lograr sucesso. Sobre isso, Ribeiro (1991) afirma que:

As análises antropológicas até hoje realizadas mostram claramente na cultura do sistema a imputação do fracasso escolar, ora aos próprios alunos, ora a seus pais, ora ao sistema sociopolítico, raramente aos professores, sua formação ou à organização escolar. (RIBEIRO, 1991, p. 17).

Essa é uma visão positivista, que a classe dominante nos quer convencer disso, e sendo uma “verdade”, nada se pode fazer para que as crianças e jovens, que na grande maioria são pobres, e que, pois, já nascem propensos ao insucesso escolar, sendo assim, nada a escola pode fazer para que elas alcancem êxito escolar.

Nesse sentido, a instituição escolar ainda está longe de atender o que preceituam a Constituição Federal de 1988, em seu art. 206 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nº 9394/96, em seu art. 3º, quando se referem à garantia de acesso e permanência escolar e a qualidade do ensino para todos.

Para entender melhor os percalços das trajetórias escolares, é importante analisar a diversidade de situações e quais os múltiplos fatores contribuem para a permanência ou para a evasão escolar, bem como suas causas e como também esse fenômeno tem se manifestado no ensino técnico profissional.

2.1.2 Os múltiplos fatores associados à permanência e à evasão escolar

Várias são as pesquisas que têm investigado a permanência e a evasão escolar na tentativa de compreender que fatores estão associados ao fenômeno, no intuito, inclusive, de se pensar em intervenções pedagógicas e em políticas

educacionais para sanar tal deficiência na escola brasileira. É importante ressaltar que não são tantos estudos assim, isto é, encontram-se muito poucos sobre a temática, em especial quando se restringe à escola de ensino técnico profissional.

Pela revisão da literatura nacional e internacional, este fenômeno não se restringe à educação do Brasil, muito embora, a situação brasileira seja bem mais alarmante. A escola no Brasil ainda concentra altos índices de evasão, indo na contramão do que prega a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96, que tem como um de seus princípios “igualdade de condições de acesso e permanência escolar”, em seu Art. 3º (Brasil, 1996.) Porém, mesmo o aluno tendo acesso à escola, não representa garantia de sucesso escolar, muitos não permanecem nos bancos escolares; a garantia da permanência escolar ainda se configura como um gargalo na educação brasileira.

No cenário internacional, Paixão (2013) destaca os relatórios EUROSTAT que indicam na União Européia, em 2010, uma taxa de evasão em torno de 14,1% entre jovens de 18 e 24 anos na educação geral e profissional. Essa taxa sofreu uma redução de 20% em 10 anos. Nos anos 2000, essa taxa era de 17,6% e para 2020, a meta é reduzir para 10% ou menos.

Já nos Estados Unidos, a situação é bem melhor. O relatório US Report, de 2011, citado pelo autor, informa que, em média, a taxa de evasão anual na Escola Média em 2009 nos EUA foi de 3,4%. Paixão (2013) destaca que as taxas de evasão anuais sempre tenderam para baixo, de 6,1%, em 1972, para 3,4% em 2009. Quando se refere aos jovens na faixa de idade entre 16 e 24 anos, a taxa se eleva para 8,1% de jovens que abandonaram a escola no referido ano, mas se observa uma tendência decrescente nas últimas quatro décadas para essa atual taxa.

Diante desses dados, observa-se que tanto a EU quanto os EUA vêm mobilizando políticas educacionais que têm conseguido reduzir as taxas de evasão escolar na escola média daqueles países.

Quanto ao cenário nacional, como veremos mais adiante, apesar de algumas políticas educacionais terem sido implementadas pelos Estados e Ministério da Educação para o Ensino Médio, principalmente nas duas últimas décadas, o país não tem atingido o retorno necessário na redução dessas taxas. Além disso, a universalização do ensino na escola média ainda representa um desafio ao país, uma vez que milhares de jovens na faixa de idade de 15 a 17 anos ainda não estão

nos bancos escolares, representando uma grande dívida da sociedade com esta parcela da população brasileira.

Os dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) confirmam essa realidade. A taxa de atendimento nessa faixa etária era de 83,3%, sendo que desse total apenas 47,3% deles correspondem à taxa de escolaridade líquida⁹, definida como sendo a proporção de jovens que se encontram na faixa etária adequada nesse nível educacional. Vale destacar que o valor médio não evidencia as desigualdades regionais que permeiam o território brasileiro. Quando se observa por região, o percentual dessa taxa varia de 39,1% na Região Norte, a mais pobre do Brasil, para 60,5% na mais rica região, a Sudeste (IBGE, 2010).

Vale ressaltar que o novo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011 – 2020 tem como meta universalizar o Ensino Médio entre 15 a 17 anos até 2016. Outra meta do PNE é alcançar 85% de taxa de escolarização líquida na faixa etária de 15 a 17 anos de idade no Ensino Médio em 2020. De acordo com o Ministério da Educação (MERCADANTE, 2012 apud PAIXÃO, 2013, p.154) de 2003 a 2009, a taxa de atendimento escolar brasileiro variou de 81,1% para 83,0% e a taxa de escolarização líquida para esta faixa de idade era 43,1%, em 2003, e 50,9% em 2009.

Em se tratando de Educação Técnica Profissional, o novo Plano Nacional de Educação para 2011-2020 (PNE, 2011) prevê ampliar gradualmente suas taxas de conclusão para 90%; mas ainda se tem um longo caminho a percorrer diante da atual realidade da escola técnica profissional.

De acordo com o Censo Escolar de 2012, houve uma redução da oferta do Ensino Médio de 0,3% em relação a 2011. E que observando o tamanho da coorte adequada ao Ensino Médio conclui-se que há espaço para a expansão dessa etapa de ensino. Isso, porém, só será atingido com a correção do fluxo escolar no Ensino

⁹**Taxa de escolarização líquida:** Percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos; 4 a 6 anos; 7 a 14 anos; e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, a creche, pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio. **Taxa de escolarização bruta:** Percentual da população matriculada em determinado nível de ensino, em relação à população total que se encontra na faixa etária recomendada para esse nível de ensino. A Taxa de Escolarização Líquida é também denominada de Taxa de Matrícula Líquida. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br>

Fundamental, etapa escolar que gera demanda para o Ensino Médio, como podemos observar nos números de matrículas no Ensino Médio comparando com a população na faixa de idade de 15 aos 17 anos, na tabela 14:

Tabela 14 – Ensino Regular – Número de Matrículas no Ensino Médio e População Residente de 15 a 17 Anos de Idade – Brasil – 2007-2012

Ano	Ensino Médio	População por Idade – 15 a 17 anos
2007	8.369.369	10.262.468
2008	8.366.100	10.289.624
2009	8.337.169	10.399.385
2010	8.357.675	10.357.874
2011	8.400.689	10.580.060
2012	8.376.852	...
D% 2011/2012	-0,3

Fonte: Resumo técnico- Censo Escolar Educação Básica 2012. MEC/INEP. Notas:

1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE). 2) Ensino Médio: inclui matrículas no Ensino Médio integrado à educação profissional e no Ensino Médio normal/magistério.

Retornando aos dados do Censo do IBGE, outro indicador importante de destaque trata da vulnerabilidade dos jovens quanto à evasão escolar precoce, que conforme o censo é a proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade que não haviam completado o Ensino Médio (desde aqueles sem instrução até os com Ensino Médio incompleto) e os que estavam sem estudar. O Censo aponta uma queda de 11,5% pontos percentuais dessa taxa de 2000 a 2010, passando de 48,0% para 36,5%, mas enfatiza que o Brasil ainda possui uma taxa média de evasão escolar precoce quase três vezes maior do que a média dos países desenvolvidos da Europa, e que há uma incidência significativamente maior entre os homens quando comparado com as mulheres.

Uma parcela significativa dos jovens de 18 a 24 anos de idade que não concluíram o Ensino Médio abandonou a escola após ingressar nesse nível, isto é, 21,2%. Entretanto, uma proporção ainda maior deles havia abandonado a escola sem completar o Ensino Fundamental (52,9%). Futuramente, esses jovens podem se tornar um grupo mais suscetível à exclusão social. (IBGE, 2010, p. 75).

Paixão em seu estudo (2013, p. 05), afirma que “há processos complexos envolvidos nos percursos juvenis de permanência ou evasão”. Corroborando com o autor, acrescenta-se que isso precisa ser levado em consideração antes de fazer quaisquer afirmações simplistas ou generalistas sobre o fenômeno.

Conforme o autor, que se apoia nos estudos de Newmann, Wehlage e Lamborn (1992), uma explicação mais abrangente da natureza do envolvimento de jovens e sobre a natureza dos programas de apoio escolar destinados à juventude, precisa levar em conta, dentre outros aspectos, os efeitos de alguns fatores como:

1. O Background pessoal e social dos estudantes;
2. O contexto distrital e comunitário onde o mesmo vive, cujas normas e políticas afetam muitos aspectos da vida na escola;
3. Cultura escolar, refletida nas crenças e valores dos funcionários e alunos;
4. Organização escolar (tamanho, estrutura, divisão do trabalho);
5. Currículo;
6. Background dos Professores e sua competência
7. Interação professor-aluno, dentro e fora da classe (NEWMANN,WEHLAGE e LAMBORN, 1992, p.34 apud PAIXÃO, op. cit. p 05).

Nos estudos de Dore Soares e Lüscher (2011), enfatizam que muitas são as situações que estão associadas ao fenômeno da evasão escolar. Devem-se levar em conta situações diversas quanto à retenção do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, a evasão da escola e posterior retorno. Pode-se também referir, ainda, segundo as autoras, àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, bem como ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um desistente. As autoras ainda chamam a atenção para outro aspecto que consideram relevantes nas situações de evasão: o nível escolar em que ela ocorre, uma vez que a evasão difere significativamente nos diferentes níveis e modalidades educacionais.

As autoras ainda consideram importante no estudo da evasão escolar o aspecto referente à perspectiva adotada na investigação do fenômeno: do indivíduo, da escola ou do sistema de ensino. Elas argumentam que o sistema pode entender a evasão como um problema e não ser o para o indivíduo ou até mesmo para a escola considerada isoladamente. Essa visão tradicional opõe-se ao que elas chamam de ‘educação permanente’ na qual “o abandono e o retorno do estudante

não são entendidos necessariamente como um problema. O estudante vai e volta” (2011, p. 05). Mas isso só seria pertinente em um contexto da vida adulta.

Outro aspecto complexo na compreensão do fenômeno é quanto suas possíveis causas. Pelas pesquisas já realizadas sobre o assunto, percebe-se que a evasão é consequência de um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive, como veremos a seguir.

As autoras se apoiaram nas pesquisas de Rumberger (2004), que identificou duas principais perspectivas como principais contextos de investigação do problema: a individual, que envolve o estudante e as circunstâncias de sua trajetória escolar, e a institucional, que leva em consideração a família, a escola, a comunidade e os grupos de amigos. No aspecto individual, consideram-se os valores, os comportamentos e as atitudes que favorece um maior ou menor engajamento do estudante na vida escolar.

Conforme essas pesquisas, há dois tipos de engajamento: o engajamento acadêmico/aprendizagem e o engajamento social/convivência do estudante com os colegas, com os professores e com os demais sujeitos da comunidade escolar. “A forma como o estudante se relaciona com essas duas dimensões da vida escolar interfere de modo decisivo sobre sua deliberação de se evadir ou de permanecer na escola” (RUMBERGER (2004) *apud* DORE SOARES e LÜSCHER, 2011, p.05).

Ainda quanto à perspectiva do indivíduo, nos estudos das autoras acima, o *background*¹⁰ familiar é visto como o fator mais importante para o sucesso ou para o fracasso do estudante em algum ponto de seu percurso escolar. Outro fator que também está relacionado à família e que tem sido muito destacado nas pesquisas, refere-se ao capital social¹¹, ou seja, à qualidade das relações que os pais mantêm com os filhos, com outras famílias e com a própria escola também está associado à permanência ou evasão escolar.

Quanto à perspectiva da escola, as autoras citam que dentre os fatores que podem ser relacionados à saída/evasão ou à permanência do estudante na escola, relaciona-se com: o perfil do corpo discente, os recursos e estruturas físicas

¹⁰ *Background* familiar: nível educacional dos pais, renda familiar e estrutura da família.

¹¹ Entende-se por Capital Social como “os benefícios angariados por virtude da pertença a um grupo são a própria base em que assenta a solidariedade que os torna possíveis” (BOURDIEU, 1985: 249 *apud* PORTES, A., 2000, p. 03). Ou seja, para possuir Capital Social, o indivíduo precisa manter relações sociais, as quais são a principal fonte dos seus benefícios.

escolares, os processos e as práticas pedagógicas. E por fim, essas pesquisas apontam que a comunidade e os grupos de amigos também têm grande influência sobre os processos de evasão ou permanência escolar.

Do vasto e intricado conjunto de circunstâncias individuais, institucionais e sociais presentes na análise da evasão, destaca-se a explicação de que a evasão é um processo complexo, dinâmico e cumulativo de desengajamento do estudante da vida da escola. A saída do estudante da escola é apenas o estágio final desse processo. (DORE SOARES E LÜCHER, 2011, p. 06).

Portanto, percebe-se, pela revisão da literatura aqui realizada, o quão é complexo o fenômeno em questão e que demanda uma análise mais cuidadosa e responsável sobre o processo, pois há uma série de fatores envolvidos no processo de evasão ou permanência escolar, principalmente porque se trata de indivíduos e não simplesmente de um número apresentado pelas estatísticas dos órgãos oficiais, que se enfatizam dados mais alarmantes quando se trata das camadas sociais menos favorecidas.

A partir dessas considerações, entendemos que para alguns estudantes, que detêm a posse de determinado patrimônio (socioeconômico e cultural) torna-se mais fácil aderir aos valores escolares, pois a escola lhes oferece chances razoáveis de satisfazer a todas as suas expectativas, ao confundir os valores do êxito social com os do prestígio cultural. Enquanto para as crianças oriundas das classes populares, no que diz respeito à facilidade de assimilar a cultura e a propensão para adquiri-la, são duplamente prejudicadas. (ADACHI, 2009, p. 64).

Logo, as mediações entre as condições gerais, presentes no contexto social, e aquelas apresentadas pelo estudante no desenvolvimento de uma escolaridade plena é responsabilidade da escola. Nesse sentido, do ponto de vista social e individual, a escola representa oportunidade fundamental para enfrentar e superar limitações do contexto social, diante de desejos e aspirações dos indivíduos, proporcionando-lhes construir outras perspectivas de inserção e de participação na vida social. Todavia, isso requer a permanência do aluno na escola. No caso brasileiro, as condições de acesso e de permanência do estudante na escola e, em especial, na escola técnica, são definidas principalmente pelas políticas educacionais voltadas a essa modalidade de ensino e a sua relação com o ensino de nível médio.

2.2. CONTEXTO EDUCACIONAL DA ESCOLA MÉDIA NO BRASIL: RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Compreendemos que antes de analisarmos as causas da não permanência escolar na educação técnica, é válido abordar mesmo que resumidamente o contexto educacional na qual a escola média brasileira se relaciona com a educação técnica profissional ao longo de sua trajetória de existência, quando observamos que ao longo das reformas desse nível de ensino, seus objetivos ora tendem para um ensino propedêutico, acadêmico, ora tendem para um ensino profissionalizante.

Segundo Dores Soares (1999) a dualidade de objetivos e de organização tem sido uma marca distintiva da escola média no Brasil, desde os anos de 1930 até hoje. Por um lado, buscou-se uma formação geral, tendo em vista a continuidade de estudos no nível superior; e de outro, enfatizou-se uma formação profissional, com foco no mercado de trabalho. Essa marca dualista ganhou contornos muito bem definidos entre 1942 e 1946. Durante esse período que foram criadas as Leis Orgânicas do ensino, instituindo os cursos profissionalizantes nas áreas industrial, comercial e agrícola, fomentando a separação entre a educação profissionalizante e a educação secundária (DORE SOARES, 1999, p. 778). Foi nessa época que as escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em escolas Técnicas Industriais (FRIGOTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005). Assunto já detalhado no capítulo I.

Desde então, a educação de nível médio no Brasil passou por cinco reformas educacionais, uma a cada década. E durante esta trajetória de reformas, houve um movimento pendular quanto às relações entre o Ensino Médio e o Técnico, revezando-se perspectivas de unificação/articulação da formação geral/propedêutica com a formação técnica/profissional, e com propostas de dissociação entre os dois tipos de formação. Em nenhuma das reformas, a marca da dualidade foi superada (DORE SOARES E LÜCHER, 2011).

Segundo Dore Soares (1999), a esboçada escola unitária, idealizada por Gramsci, como sendo um instrumento para a promoção de uma formação não somente para o trabalho e para a cidadania, mas fundamentalmente para o trabalhador ser dirigente e sair da condição de subalterno, nunca se tornou uma realidade, mesmo nas tentativas de reformas mais progressistas.

Para Frigoto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 03), o marco significativo de todas as reformas educacionais no país referente à educação de nível médio “são as lutas da sociedade civil que, em 1988, se organiza em defesa da escola pública e da educação dos trabalhadores”, e apresenta o primeiro projeto de LDB à Câmara dos Deputados, em dezembro desse ano, pelo Deputado Federal Otávio Elísio, que assim se manifestava:

A educação escolar de 2º grau será ministrado apenas na língua nacional e tem por objetivo propiciar aos adolescentes a formação politécnica necessária à compreensão teórica e prática dos fundamentos científicos das múltiplas técnicas utilizadas no processo produtivo (BRASIL, 1991, ART. 38 apud FRIGOTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p. 03).

Porém tais anseios da sociedade civil e dos educadores por uma educação unitária, mais uma vez perde-se oportunidade e aprova-se a LDB n. 9.394/96 e, no ano seguinte, o Decreto n. 2.208/97, para atender as demandas do mercado.

Enquanto o primeiro projeto de LDB sinalizava a formação profissional integrada à formação geral nos seus múltiplos aspectos humanísticos e científico tecnológicos, o Decreto n. 2.208/97 e outros instrumentos legais (como a Portaria n. 646/97) vêm não somente proibir a pretendida formação integrada, mas regulamentar formas fragmentadas e aligeiras de educação profissional em função das alegadas necessidades do mercado. (FRIGOTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p. 03).

O Decreto nº 2.208/97 que proibia que o Ensino Médio propiciasse também a formação técnica foi revogado, e mesmo com muitas críticas e controvérsias foi por meio do decreto nº 5.154/2004 que o restabelecimento dessa garantia se pretendeu reinstaurar um novo ponto de partida, passando a considerar essa etapa de ensino como sendo o momento de consolidação da formação geral e técnica centrada em três pilares: trabalho, ciência e cultura, relacionando-se diretamente com uma formação profissional específica (FRIGOTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005).

É importante ressaltar que essa concepção constitui um horizonte conceitual e político na luta contra o dualismo escolar, que marca a história do ensino profissional no Brasil, como também nas demais sociedades modernas industriais do ocidente.

A política educacional dos anos de 2000, busca a partir do decreto 5154/2004, de alguma forma, reduzir a velha dicotomia ao criar uma nova

possibilidade para articular o Ensino Médio ao técnico, por meio de uma modalidade integrada entre ambos (DORE E LÜSCHER, 2011).

No entanto, observamos que mesmo no ensino de nível médio técnico integrado, na prática continua um ensino fragmentado que não promove uma educação integral, uma vez que o currículo também é organizado por disciplinas que não dialogam entre si, apesar das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio propor uma integração curricular.

Compreendemos, portanto, que até o momento nenhum decreto tem conseguido dar resposta aos anseios da sociedade por um Ensino Médio que promova de fato uma base sólida para a construção da cidadania de milhares de jovens que se encontram nessa etapa de ensino, e muitos ainda fora da escola.

Como vimos no capítulo I, o governo federal desenvolve atualmente, uma política de expansão da educação técnica profissional pública no país. Essa expansão da rede federal é pautada por motivações de naturezas distintas. Por um lado, o crescimento do país pressionou a demanda por mão de obra qualificada. Por outro lado, viu-se uma oportunidade quanto à convergência espacial da expansão da rede com outras políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional (TCU, 2013).

Em consequências dessas ações, as matrículas no ensino técnico têm crescido. Segundo o Censo Escolar 2012, os números da educação profissional apontam para a manutenção de sua expansão. Considerando a educação profissional nas formas concomitante e a subsequente ao Ensino Médio, o aumento da matrícula foi de 7,1%, atingindo mais de 1 milhão em 2012. Incluindo o ensino técnico integrado ao Ensino Médio, os números indicam um contingente de 1,4 milhão de alunos atendidos.

O referido censo chama atenção para a forte expansão da rede federal, com aumento de 11% em um ano. Nos últimos nove anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 143%.

A Educação Profissional no Brasil é ofertada por um conjunto de estabelecimentos públicos e privados que se caracterizam como escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, associações/escolas, entre outros. O Censo Escolar 2012 revela que a participação da rede pública tem crescido anualmente e já atende 53,6% das matrículas (BRASIL, 2012).

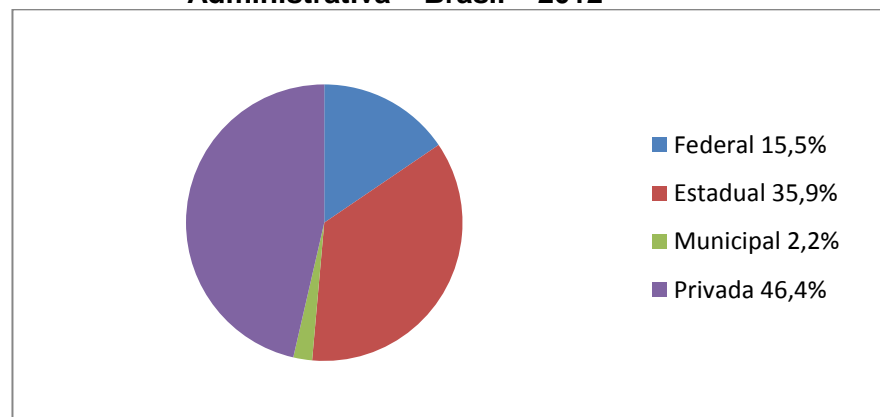
Tabela 15 – Número de Matrículas na Educação Profissional por Dependência Administrativa – Brasil – 2007-2012

Ano	Matrículas na Ed. Profissional por Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	780.162	109.777	253.194	30.037	387.154
2008	927.978	124.718	318.404	36.092	448.764
2009	1.036.945	147.947	355.688	34.016	499.294
2010	1.140.388	165.355	398.238	32.225	544.570
2011	1.250.900	189.988	447.463	32.310	581.139
2012	1.362.200	210.785	488.543	30.422	632.450
Δ% 2011/2012	8,9	10,9	9,2	-5,8	8,8

Fonte: MEC/Inep/Deed/2012. Notas: 1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializa do (AEE). 2) Inclui matrículas de educação profissional integrada ao Ensino Médio.

Importante destacar que a evolução do crescimento da matrícula do Ensino Técnico da Rede Federal entre os 2007 e 2012 alcançou 92%, conforme se pode observar na tabela 15, enquanto que na rede privada foi de apenas 63,4%; essa situação nem sempre foi assim, pelo contrário. O crescimento das matrículas era sempre maior na rede privada, o que demonstra que os investimentos do governo federal em educação técnica têm aumentado significativamente; porém, a rede privada ainda detém 46,4% do total de matrículas sobre os restantes 53,6% do conjunto das redes públicas. Nesse conjunto, a participação da rede federal nas matrículas sobre o total do ensino técnico é de 15,56%, como se pode ver no gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição da Matrícula na Educação Profissional por Dependência Administrativa – Brasil – 2012



Fonte: MEC/Inep/Deed/2012.

Corroborando com Dores e Lücher (2011, p. 781-782), “a expansão do ensino técnico de nível médio e a abertura de novas oportunidades de acesso à formação profissional e à inserção no mundo do trabalho para os jovens possibilitam um maior grau de democratização da educação técnica”. E isto representa os anseios da nossa sociedade.

Ainda conforme as autoras, atrelada a essa democratização de um maior acesso ao ensino técnico, assim como ocorre em países europeus, nos Estados Unidos e na Austrália, surgem problemas relacionados ao abandono escolar que podem comprometer o processo de democratização desse ensino.

Assim, como na escola básica em geral, o estudo das condições para a permanência ou não de estudantes na escola técnica se faz também importante para conhecermos os múltiplos fatores envolvidos nesse fenômeno e se busque intervenções pedagógicas e políticas educacionais para reduzir este tipo de exclusão social e se garanta de fato a democratização da educação técnica profissional.

Como se vê, a presença de evasão escolar não ocorre somente na educação básica, mas também na escola técnica profissional. Portanto, ela representa problema que alcança diferentes modalidades de ensino em maior ou menor grau.

A seguir, veremos, como esse fenômeno também tem se manifestado nessa modalidade de ensino.

2.2.1. Permanência e Evasão Escolar no Universo da Educação Técnica Profissional de Nível Médio

Para Luscher e Dore (2011), os múltiplos fatores de evasão escolar na educação profissional de nível técnico pode indicar a existência de oportunidades de escolhas e de experimentação profissional- mobilidade- por um lado, mas pode também representar a instabilidade e/ou falta de orientação do jovem quanto à carreira profissional que queira seguir. Pode sinalizar ainda, que está em curso um movimento que o estudante pode abandonar definitivamente o sistema.

Enfim, no caso da educação técnica de nível médio no Brasil, os aspectos relacionados à permanência ou à evasão escolar podem ser caracterizados sob várias perspectivas, o que torna muito difícil de compreender o fenômeno, seja no aspecto quantitativo ou qualitativamente. Uma vez que,

Entre os percursos de formação profissional disponíveis no nível médio, o estudante pode, por exemplo, escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico. Pode também mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso (integrado, subsequente ou concomitante) e/ou a rede de ensino na qual estuda. Outra opção é a de interromper o curso técnico para ingressar no Ensino Superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio. (LUSCHER; DORE, 2011, p. 152-3).

Para as autoras, a complexidade desse fenômeno demanda soluções também complexas, de difícil realização e que é necessário o envolvimento de diferentes agentes sociais. Os estudos sobre o assunto destacam a importância da prevenção e identificação precoce do problema e o acompanhamento individual dos possíveis estudantes que estão em situação de risco de evasão.

As autoras enfatizam, ainda, que em se tratando de educação técnica profissional, a evasão é um dos fatores mais significativo para “a baixa qualificação e habilitação profissionais apresentadas pelos jovens nas suas tentativas de ingresso no mercado de trabalho” (*op. cit.* p.153).

Porém, em virtude da diversidade de situações e causas que podem estar atreladas ao fenômeno da evasão escolar, bem como as imprecisões conceituais, os pesquisadores concluem que ainda há uma grande defasagem de conhecimentos e informações a respeito do tema e que os problemas conceituais nessa área ainda não foram totalmente solucionados (LUSCHER; DORE, 2011).

Em se tratando do Brasil, ainda há muita dificuldade de acesso dos jovens ao ensino técnico, em virtude de deficiências na formação durante a educação básica, bem como dos altos índices de evasão e de outros indicadores de fracasso escolar ainda tão presentes no nosso sistema educacional. Logo, essa relação entre a educação básica e a educação técnica é um fator importante a ser considerado no estudo sobre evasão na educação técnica profissional em âmbito de Brasil.

Como já mencionado aqui neste capítulo, a existência de gargalos no fluxo escolar da educação básica tem reduzido de maneira contundente as possibilidades de acesso dos jovens à educação técnica.

Embora os estudos de Bueno (1993) refiram-se à evasão escolar no Ensino Superior, mas nos oferecem alguns indicadores importantes para investigar o problema no âmbito do ensino técnico, uma vez que ambos os níveis levam o discente a uma escolha profissional.

O autor ressalta que essa problemática nos cursos superiores, deve ser compreendida enquanto uma questão mais ampla no que concerne à escolha profissional pelos jovens. Enfatiza que evasão não envolve poucos aspectos, mas se caracteriza por um conjunto de fatores que são multiplicativos e que vão definir as decisões e motivações do estudante. Considera alguns pontos de extrema relevância na consideração do desencadeamento da evasão pelo discente. Ele cita as dificuldades de adaptação que atingem desigualmente estudantes dos diversos cursos, causando ora o desligamento de alunos, ora não, uma vez que alguns encontram em outros fatores sustentação para sua permanência no curso.

Há ainda a dificuldade de adaptação ao currículo escolar; como também, nem sempre o aluno observa suas expectativas profissionais ao avaliar os requisitos exigidos e habilidades necessárias para a formação naquela profissão.

Dessa forma, as dificuldades de adaptação do adolescente e as falhas na escolha profissional, fatores que favorecem para a alta taxa de evasão em alguns cursos, também estão presentes nos cursos em que é baixa a taxa de evasão. Sendo assim, afirma que essas questões apontam para a existência de problemas nas atividades de formação dos estudantes, que precisam ser cuidadosamente diagnosticadas e enfrentadas pelos diversos cursos da universidade. Chama a atenção para o compromisso institucional com a atividade de formação dos estudantes - tanto no que diz respeito às questões pertinentes à atividade escolar mais especificamente, quanto com relação às questões externas, do tipo prestígio social da profissão escolhida, condições salariais e de trabalho – como estratégias para o enfrentamento das altas taxas de desligamento discente.

Como afirmado anteriormente, além das contribuições de Bueno (1993), outras duas pesquisas podem nos auxiliar na tentativa de buscar compreender o complexo fenômeno em estudo.

Existem duas pesquisas interessantes sobre evasão escolar no Ensino Médio. A primeira refere-se sobre a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (NERI, 2009) “Motivos da Evasão Escolar”, realizada a partir de dados secundários da Pesquisa Nacional de Emprego do IBGE de 2004 e de 2006. Os resultados dessa pesquisa destacam dois principais motivos que levam os jovens de até 17 anos a abandonarem a escola média: falta de interesse/motivação (40,29%) e falta de renda familiar (27,09%); outras motivações respondem por 31,73% das respostas, conforme tabela 16:

Tabela 16- Motivos de Evasão Escolar

Motivos de Evasão	2004	2006
Oferta	11.14	10.89
Falta de Interesse	45.12	40.29
Falta de Renda	22.75	27.09
Outros Motivos	20.77	21.73
Total	100	100

Fonte: Neri (2009).

A segunda trata-se da "Pesquisa sobre Evasão Escolar (PSAE): Determinantes da evasão do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais" (SOARES, 2010). O relatório (SOARES, 2010, p.36) aponta para a evasão escolar os motivos elencados no quadro 4:

Quadro 4- Motivos de Evasão Escolar

Conciliar os estudos com o trabalho (58,3%);
Falta de interesse (10,%);
Gravidez (8,90%);
Problemas familiares (4,1%);
Desinteresse dos professores (1,4%);
Excesso de matérias (conteúdo) (1,2%);
Mudança para outra cidade (0,8%)
Distância da Escola (moradia ou trabalho) (0,8%);
Professores muito exigentes (0,7%);e
Outros (13,4%).

Fonte: Pesquisa sobre Evasão Escolar (PSAE): Determinantes do abandono do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais" (SOARES, 2010).

Além desses dados, os autores destacam diversas explicações para a ocorrência do fenômeno, das quais selecionamos algumas e elencaremos aqui, *ipsis literis*, conforme quadro 5:

Quadro 5- Explicações para a Ocorrência de Evasão Escolar

Alunos com problemas de defasagem idade/série possuem mais chance de abandonar a escola; Dessa forma, cada ano a mais de defasagem aumenta em 77% as taxas de risco de evasão;
Cada ano de atraso (Defasagem) no ingresso do Ensino Médio – 15anos é a idade recomendada – aumentará em 5% as taxas de risco de evasão;
Apresentar dificuldade geral nas disciplinas tende a aumentar a taxa de evasão;
Ansiar por uma escola dinâmica/inovadora tende a aumentar a taxa de evasão;
Quando a família demonstra maior interesse e incentivo nos estudos a taxa de evasão tende a diminuir;
A percepção de melhores oportunidades no mercado de trabalho está associada a menores taxas de evasão;
Pretender fazer Faculdade tende a produzir menores taxas de evasão;
Quando a opção pela escola ocorre por qualidade/afinidade, as taxas de evasão tendem a ser menores.

Fonte: Pesquisa sobre Evasão Escolar (PSAE): Determinantes do abandono do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais" (SOARES, 2010).

Além desses estudos, podemos ainda acrescentar, o Relatório do Tribunal de Contas da União-TCU, que realizou entre agosto de 2011 e abril de 2012, uma auditoria operacional na Rede Federal de Educação Profissional, cujo objetivo foi avaliar a atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e um dos cinco aspectos avaliados era referente à caracterização da evasão e medidas de como reduzi-la.

O relatório utiliza como parâmetros legais o Projeto de Lei do novo Plano Nacional de Educação (2011-2020) que estabelece como meta de 90% para a taxa de conclusão até 2020; como também, leva em consideração o Termo de Acordo de Metas firmado pelos Institutos Federais que projeta uma taxa de 80% de conclusão para todas as modalidades de cursos ofertados pelos institutos até 2016, mas o relatório faz uma ressalva afirmando ser um ideal a longo prazo dada a atual realidade na qual ainda se encontra a educação técnica profissional no país com taxas de rendimento ainda muito aquém do desejável, conforme veremos nos dados a seguir.

Segundo o relatório (TCU, 2012), quando se analisam as taxas de conclusão no ensino técnico da Rede Federal, a situação é a seguinte: situa-se em 46,8% para o médio integrado, 37,5% para o Proeja, 25,4% para a Licenciatura, 27,5% para o

Bacharelado e 42,8% para os cursos de tecnólogo. Ou seja, muito baixa as taxas de conclusão na escola técnica da Rede Federal; pelos dados, em todas as modalidades menos de 50% dos alunos que ingressam em um curso, conseguem concluí-lo. Muito distante dos 80% da taxa de conclusão previsto no Acordo de Metas em até 2016.

Outro aspecto interessante que o relatório aborda é para o fato de que os Institutos Federais ofertam cursos para públicos bastante diversificados. Por exemplo, nos cursos de nível médio integrado, os estudantes não apresentam muitas reprovações significativas em seus históricos escolares, sendo, na sua maioria, formados por estudantes adolescentes. Já nos cursos de nível médio do Proeja os alunos são mais adultos e que, em sua maioria, apresentam histórico de retenções escolares, como também há algum tempo não frequentavam a escola (TCU, 2012).

Com base nos dados do SISTEC¹², o TCU calculou as taxas de evasão, conforme tabela 17, que nos interessa apenas analisar os percentuais de evasão. Segundo o estudo, os cursos com pior situação são os de nível médio: principalmente cursos de Proeja (24%) e cursos Médios Subsequentes (19%) Comparando-se com os demais níveis presentes na referida tabela, podemos considerar como sendo taxas elevadas. Já no tocante às taxas de conclusão, são os cursos superiores os que apresentam menores taxas, como são os casos dos cursos de bacharelado (27%) e licenciatura (25%).

¹² SISTEC-Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

Tabela 17 – Alunos Evadidos, Em Curso e Concluintes, por tipos de cursos, de ciclos de matrícula iniciados a partir de 2004 e encerrados até dezembro de 2011.

Indicador / Tipo de curso	Nível Médio			Nível Superior		
	Proeja Médio	Subsequente Médio	Integrado Médio	Licenciatura	Bacharelado	Tecnólogo
Quantidade de Ciclos de Matrícula*	287	1.544	483	163	107	739
Quantidade de alunos dos cursos	5.836	59.871	16.066	3.084	2.538	21.762
Percentual de Evadidos	24,0%	18,9%	6,4%	8,7%	4,0%	5,8%
Percentual de Alunos em Curso	37,9%	49,3%	44,4%	64,5%	68,1%	50,8%
Percentual de Concluintes	37,5%	31,4%	46,8%	25,4%	27,5%	42,7%

Fonte: Extraído *ipsis literis* do relatório do TCU/2012. Obs: Os dados referem-se a ciclo de matrículas que terminaram até o primeiro semestre de 2011.* **Ciclos de Matrícula representa uma agregação de cursos: por exemplo, o ciclo de matrícula do curso médio integrado de química de determinado campus abrange todos os cursos (diurnos, noturnos, integrais e a distância) médios integrados de Química ministrado nesse câmpus.**

O relatório também destaca para o grande número de alunos “em curso”, sugerindo que devem ser analisados os padrões de retenção ou atraso estudantil vivenciado pelos alunos. Apontando a premissa de que alunos com maior nível de atraso são mais propensos a evadir.

Incluindo todos os cursos, a maior parte dos alunos apresenta retenção moderada, de até um ano. Comparando com o nível superior, os cursos de nível médio apresentam menor quantidade de retenção. Para cursos como Licenciatura, Bacharelado e Tecnólogo tem-se que 43%, 44% e 37% respectivamente dos alunos apresentam retenção superior a um ano. Esses percentuais são muito menores para os cursos médios (22% para o Proeja, 35% para o Subsequente e 17% para o Integrado).

Sabe-se pelas pesquisas que alunos com histórico de reprovações/retenção escolar são alunos em grupo de risco para futuras evasões. Os números acima

aparentam ser pequenos quando comparados com o Ensino Superior, mas se analisarmos melhor, iremos perceber que é um significativo contingente de jovens que se encontram retidos e caso não seja feita nenhuma intervenção pedagógica para superação de suas dificuldades de desempenho são indivíduos propensos a desistir do curso.

Os auditores do TCU apontaram algumas possíveis causas para as taxas de evasão no ensino técnico da rede federal, conforme se pode observar no quadro 6, abaixo:

Quadro 6- Causas da Evasão no Ensino Técnico Profissional

Problemas de desempenho acadêmico/déficits educacionais oriundos da formação recebida desde a educação infantil e Ensino Fundamental;
Situação socioeconômica das famílias dos estudantes;
Aspectos relacionados com a infraestrutura das escolas;
Muitos alunos utilizam os Institutos como trampolim para ascender ao nível superior e abandonam o curso sem concluir a formação profissionalizante;
Cursos técnicos de nível médio e superior altamente especializados, que exigem conhecimentos sofisticados por parte dos alunos.

Fonte: Relatório do TCU/2012.

Além de elencar as prováveis causas da evasão, o TCU fez uma série de recomendações à Secretaria de Educação Tecnológica - SETEC para o aperfeiçoamento do levantamento e monitoramento dessa evasão para combatê-la tanto no presente como no futuro.

Segundo Fernando Leme do Prado, presidente da Associação Nacional da Educação Tecnológica (Anet), durante o Fórum de Educação Profissional do Estado de São Paulo de 2011 (FÓRUM 2011 *apud* ARAÚJO E SANTOS, 2012), muitos casos de evasão se dá em consequência de inadequação do processo seletivo para o ingresso no ensino profissional, pois não avalia se o aluno tem o conhecimento necessário para ingressar no curso profissional.

O fator econômico parecia o principal problema, mas, na verdade, existem outros diversos fatores”, aponta Fernando Leme do Prado. (Fórum, 2011

apud Araújo e Santos, 2012, p.07). Para Prado, outro fator é “quando o estudante começa a estudar [e] percebe que a grade não atende exatamente o que esperavam (FÓRUM, 2011, apud ARAÚJO E SANTOS, 2012, p.07).

Percebe-se, pois, como a evasão apresenta uma série de fatores que precisam ser considerados, uma vez que consiste no desestímulo aos estudos por parte do aluno e esse desengajamento pode ser analisado da perspectiva do aluno, da escola e da sociedade, como já destacado neste capítulo, pelos estudos de Rumberg (SOARES, 2010). Dessa forma, compreender a evasão envolve um estudo profundo de todas essas perspectivas.

Depreende-se então, que para cada aspecto existem propriedades e processos dinâmicos que são únicos e cada qual com suas especificidades: o aluno, a escola, ou o grupo social. Tendo em vista que todos são sistemas com suas próprias características, mas interdependentes, influenciando e sendo influenciados (MATURANA; VARELA, 1997 *apud* ARAUJO E SANTOS, 2012).

Portanto, não é suficiente garantir o acesso à escola, à formação, mas a permanência desse aluno deve ser assegurada por uma questão legal, de direito adquirido e, principalmente, pela democratização do ensino. Nesse contexto a evasão escolar constitui um sério problema democrático, o qual necessita ser amplamente analisado em busca de soluções e de novas propostas de políticas públicas, que possam zelar por essa permanência (ARAÚJO E SANTOS, 2012, p.10).

Pela política adotada no interior dos IF's, a instituição já busca de certa forma caminhos e estratégias para assegurar a permanência do aluno na escola. Os institutos disponibilizam diversos tipos de bolsas por meio do setor de Assistência Estudantil para alunos em situação de vulnerabilidade social, como: bolsa trabalho, alimentação, transporte; além de programas de bolsas de pesquisas e extensão, bem como busca estágios remunerados para seus alunos em conclusão de cursos. Além disso, ainda oferta serviços de acompanhamento sócio pedagógico, que orienta e acompanha o aluno, e há o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para assegurar aos alunos com necessidades educacionais específicas a inclusão no ambiente escolar.

Diante das abordagens referenciadas a partir do aporte teórico escolhido nesse estudo, concebemos que o fenômeno da evasão escolar constitui um sério problema democrático, o qual necessita ser amplamente analisado na tentativa de buscar soluções e de novas propostas de políticas públicas, que possam garantir

não só o acesso do estudante, mas sua permanência na escola, como já enfatizado por Araújo e Santos (2012) anteriormente.

Portanto, apoiando-se neste contexto teórico abordado, faz-se necessário correlacionar a ocorrência de evasão escolar ao estudo de fatores sociais, institucionais e individuais, pois são aspectos que podem interferir na decisão de estudantes sobre permanecer ou abandonar a escola antes da conclusão de um curso.

2.2.2 Redes de Computadores em Parnamirim/IFRN: uma realidade semelhante?

No Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte apenas dois campi ofertam o curso Redes de Computadores, na forma subsequente, que é o de São Gonçalo do Amarante, onde é o principal *locus* desta pesquisa, e o *campus* Parnamirim. Em virtude dessa peculiaridade, busca-se compreender as semelhanças e diferenças nas duas realidades quanto ao fenômeno em estudo.

Parnamirim é uma cidade localizada, assim como São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana de Natal, ficando a uma distância da capital do Estado apenas 12 km. Conta com população 100% urbana de 229.414 mil habitantes, que representa a terceira população do estado, conforme Censo do IBGE de 2013. (Portal Prefeitura de Parnamirim, 2013). Dada à expansão demográfica e o crescimento econômico do município, a população em dez anos praticamente duplicou; no censo de 2000, sua população era de 124.690 mil habitantes.

Sua economia é baseada principalmente no turismo e indústria de papel, mas atualmente o município vive um intenso crescimento econômico no setor imobiliário. No ranking, sua economia só perde para a capital. Possui o segundo maior IDH do estado, considerado alto 0,766, segundo critérios da ONU; tem uma taxa bruta de alfabetização de 85,90%, e uma taxa de analfabetismo de 9,9%. E é também no município, onde fica o principal aeroporto do Estado, que a partir de 2014 será desativado em virtude do aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante.

Portanto, o *câmpus* Parnamirim está localizado numa região bastante próspera economicamente e seus eixos tecnológicos definidos em audiência pública em junho de 2009 foram pensados para atender aos seus arranjos produtivos locais,

por isso que seus dois eixos são: 1. Eixo de Informação e Comunicação, com os cursos de Informática e Redes de Computadores e o 2. Eixo de Controle e Processos Industriais, com o curso de Mecatrônica.

As atividades do *câmpus* tiveram início no segundo semestre de 2008, com a implantação de um núcleo de ensino numa escola municipal através de um convênio com a Prefeitura Municipal. Mas somente em 27 de dezembro de 2010, em uma solenidade realizada em Brasília, a Unidade foi inaugurada pelo presidente da república, juntamente com outros 31 novos *campi* de todo o país.

Para esta pesquisa, justifica-se também analisar o fenômeno da permanência escolar no curso de Redes de Computadores em Parnamirim por ser os dois *campi* localizados na mesma região metropolitana de Natal, com características econômicas próximas, mas não semelhantes, uma vez que o crescimento econômico e social em Parnamirim é visível; já São Gonçalo não acompanhou o mesmo ritmo da região, tornando-se nítida a diferença das condições sociais e econômicas da população. No entanto, as projeções de avanços para o município de SGA para os próximos anos são as melhores possíveis, em virtude da presença do Instituto Federal de Educação Tecnológica e do aeroporto internacional, que segundo a Inframérica, a empresa concessionária, terá um potencial para ser o sétimo do mundo no transporte de cargas.

Então, comparar o fenômeno nos dois *campi*, cujo um dos eixos tecnológicos é igual e com a oferta do mesmo curso, além de outras características semelhantes, como: praticamente tem o mesmo tempo de funcionamento, com taxa matrícula (tabela 18) e condições de infraestrutura semelhantes, pensamos que nos poderia fornecer subsídios para compreendermos como o fenômeno se manifesta nas duas realidades institucionais.

Tabela 18 - Matrícula Atual, Câmpus Parnamirim, 2013.2

Formas	Cursos	Quant. de Alunos
Integrado	Informática	160
	Mecatrônica	162
Subsequente	Redes de Computadores	160
Total		482

Fonte: Secretaria Acadêmica do Câmpus Parnamirim-IFRN/2013.2.

Como já mencionamos neste capítulo, conforme a Organização Didática do IFRN existem algumas formas de desligamento de curso, que para efeito deste estudo, estamos considerando de evasão escolar, com o objetivo de acompanharmos a mobilidade do aluno no curso de Redes de Computadores.

A seguir, apresentaremos uma tabela que mostra os indicadores do referido curso, no *campus* Parnamirim. Pelas informações fornecidas pela Secretaria Acadêmica, há uma situação, a qual foi elencada a baixo, chamada “reprovação por falta”, ou seja, infrequência no curso. Consideramos esta forma, porque pode ser uma futura evasão, como não; só será contabilizado como evasão do curso no período seguinte, caso o aluno não venha efetuar sua matrícula; mas observamos que na maioria das vezes essa infrequência acaba sendo a evasão definitivamente do curso.

Percebam que, na tabela 19, a turma iniciou com em 2011.1 com quarenta e dois alunos, chegando ao quarto bimestre vinte alunos e destes apenas doze foram aprovados por média, porém somente dez conseguiram concluir o curso no tempo previsto, sendo que destes concluintes quatro participaram desta pesquisa. Observa-se pelos dados, abaixo, na tabela 19, portanto, o afunilamento da turma, situação que a instituição precisa cuidar.

Tabela 19 - Rendimentos da turma - Processo Seletivo 2011.1

	1º Período	2º Período	3º Período	4º Período
Mat. Inicial	42	35	27	20
Aprovado	20	11	9	12
Aprovado c/dependência	5	4	4	1
Reprovado	1	5	0	0
Reprovado p/ falta	9	6	4	1
Evadido	6	7	3	2
Cancelado	1	1	1	0
Cancelamento compulsório	0	1	0	0
Trancado	0	1	3	1
Jubilado	0	0	3	0
Transferência de Turno	0	0	0	3
Transferência de Curso	0	0	0	0

Comparando esses dados do *câmpus* Parnamirim com os dados de São Gonçalo do Amarante, observa-se que a situação do primeiro é um pouco melhor, uma vez que de um total de quarenta e dois (42) alunos, dez concluíram, representando um percentual de aproximadamente 24%; enquanto que o resultado das duas turmas de São Gonçalo, de um total de setenta e um alunos (71), doze concluíram, representando um percentual de cerca de 17%. Como já enfatizamos nesta pesquisa, garantir o acesso não é o suficiente, é preciso buscar estratégias que garantam a permanência desses alunos no curso escolhido.

2.3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente seção foi estruturada objetivando abordar os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos específicos definidos no presente estudo, além disso, busca-se justificar a abordagem adotada no mesmo. Os procedimentos metodológicos foram divididos em quatro tópicos no intuito de proporcionar a compreensão. No primeiro tópico, será apontado o tipo de abordagem adotada na pesquisa; no segundo, serão destacados os sujeitos participantes; no terceiro, serão conhecidos os instrumentos e coletas de dados; e o quarto tópico, será apresentada a análise e interpretação dos dados investigados à luz do referencial bibliográfico utilizado.

2.3.1. Abordagem e tipo da pesquisa

Em virtude dos objetivos do fenômeno estudado, podemos considerar a presente pesquisa como qualitativa e sua escolha justifica-se por suas características, que segundo Bogdan e Biklen (1982 *apud* LUDKE E ANDRÉ, s/d) são cinco, conforme explicitado a seguir.

A primeira característica é que na pesquisa qualitativa o ambiente natural constitui sua principal fonte direta de dados, sendo o pesquisador seu principal instrumento. Para os autores, esse tipo de pesquisa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação de investigação, por meio de trabalho intensivo de campo.

A segunda característica é que os dados coletados são essencialmente descritivos. O material obtido apresenta riqueza em descrições de pessoas, situações, acontecimentos por meio de transcrições de entrevistas e de depoimentos, além de imagens e extratos de vários tipos de documentos. O registro é fundamental nesse tipo de abordagem, tanto para subsidiar uma afirmação ou esclarecer um ponto de vista, quanto para divulgar os resultados; todos os dados da realidade são considerados importantes, cabendo ao pesquisador ficar atento ao maior número possível de elementos para auxiliá-lo a entender o fenômeno investigado.

Outra característica diz respeito ao fato de que o interesse do pesquisador é maior com o processo do que com o produto, uma vez que se busca compreender como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

Além disso, o pesquisador preocupa-se com o sentido que as pessoas dão às coisas. Na pesquisa qualitativa, tenta-se capturar a "perspectiva dos participantes", ou seja, procura-se entender a forma como os informantes encaram as questões que estão sendo levantadas. Considerar os diversos pontos de vista dos participantes contribui para iluminar a compreensão do problema.

E como última característica, a análise dos dados geralmente se dá por meio de um processo indutivo. A pesquisa não se desenvolve a partir de hipóteses ou questões pré-estabelecidas. Isso não significa que não haja um referencial teórico que oriente a condução do processo teórico-metodológico. A condução da investigação parte de questões mais amplas inicialmente e vai-se ao final se afinando para questões mais específicas.

Por se concentrar num determinado contexto institucional, um câmpus do IFRN, essa pesquisa se caracteriza como um estudo de caso. Esse método parte do pressuposto de que se podem adquirir conhecimentos do fenômeno investigado a partir da exploração intensa de um único caso.

Entende-se por método em pesquisa científica conforme o pensamento de Lakatos e Marconi:

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo- conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (LAKATOS E MARCONI, 2010, p. 65).

Adaptado de pesquisas clínicas, este método acabou se tornando uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais.

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas um análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (GOLDEMBERG, 1999, p.33).

Com a intenção de apreender a totalidade das situações que envolvem um caso concreto, utilizam-se diferentes técnicas de coleta de dados para se fazer um mergulho profundo no caso em estudo.

Por se tratar de fenômenos sociais mais complexos, no estudo de caso, a convergência de diferentes técnicas, como: entrevistas, observação, observação participante, grupo focal, pesquisa documental, análise de conteúdo, análise do discurso, pesquisa etnográfica, pesquisa ação e/ou aplicação de questionários contribuem para melhor compreendê-lo.

O processo de cruzamento de informações, provenientes de mais de uma fonte de dados, em um estudo de caso, denomina-se triangulação. Esse processo possibilita comprovar a análise realizada, dando maior confiabilidade aos resultados e conclusões obtidas. Além de asseverar um caráter mais corroborativo e científico para a pesquisa (ADACHI, 2009, p.86).

Por meio do cruzamento das técnicas utilizadas na pesquisa, procuraremos compreender as causas ou os múltiplos fatores de permanência ou não do aluno na escola. A principal motivação para o estudo deste caso foi a necessidade de se buscar entender o fenômeno para se propor uma possível intervenção pedagógica por parte da instituição para promover uma maior permanência escolar e diminuir com isso, as altas taxas de evasão escolar no curso de Redes de Computadores, como já enfatizado do capítulo I.

O recorte temporal da pesquisa se dá a partir do segundo semestre letivo de 2011, quando do ingresso das duas primeiras turmas de Redes de Computadores no campus lócus deste estudo até final do primeiro semestre letivo de 2013, ou seja, novembro deste ano. Optou-se por este recorte temporal por possibilitar acompanhar o movimento de permanência e desligamento do curso nas duas turmas ao longo do tempo previsto de duração do curso, ou seja, quatro semestres, que em virtude de

duas greves nesse período de tempo houve interrupções do curso, prolongando a conclusão do mesmo pelos alunos.

Com relação às técnicas de pesquisa, foram utilizadas neste estudo a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista e o questionário. A pesquisa bibliográfica foi usada para descrever a temática no capítulo 1, bem como para embasar a análise do caso no capítulo 2, na seção dedicada aos fundamentos teóricos, cuja finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com aquilo já escrito, dito ou filmado sobre o assunto estudado, além de reforçar paralelamente a análise da pesquisa ou a manipulação das informações (LAKATOS E MARCONI, 2010).

Além desse tipo de pesquisa foi usada, também, a pesquisa documental que segundo Silva et al (2009), no âmbito da abordagem qualitativa, é o método que procura se aproximar e entender a realidade social por meio da análise dos inúmeros tipos de documento produzidos pelo homem.

Conforme Bravo (1991, apud SILVA et al, 2009, p.03), “são documentos todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver”. Nesse sentido é possível apontar uma variedade de documentos, desde os escritos até os de reprodução de som e imagem. No caso desta pesquisa, utilizamos os documentos da seção de Registro Escolar do *câmpus*, no que se referia aos requerimentos de solicitação de desistência do curso, consultamos o Projeto Político Pedagógico – PPP, e a Organização Didática; além desses, utilizamos, ainda, como informações os dados sobre matrícula e indicadores educacionais dos alunos disponibilizados no Q-Acadêmico, um *software* institucional, já referido no capítulo 1.

Objetivou-se com esta coleta de dados, relacionar os indicadores educacionais, no que se referia, especialmente, aos índices de permanência versus evasão escolar com as percepções dos diversos atores participantes da pesquisa sobre o fenômeno em estudo.

Os demais procedimentos metodológicos serão, mais adiante, detalhados, em subitens específicos.

2.3.2. Sujeitos da pesquisa

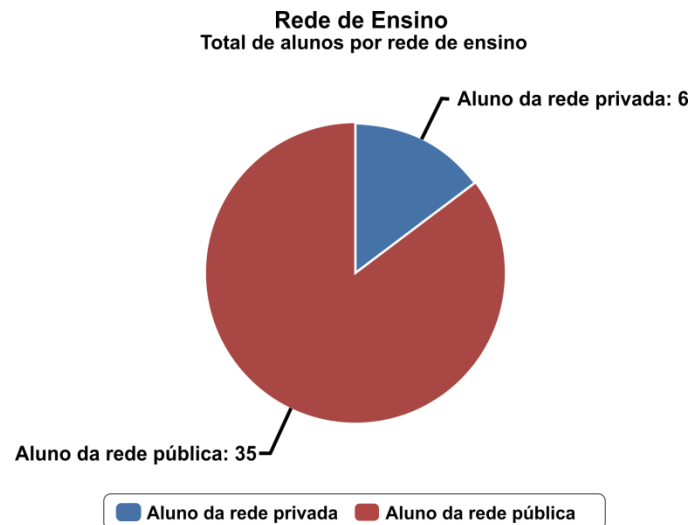
Os sujeitos da pesquisa são todos atores que estão diretamente vivenciando o cotidiano escolar. Esses sujeitos foram divididos em dois grupos: o grupo dos alunos e o grupo dos gestores e docentes. Esses dois grupos foram subdivididos em dois subgrupos, uma vez que temos participantes de dois campi diferentes, logo duas realidades diferentes; então para percebermos as diferenças, subdividimos os grupos em A e B; quando se referir ao câmpus SGA virá identificado pela letra A, quando se referir ao câmpus Parnamirim virá identificado pela letra B.

Como nosso foco é na permanência e não na evasão escolar, os alunos selecionados foram todos concluintes do referido curso nos dois *campi*. Objetivou-se entender por meio dos fatores que favorecem a permanência, entender as causas das altas taxas de evasão escolar, especialmente no curso de Redes de Computadores, câmpus SGA.

Como nosso foco é compreender os fatores que favorecem a permanência do aluno no curso de Redes de Computadores no câmpus SGA, lócus deste caso de gestão, é importante compreender melhor quem são estes sujeitos. Nesse sentido, vamos apresentar um panorama das duas turmas do Curso de Redes de Computadores do referido câmpus, as quais os sujeitos participantes da pesquisa fazem parte.

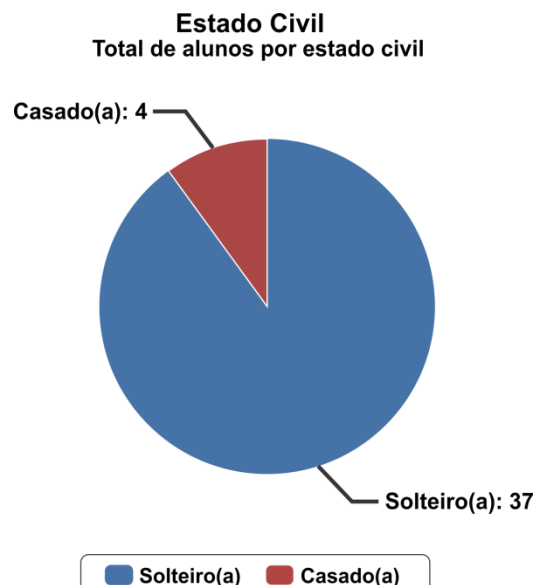
Os dados que ora serão apresentados, foram coletados do próprio sistema acadêmico que os geram, a partir de um processo de caracterização socioeconômica das turmas ao iniciar o curso, feito pelo serviço social da instituição em novembro de 2011; inclusive, são disponibilizados em números absolutos, conforme se encontram no referido sistema acadêmico, como veremos a seguir, nos gráficos de números 2 a 11. Vale esclarecer que as duas turmas somam uma matrícula inicial de 71 alunos, como já dito anteriormente, mas o serviço social só conseguiu realizar o processo de caracterização com cerca de 41 alunos, como podemos observar nos referidos gráficos:

Gráfico 2- Tipo de rede de ensino



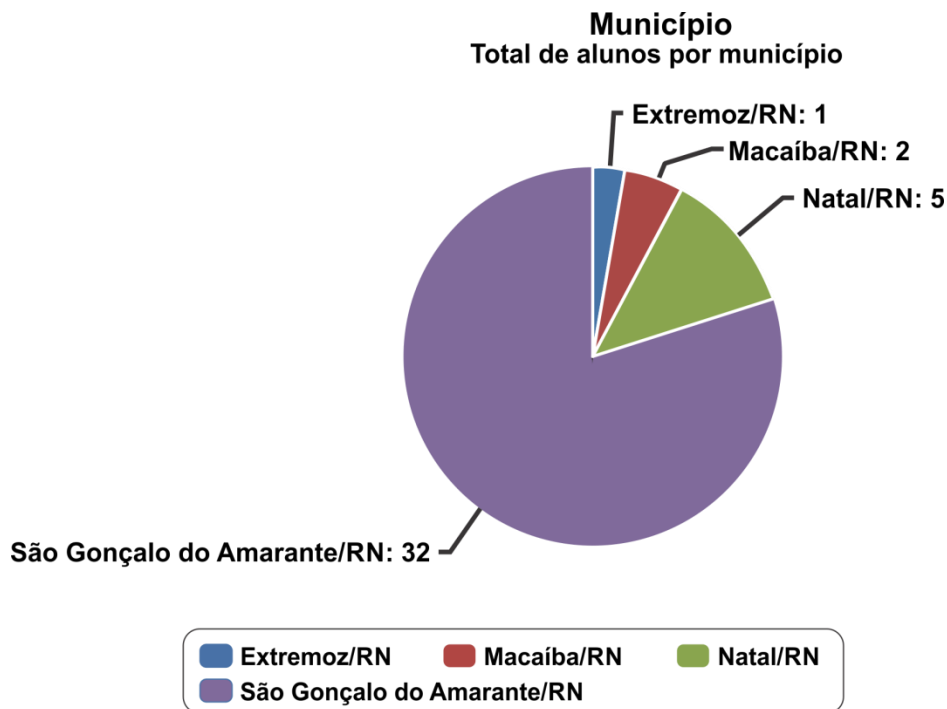
Pelo gráfico 2, percebe-se que 35 (85,37%) alunos estudaram integralmente na escola pública, e apenas 6 (14,63%) na rede privada. Possivelmente esse dado é reflexo da política de cotas do IFRN, 50% das vagas são para alunos que estudaram na escola pública como forma de democratizar o acesso a essa instituição. Em conversas informais com os docentes, eles nos falavam que o nível de conhecimento dos alunos era baixo, eles tinham muita deficiência de aprendizagem. Pode-se ainda inferir que o curso de Redes não era composto por um seletivo grupo de alunos, dada à fragilidade da escola pública de onde vieram.

Gráfico 3 – Estado civil



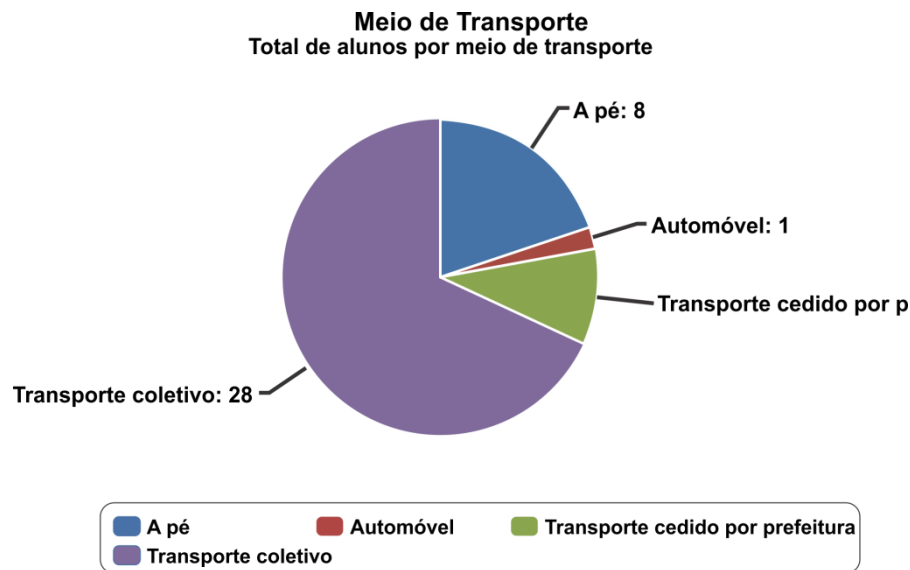
Quanto ao estado civil, observa-se no gráfico nº 3, que a grande maioria é solteiro, apenas 4 (9,76%) alunos são casados; isso implica dizer que a situação civil não é elemento que poderia dificultar a permanência do aluno no curso, pois 37 (90,24) dos alunos não constituiu ainda família.

Gráfico 4- Município de origem



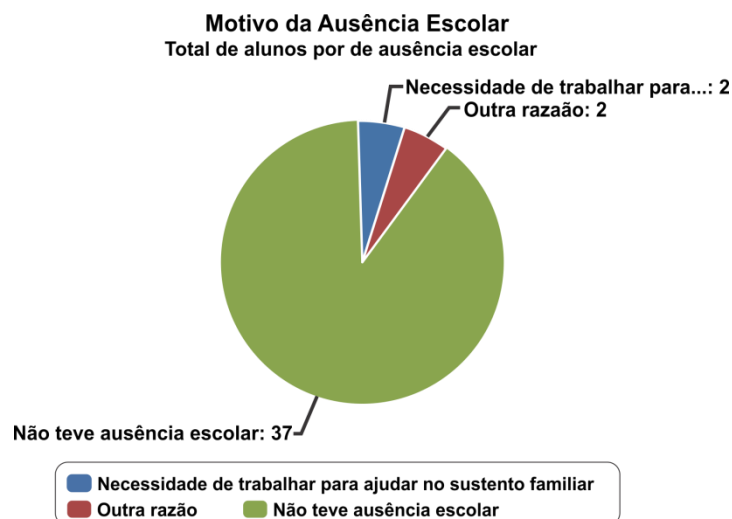
O gráfico 4, trata de onde vêm nossos alunos; como se vê, 32 (80%) alunos moram no município de São Gonçalo do Amarante; somando os outros municípios dá um total de 20% de alunos que não residem em SGA; apesar dos dados informarem que a maioria dos alunos mora em São Gonçalo do Amarante, isso não significa facilidade de acesso à escola, uma vez que o município tem seu território localizado majoritariamente na zona rural, podendo ser um fator que dificulta o acesso à instituição.

Gráfico 5- Meio de transporte usado pelos alunos



O município de São Gonçalo do Amarante tem um território muito extenso, de modo que a maioria usa transporte coletivo, 28 (68,29 %) alunos, como se observa no gráfico 5, supracitado. Ou seja, o aluno precisa dispor de certa quantia financeira diária para chegar até a escola, como a bolsa transporte não contempla todos. Esse pode ser um elemento que dificulte a permanência escolar.

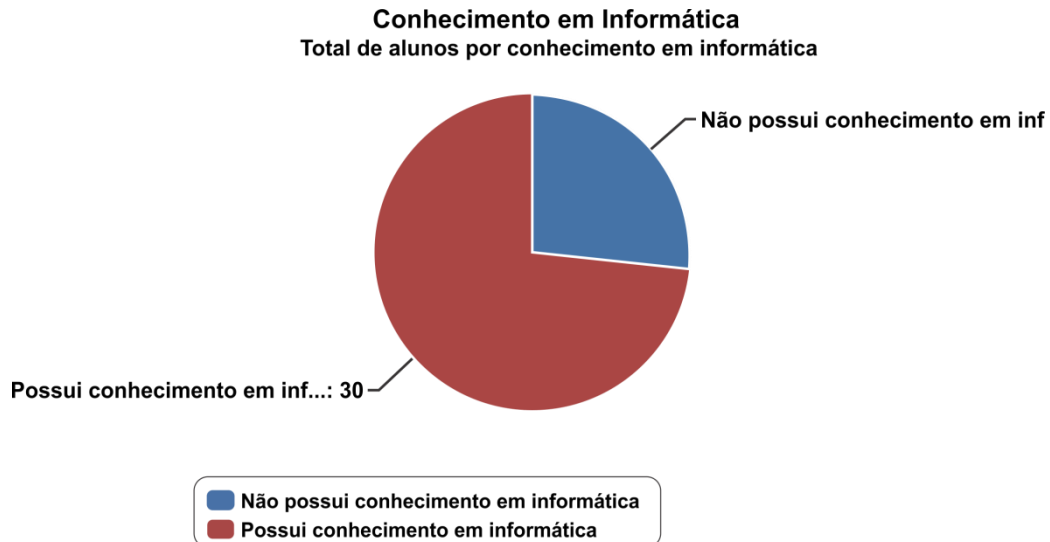
Gráfico 6 – Motivo da ausência escolar



Conforme se percebe no gráfico 6, 37 (90,24%) alunos disseram que nunca passaram nenhum tempo sem estudar ao longo de sua trajetória estudantil, ou seja,

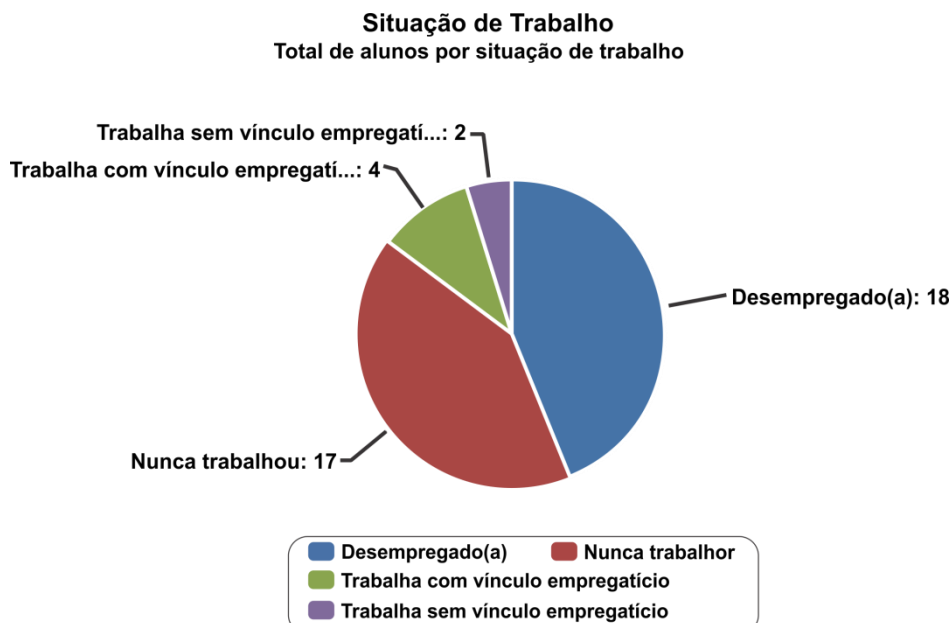
estes alunos não apresentam histórico de evasão escolar, um fator importante para favorecer a permanência discente.

Gráfico 7- Conhecimento em Informática



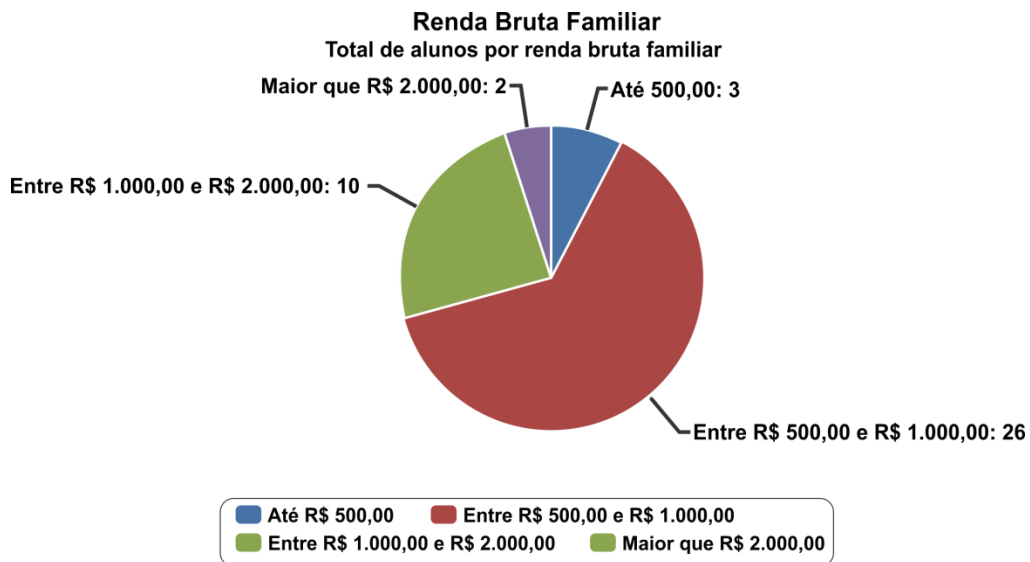
Ao ser indagado se tinha conhecimento de informática, 30 (73,77%) alunos responderam que sim, conforme se vê no gráfico 7; essa questão é importante, uma vez que o aluno do curso de Redes de Computadores, pela peculiaridade do curso que é da área tecnológica, é fundamental que o aluno tenha conhecimentos básicos de informática antes de ingressar no curso dada à sua especificidade, no entanto, o questionário não aprofunda esta questão, apenas faz uma pergunta generalista sobre o assunto.

Gráfico 8- Situação de trabalho



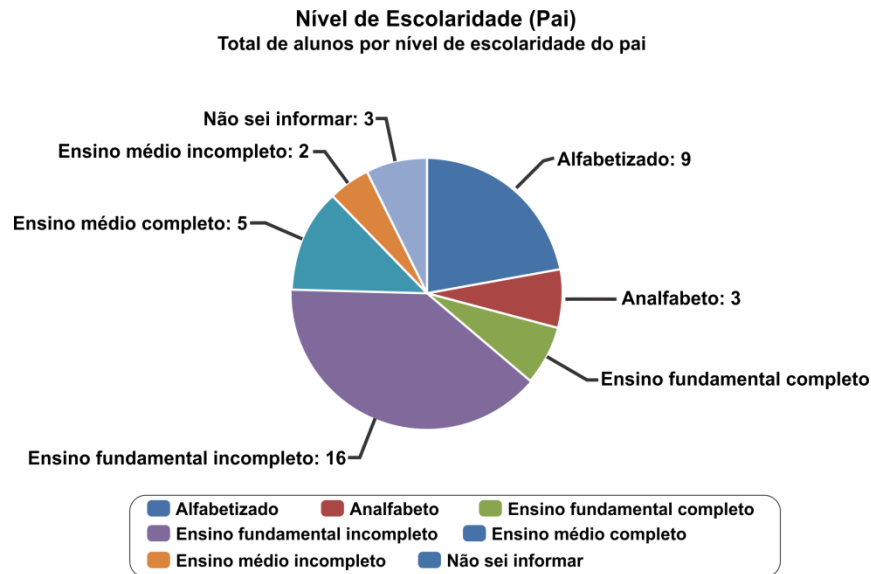
Pelo gráfico 8, percebemos que se somados os 17 (41,46%) alunos que nunca trabalharam e 18 (43,90%) que encontram-se desempregados, temos que mais de 80% da turma não estão trabalhando, logo estão “disponíveis” para estudar; vale, então fazer uma reflexão: será que esse dado contribuiu para a permanência ou para o evasão escolar? Uma vez que, provavelmente, o aluno está à procura de emprego, já que são alunos adultos, alguns já pais de família, e adquirindo pode não conseguir conciliar com o curso? É uma hipótese a considerar. Só por meio da análise das entrevistas mais adiante, é que podemos chegar ou não à alguma conclusão nesse sentido.

Gráfico 9- Renda Familiar



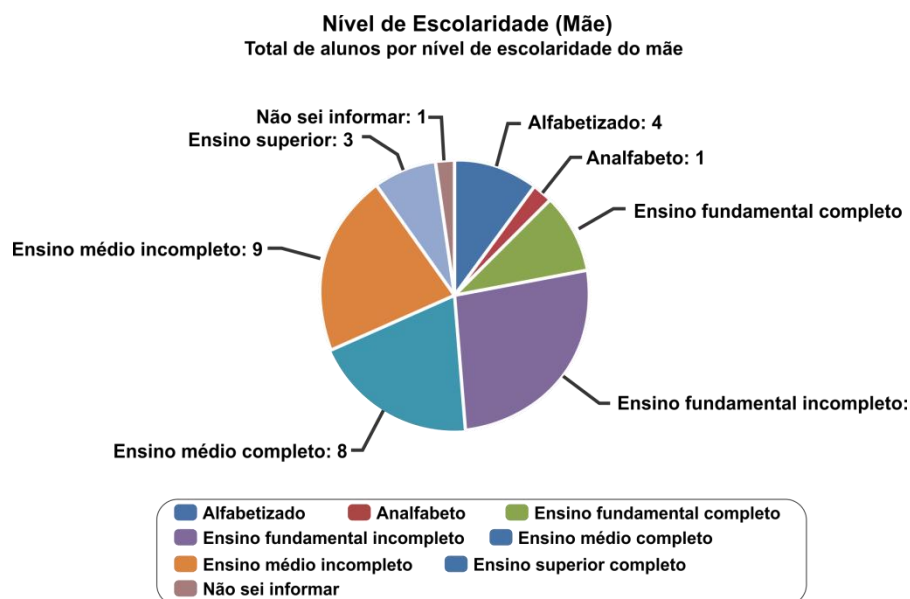
Pelos dados do gráfico 9, percebe-se que a maioria das famílias dos alunos tem uma renda em torno de menos de dois salários mínimos, com uma renda *per capita* de menos de $\frac{1}{2}$ salários mínimos, ou seja, são alunos oriundos de famílias de baixa renda. E que provavelmente, são alunos em busca de emprego.

Gráfico 10- Nível de escolaridade do pai



Pelo gráfico 10, como o mesmo falta informações, deduz-se pela visualização que mais de 60% dos pais têm nível de escolaridade entre Alfabetizado a Ensino Fundamental Completo; destes a maioria fica entre Alfabetizado e Ensino Fundamental Incompleto; três pais analfabetos e nenhum com nível superior.

Gráfico 11- Nível de escolaridade da mãe



Pelo gráfico 11, percebe-se que aproximadamente 50% das mães têm nível de escolaridade entre Ensino Médio Incompleto a Ensino superior; e os outros cerca de 50% estão entre o nível Alfabetizado a Ensino Fundamental Completo e apenas

um caso de analfabetismo. De todo modo, não podemos considerar como sendo uma situação favorável.

Sabe-se que quanto mais alto o nível de escolaridade dos pais, mais reflexos positivos podem significar para a educação dos filhos. Pais com maior nível de escolaridade incentivam mais seus filhos a permanecerem na escola, muito embora o curso de Redes tenha um público mais adulto, alunos mais autônomos nesse sentido. Porém, dependendo do incentivo da família ao longo da formação desse jovem, isso tem reflexos para a vida inteira da pessoa.

A partir dos apresentados, é possível ter uma visão mais geral da turma e compreender alguns aspectos relacionados aos sujeitos participantes da pesquisa, que talvez na entrevista não se consiga evidenciar, uma vez que não tem como abordar tudo que seria importante saber para entender melhor o fenômeno investigado.

A seguir, iremos focar a análise somente nos sujeitos participantes da pesquisa. É importante lembrar que não será revelada a identidade dos sujeitos para dar maior liberdade de expressão.

Em seguida, apresentaremos alguns dados sobre estes sujeitos, os quais foram denominados Grupos 1A, quando se referir ao aluno entrevistado do *câmpus* SGA e 1B, quando se referir ao aluno entrevistado do *câmpus* Parnamirim.

GRUPO 1A- Alunos concluintes do curso de Redes de Computadores do *campus* SGA

Foram selecionados três alunos concluintes do *câmpus* SGA, dois do sexo feminino e um do sexo masculino. Um mora na zona urbana e dois na zona rural do município de São Gonçalo do Amarante; a idade média deles é de 26 anos. O critério de escolha desses três alunos não se deu aleatoriamente. As duas alunas foi em virtude de que eram alunas bem assíduas, já tinham participado de projeto de extensão no *câmpus*, e, no momento, permaneciam como bolsistas no *câmpus*; assim como o aluno, que era tido como o líder da turma, sendo um importante ator de mobilização e de motivação para que muitos alunos não abandonassem o curso. Compreendíamos, portanto, que eles poderiam nos fornecer muitas informações importantes para a pesquisa dada as experiências vividas por eles ao longo do curso.

GRUPO 1B- Alunos concluintes do curso de Redes de Computadores do campus Parnamirim

Assim como no câmpus SGA, em Parnamirim os alunos já não se encontravam mais na escola e tivemos dificuldades de contato com esses discentes. Conseguimos por meio da secretaria escolar do referido câmpus os endereços e contatos telefônicos e e-mails para contatá-los. A turma de concluintes eram dez alunos no total de uma matrícula inicial de 40. Inicialmente, enviamos um e-mail para cada um dos dez alunos explicando os objetivos da pesquisa e pedindo a colaboração deles por meio de uma entrevista. Mas nenhum aluno nos deu retorno nesse primeiro contato. Então partimos para ligação telefônica, dos dez conseguimos falar com sete (07), foi quando procuramos saber se tinham recebido o e-mail, se positivo por que não tinham dado retorno; alguns disseram que não utilizavam mais aquele e-mail fornecido a escola; outros disseram que tinham lido o e-mail, mas em virtude das atividades cotidianas, não tinham tido tempo de responder.

Foi por meio desse contato que ficamos sabendo que muitos não moravam em Parnamirim e que ficaria muito difícil de fazermos as entrevistas pessoalmente. Foi quando partimos para a utilização do questionário. Todos os sete (07) alunos se dispuseram a contribuir com a pesquisa, mas apenas quatro (04) responderam o questionário. Dos quatro respondentes, dois moram na zona urbana, inclusive um deles mora em Natal e os outros dois moram na zona rural de Parnamirim; a média de idade deles é de 22 anos; sendo que dois apenas estudavam e os outros dois estudavam e trabalhavam, simultaneamente, no período que faziam o curso de Redes de Computadores.

A contribuição dos discentes foi de suma relevância em virtude de seus relatos a respeito de suas trajetórias bem-sucedidas na escola, bem como das informações sobre os obstáculos enfrentados por eles para a realização e conclusão do curso; todas as informações coletadas foram de suma importância para a busca de resposta sobre o fenômeno estudado.

Quanto ao GRUPO 2, para a sua formação, utilizamos igualmente, nos dois campi, os seguintes critérios: no caso dos gestores, chamamos todos os participantes que são responsáveis pela gestão do curso ou da escola; os selecionados foram aqueles que estiveram assumindo a função momento da

pesquisa ou, em alguns casos, optou-se por participantes que já não se encontravam mais na função, mas que pelo tempo que esteve nela contribuiriam mais do que um novato que acabara de chegar no cargo; no caso dos professores, os selecionados foram aqueles que tivessem lecionado no início, no meio e no final do curso, e que simultaneamente tivesse ao menos um representante das áreas propedêutica e técnica. Objetivou-se com estes critérios ter participantes que tivessem uma visão da trajetória de permanência e de evasão ocorrida nas turmas, além de termos possivelmente visões diferentes para um mesmo fenômeno educacional, uma vez que são professores com formações acadêmicas diferentes, a princípio é o que se pressupõe. Assim, tivemos três professores e três gestores selecionados em cada *câmpus*. Objetivando resguardar ao máximo a identidade dos participantes, optamos por informar minimamente sobre eles.

Apresentamos, a seguir, um quadro resumo dos segmentos aos quais fazem parte os participantes do *câmpus* SGA e a caracterização do perfil de cada participante, como podemos observar no quadro 7:

Quadro 7 – Caracterização do GRUPO 2A- Gestores e Professores do Câmpus SGA

Participantes do Grupo 02	Perfil do Participante
Professor da área propedêutica	Professora com graduação e Mestrado na área/disciplinas de atuação; selecionou dois semestres na turma; tem treze (13) anos de experiência no magistério e atua no IFRN há quatro (04) anos ministrando aulas.
Professor da área técnica	Professor com graduação na área de atuação; lecionou dois semestres na turma; tem um (01) ano de magistério e de igual tempo no IFRN, no caso é sua primeira experiência em Educação. Está como professor temporário na instituição. Anteriormente, trabalhava numa empresa especializada no ramo de tecnologia da informação e comunicação.
Coordenador de Curso	Professora com graduação e Mestrado na mesma área de atuação. Tem oito (08) anos de experiência no magistério e há quatro (04) anos atua no IFRN. Além de coordenar o curso,

	também lecionava algumas disciplinas. Mesmo com afastamento para o doutorado, mas participou da pesquisa.
Membro da Equipe Técnico - Pedagógica	Professora graduada em Pedagogia, com Mestrado em Serviço Social, com trinta e um (31) anos de experiência no magistério e atua no IFRN há dois anos como Técnica em Assuntos Educacionais na equipe Técnico - Pedagógica.
Diretor Acadêmico	Professor graduado e com Especialização, tem dezessete (17) anos de experiência no magistério e atua no IFRN há seis (06) anos; Na época da pesquisa fazia pouco tempo que tinha se afastado da direção acadêmica. Mas em virtude de ter estado nessa função por quase todo o tempo de duração do curso, foi fundamental sua participação nesta pesquisa, além de sua percepção panorâmica da escola, em virtude de sua função, contribuiu significativamente para o estudo.

Do mesmo modo, apresentamos, a seguir, um quadro resumo dos segmentos aos quais os participantes do *câmpus* Parnamirim fazem parte e a caracterização do perfil de cada participante, como podemos observar no quadro 8:

Quadro 8- Caracterização do GRUPO 2B – Gestores e Professores do Câmpus Parnamirim

Participantes do Grupo 02	Perfil do Participante
Professor da área propedêutica	Professor graduado e com Mestrado na mesma área de atuação. Tem trinta e quatro (34) anos de experiência no magistério e atua no IFRN há oito (08) anos ministrando aulas.
Professor da área técnica	Professor graduado e com especialização na área de atuação. Tem um (01) ano de magistério e de igual tempo no IFRN, no caso é sua primeira experiência em Educação. Está como professor temporário na instituição. Anteriormente, trabalhava numa empresa especializada no ramo de tecnologia da informação e

	comunicação.
Coordenador de Curso	Professor graduado e com Mestrado na mesma área de atuação. Tem sete (07) anos de experiência no magistério e seis (06) anos no IFRN. Além de coordenar o curso, ele também leciona disciplinas.
Membro da Equipe Técnico - Pedagógica	Professora graduada em Pedagogia e com Especialização na mesma área de atuação, com nove (09) anos de experiência no magistério e atua no IFRN há cinco (05) anos como Pedagoga na equipe Técnica - Pedagógica.
Diretor Acadêmico	Professor graduado e com Doutorado na mesma área de atuação; tem seis (06) anos de experiência no magistério e há cinco (05) atua no IFRN como docente e, atualmente, assume a direção acadêmica.

Para facilitar a identificação dos relatos dos gestores e docentes registrados ao longo do subitem 2.3, optou-se pelo uso de siglas.

No quadro 9, encontram-se descritas as siglas que irão nomear os gestores e professores do campus SGA, como se pode observar:

Quadro 9 – Professores e Gestores do câmpus SGA

PARTICIPANTES DO CAMPUS SGA	SIGLAS
Professor da Área Propedêutica	PAP SGA
Professor da Área Técnica	PAT SGA
Diretor Acadêmico	G1 SGA
Coordenador de Curso	G2 SGA
Membro da Equipe Pedagógica	G3 SGA

Do mesmo modo, no quadro 10, encontram-se descritas as siglas que irão nomear os gestores e professores do *câmpus* Parnamirim, como se pode ver:

Quadro 10 – Professores e Gestores do câmpus Parnamirim

PARTICIPANTES DO CÂMPUS PARNAMIRIM	SIGLAS
Professor da Área Propedêutica	PAP PAR
Professor da Área Técnica	PAT PAR
Diretor Acadêmico	G1 PAR
Coordenador de Curso	G2 PAR
Membro da Equipe Pedagógica	G3 PAR

O quantitativo parcial relativo a cada segmento participante da pesquisa e o total é detalhado nos quadros a seguir. A tabela 20 refere-se ao número do segmento alunos concluintes no período investigado, que a pesquisadora denominou de sujeitos da pesquisa Grupo 01, como se pode observar:

Tabela 20 - Sujeitos da Pesquisa - Grupo 1

<i>Campus</i>	Sujeitos	Quant. de participantes
SGA	Alunos concluintes no período investigado	03
Parnamirim	Alunos concluintes no período investigado	04
Total		07

A tabela 21 refere-se ao número de participantes dos segmentos gestores e professores, que a pesquisadora denominou de sujeitos da pesquisa Grupo 02:

Tabela 21 - Sujeitos da Pesquisa - Grupo 2

<i>Campus</i>	Sujeitos	Quant. de participantes
SGA	Professores e gestores	05
Parnamirim	Professores e gestores	05
Total		10

A contribuição de todos os participantes com suas diferentes perspectivas, vivências e percepções, contribuíram muito para elucidação e/ou compreensão dos

múltiplos fatores determinantes para a permanência ou não do aluno na escola técnica profissional de nível médio.

2.3.3. Instrumentos e coleta de dados

Buscar compreender um fenômeno social faz-se necessário não só conhecer os atores envolvidos nesse fenômeno, como também conhecer o que eles pensam, sentem e em que acreditam sobre isso. Em razão desse intuito, utilizou-se o questionário e a entrevista semiestrutura por entender que será por meio dos relatos verbais que se obterão informações importantes sobre “os estímulos ou experiências a que estão expostos e para o conhecimento de seus comportamentos” e percepções sobre o fenômeno estudado (SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK, 1997, p.15).

Os relatos podem ou não ser aceitos pelo seu valor aparente: podem ser interpretados à luz de outros conhecimentos a seu respeito, ou em termos de alguma teoria psicológica; ou ainda, é possível fazer inferências sobre aspectos da atuação dos sujeitos que não foram relatados por eles. Quaisquer que sejam a quantidade e o tipo de interpretação, no entanto, o ponto de partida é o auto-relato (*ipsis litteris*) do sujeito. Por isso, o investigador só pode coletar material que o sujeito possa relatar e esteja disposto a fazê-lo. (SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK, 1997, p.15).

Os autores afirmam acima, as percepções dos atores envolvidos no estudo, coletadas por meio dos referidos instrumentos da pesquisa possibilitaram um maior aprofundamento na análise da realidade investigada.

2.3.3.1. Questionário

O Questionário é um tipo de coleta de dados muito usual em pesquisa, formado por uma série de perguntas, que devem ser respondidas na ausência do pesquisador. São geralmente enviados ao informante por meio do correio ou por um portador. Atualmente, com o advento da tecnologia da informação, muitos pesquisadores têm se utilizado dos meios eletrônicos pela facilidade e redução dos custos operacionais da pesquisa.

Em se tratando de questionário impresso, segundo Lakatos e Marconi (2010), a devolução deles pelos participantes da pesquisa alcança uma média de devolução de 25%.

Selltiz (1965 *apud* LAKATOS E MARCONI, 2010) destaca alguns fatores responsáveis por exercer influência na devolução dos questionários: quem patrocina, o tamanho do questionário, o modo atrativo de solicitação, a facilidade de preenchimento e de devolução, motivação para responder e o tipo de classe a quem se destina.

No caso desta pesquisa, o questionário foi enviado via correio eletrônico e teve uma taxa de retorno de 57%, ou seja, uma taxa bem elevada em relação à média apontada por Lakatos e Marconi. (2010)

Um fator que possa ter contribuído para essa média na devolutiva, deveu-se ao fato, ressaltado pelo autor, de a própria pesquisadora ter falado com cada participante por telefone, solicitando-lhe a colaboração na pesquisa e destacando a importância do estudo; e, outro fator, pode ter sido o meio utilizado para o recebimento e devolução do questionário que foi o correio eletrônico, uma vez que todos os participantes disponham desta ferramenta, facilitando o processo. Apesar dessa boa taxa de retorno, ficou aquém em relação à entrevista, que teve um retorno de 100%, sendo apontada por muitos autores como uma das desvantagens da utilização de questionário em pesquisa.

Além dessa desvantagem, pode-se citar, ainda: perguntas sem respostas, não pode ser aplicado a pessoas com baixo nível de escolaridade, o informante não pode ser ajudado em perguntas não compreendidas, devolução tardia, desconhecimento do contexto no qual foi preenchido dificultando no controle e verificação, respostas limitadas, dentre outras. (LAKATOS E MARCONI, 2010).

Como vantagens para o uso do questionário, Lakatos e Marconi (2010) e Selltiz, Wrightsman e Cook (1997), destacam os seguintes aspectos: economia de tempo, obtenção de um maior número de dados, alcança um grande número de informantes simultaneamente e de área geográfica, há uma maior liberdade nas respostas em função do anonimato, exerce menos pressão sobre o respondente; há menos possibilidade de manipulação nas respostas pelo fato da não presença do pesquisador, dentre outros.

A elaboração de um questionário requer cuidado a fim de garantir sua eficácia e validade. Conforme Lakatos e Marconi (2010), o processo de elaboração é

demorado e com certo grau de complexidade, uma vez que é preciso levar em consideração alguns aspectos importantes, como: preocupação na seleção das perguntas a fim de conseguir as informações desejadas e válidas, a quantidade de questões deve estar em conformidade com o objetivo proposto, não muito extenso para não ficar cansativo e desinteressante para o participante, nem o inverso, não garantido o atendimento do objetivo; além disso, é importante se preocupar com o aspecto material e formal: tamanho, facilidade de manipulação, espaço adequado para as respostas, disposição dos itens e linguagem clara.

As possibilidades de respostas necessitam, também, de um trabalho cuidadoso na sua elaboração. Basicamente, existem dois tipos de respostas: aquela em que o respondente pode responder livremente e aquela em que o pesquisador sugere uma série de respostas possíveis. Destes dois tipos, pode-se desmembrá-las em quatro tipos de questões: a) questão totalmente livre; b) questão livre com limite; c) questão estruturada com livre opção; e d) questão totalmente estruturada.

No caso desta pesquisa, optou-se pelo tipo questão totalmente livre. O pesquisador elaborou perguntas abertas, que permitia ao informante responder livremente, emitindo sua opinião a respeito das questões sobre o fenômeno estudado. Esse tipo de questão, segundo, Lakatos e Marconi (2010) é vantajoso uma vez que possibilita investigações mais profundas e com maior precisão, no entanto, apresenta algumas desvantagens, como: o informante pode ter dificuldade de redigir, dificuldade no processo de tabulação, no tratamento estatístico e com interpretação. Sua análise é mais difícil, exaustiva e demorada.

Mesmo com estas limitações, optamos por este tipo de questão, uma vez que se objetivava deixar o participante com maior liberdade possível para expressar a opinião e sua percepção sobre o fenômeno estudado.

2.3.3.2. Entrevista Semiestruturada

A entrevista é um procedimento de coleta de dados muito utilizado na investigação social, considerado muito eficaz por facilitar a obtenção de informação com mais precisão do que o questionário, uma vez que a conversação é realizada face a face entre entrevistado e entrevistador. Ela pode ser de diferentes tipos e a escolha por determinado tipo depende do objetivo do pesquisador.

Neste estudo, optou-se pela pesquisa semiestruturada, que apesar ter um roteiro previamente determinado, não há uma ordem rígida das questões, permitindo uma maior liberdade na condução da conversação; por muitas vezes, a pesquisadora interpelou o entrevistado para maior aprofundamento da questão, no caso deste estudo. A razão desse roteiro básico se deu em virtude de se obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo a comparação entre elas, porém, é claro, com respostas diferentes.

Lakatos e Marconi (2010, p.179) afirmam se apoiando em Best (1972) que quando a entrevista é feita por um investigador experiente “é muitas vezes superior a outros sistemas de obtenção de dados”. Além disso, ao contrário do questionário, tem uma taxa de retorno muito grande, cerca de 70% a 80% das pessoas estão dispostas a colaborar em um estudo quando tudo que tem de fazer é apenas falar (SELLTIZ, WRIGHTSMAN E COOK, 1997).

Os autores apontam algumas limitações e vantagens desse tipo de instrumento de pesquisa. Como vantagens, eles citam várias, as quais mencionaremos a seguir: 1. Podem ser realizados com todos os segmentos sociais, ou seja, com pessoas alfabetizadas ou não; 2. Proporciona uma amostragem melhor, uma vez que a pessoa não precisa escrever, às vezes a inabilidade com a escrita causa respostas confusas (questionário); 3. Apresenta maior flexibilidade, o entrevistado pode repetir, especificar ou esclarecer melhor alguma informação dada de forma equivocada; 4. Revela informações mais complexas como sentimentos, condutas, reações, que não se consegue captar por meio de palavras; 5. Oportuniza a obtenção de informações que não se conseguem em fontes documentais e que sejam importantes e significativas; 6. Possibilita adquirir informações mais precisa, no caso de algo discordante; e 7. Permite, ainda, que os dados sejam quantificados e tratados estatisticamente.

As limitações da utilização da entrevista, de acordo com Lakatos e Marconi (2010) podem ser superadas com a maturidade do pesquisador, como também com muito bom senso; dentre estas limitações ou desvantagens também citam diversas, como: 1. Dificuldade com o uso da linguagem por parte de ambos na conversação; 2. Falta de entendimento das perguntas por parte do informante, causando falsa interpretação; 3. Possibilidade do entrevistado se deixar influenciar consciente ou não pelo entrevistador; 4. Baixa disposição do entrevistado em dar maiores informações; 5. Omissão de determinadas informações pelo informante com receio

de revelar sua identidade; 6. Baixo controle sobre a situação de coleta de dados; e 7. Ocupa muito tempo de ambas as partes e é difícil de realizá-la.

Por isso, faz-se necessário que o entrevistado e entrevistador no ato da entrevista fiquem bem integrados para que a conversação tenha uma boa fluência para a obtenção das informações desejadas.

Neste estudo, dado as características da entrevista, este método permitiu a obtenção de maiores informações, em especial pela flexibilidade da técnica, pois mesmo tendo um roteiro semiestruturado, permite que ambos os envolvidos na conversação tenham maior liberdade de interação.

Após a exposição dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados, que possibilitou a obtenção das percepções dos sujeitos envolvidos no presente estudo, passaremos a próxima seção, na qual os dados serão analisados e interpretados à luz da fundamentação teórica utilizada.

2.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

2.4.1. Fatores determinantes para a permanência escolar no IFRN/câmpus SGA

Essa seção tem como objetivo analisar os dados obtidos por meio dos instrumentos já explicitados, em busca de compreensão dos fatores determinantes para permanência escolar. Procuraremos organizar as discussões desses dados pontuando os seguintes aspectos investigados: 1. A percepção dos diferentes sujeitos sobre o fenômeno da permanência escolar; 2. Os principais fatores que favorecem ou dificultam a permanência do aluno; 3. Os aspectos que a escola precisa melhorar para favorecer a permanência do aluno; e 4. As estratégias que a escola já utiliza para favorecer a permanência do aluno.

Vale salientar aqui que, como já referido nessa dissertação, o fenômeno investigado trata-se de um estudo de caso escolhido pela pesquisadora no IFRN, *câmpus* SGA, na qual atua. Os dados ora analisados foram coletados nos dois campi já citados, objetivando investigar como o fenômeno da permanência escolar acontece nas duas realidades, no intuito de que esta realidade externa possa oferecer subsídios para que no capítulo 3, a pesquisadora possa fazer uma proposição de intervenção pedagógica. Portanto, as análises serão da concepção

dos sujeitos participantes da pesquisa dos dois campi sobre o fenômeno estudado, as quais serão fundamentadas e confrontadas a luz do referencial bibliográfico utilizado no estudo.

2.4.1.1. Percepção dos diferentes atores sobre a evasão escolar no Curso de Redes de Computadores

Com a intenção de se compreender as causas que levaram às altas taxas de evasão no curso de Redes de Computadores no câmpus SGA, fomos buscar respostas junto ao grupo de gestores e docentes tanto do referido campus, como do campus Parnamirim, outra realidade educacional que poderá fornecer pistas de como esta comunidade escolar percebe o fenômeno e como vem enfrentando-lhe no seu cotidiano.

Debruçar-se no universo de cada sujeito participante, possibilitou-nos uma compreensão mais clara e abrangente dos prováveis motivos que favoreceram a evasão no curso de Redes de Computadores. Mas antes, iremos, apresentar uma análise de aspectos relativos ao perfil desse aluno do curso de Redes de Computadores; e logo, em seguida, mostraremos a visão sobre o fenômeno.

A primeira constatação das análises feitas é a de que o perfil dos alunos tanto de um *câmpus*, quanto do outro é semelhante: a média de idade gira em torno de 26 anos para os de SGA e de 22 para os de Parnamirim; os alunos de SGA moram todos os três na zona rural, já os de Parnamirim, dois moram na zona urbana e dois na zona rural; quanto aos estudos, apenas um aluno de cada *campus* fazia outro curso além de Redes de Computadores, porém na mesma área; quanto à relação estudo x trabalho, todos de SGA trabalhavam e estudavam simultaneamente, muito embora dois eram bolsistas e depois estagiários na própria instituição de ensino, a proximidade do trabalho e do local de estudo não atrapalhavam o desempenho, pelo contrário facilita os estudos; os de Parnamirim, dois estudavam e trabalhavam, e dois apenas estudavam.

Depreende-se, então, de que o nível socioeconômico desses alunos é pertencente à classe social de baixa renda; a maioria deles consegue conciliar estudo e trabalho. Corroborando, portanto, com o que Fernando Leme de Prado (apud Araújo e Santos, 2012) já afirmava. Segundo esse autor o aspecto econômico não tem sido o principal fator de evasão no ensino técnico profissional. Assim,

pressupõe-se que para esse grupo de alunos, o fator trabalho, apesar de representar dificuldade de conciliação com os estudos, não foi fator determinante de evasão escolar.

Outra constatação é a de que a maioria dos alunos do curso de Redes de Computadores nos dois campi escolheu o curso aleatoriamente, sem conhecimento prévio sobre a natureza do curso; dos sete alunos, apenas um em cada *câmpus* optaram pelo curso conscientemente, pois já atuavam na área de tecnologia da informação; os demais escolheram aleatoriamente, porque era a única opção de curso, na época da seleção, e queriam ingressar numa escola de prestígio social.

[...] Na verdade, eu nem sabia o que era que eu iria estudar no Curso de Redes e nem estava nos meus planos fazer o Curso de Redes. O meu irmão é quem me falou que ia abrir as turmas de Redes aqui no IF, iam ser as primeiras turmas, aí me chamou pra fazer o Curso. Eu disse: Qual é o Curso? - Redes, ele respondeu. Eu disse: Não. Redes eu não quero [...] eu não sei nada da área. Mesmo assim, ele me inscreveu, ele quem foi pagar minha inscrição, e tudo. [...] E eu acredito que muita gente entrou no curso do mesmo jeito que eu. Porque era IFRN, primeira turma, vamos lá fazer a prova e fazer o curso... Mas, não sabia nem do que se tratava. Acontece que alguns se identificaram e outros não. Esses que não se identificaram ou desistiram ou foram pra outros cursos. (Aluno 1, *câmpus* SGA, Informação verbal).

[...] É eu já fui aluna aqui no IF, fiz edificações e sempre gostei da instituição, sempre gostei. Quando começaram a construir essa instituição aqui, eu me interessei em fazer outro curso e ser novamente aluna do IF. [...] (Aluno 2, *câmpus* SGA, Informação verbal).

As falas desses discentes confirmam com o que Bueno (1993) chama a atenção para o fato de que ocorrem falhas na escolha profissional; o jovem geralmente não tem nenhuma orientação vocacional no Ensino Médio, e nem observa na hora dessa escolha suas aptidões profissionais, ocorrendo, conseqüentemente, a decepção pela escolha feita.

Essa constatação converge com as percepções dos gestores e professores de que o principal motivo de evasão no curso de Redes de Computadores nos dois *campi* é a falta de conhecimento sobre a natureza do curso e, conseqüentemente, a falta de identificação com o mesmo, em virtude de suas peculiaridades.

[...] o pessoal que veio pra fazer Redes, não sabia exatamente o que é que o curso é... Qual era a proposta do curso pra que eles fizessem esse curso. Eles entraram, acredito, que desinformados. Eu acho que ainda continua da mesma forma, continua entrando desinformado [...] (PAT, *câmpus* SGA, Informação Verbal).

[...] as pessoas se escreveram não tinham uma noção do que era esse curso de redes de computadores, mas viram uma oportunidade de ingressar numa instituição centenária, numa instituição de qualidade e num curso técnico, embora sem saber qual era esse curso e se tinha uma vocação se tinha uma aptidão pra ele, acho que isso contribuiu muito para a evasão. (G1, câmpus SGA, Informação Verbal).

Além desse fator, outros aspectos são pontuados por gestores e professores como fatores de obstáculos para a permanência do aluno no curso de Redes de Computadores, convergindo com a concepção dos diferentes autores utilizados para embasar este estudo, quando afirmam que a desistência do aluno se dá por uma multiplicidade de fatores.

Esses atores consideram que existem uma série de fatores que contribuíram para a evasão ocorrida no curso, que resumidamente estão relacionados com aspiração para o nível superior, muitos saíram, porque ingressaram numa faculdade/verticalização do ensino; dificuldade de conciliar trabalho e estudo, devido a faixa etária a maioria já trabalha ou está em busca de trabalho; família, muitos jovens já constituíram família; perfil/desempenho acadêmico do aluno, muitos estão a um tempo sem estudar, sem rotina de estudo; especificidade do curso, disciplinas que exigem muito cálculo/ muito estudo; reprovações dadas às dificuldades com a natureza do curso; e, por fim, a prática do professor, que na maioria das vezes não foi preparado para lidar com essa modalidade de ensino ou, até mesmo, não teve formação pedagógica para atuar como professor, uma vez que uma boa parte dos docentes que atuam no ensino técnico profissional é constituída de docentes engenheiros, enfrentando, pois, dificuldades para buscar outras metodologias que facilitem a aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, motive-o a permanecer no curso.

Portanto, como se vê, são muitas as situações que estão relacionadas à problemática da evasão escolar no curso de Redes de Computadores. Como vimos no aporte teórico utilizado, especialmente nos estudos de Dore Soares e Lüscher (2011), a ocorrência de evasão é consequência de um conjunto de fatores que está associado tanto ao estudante e à sua família quanto à escola e à comunidade em que vive.

2.4.1.2- Principais fatores de permanência escolar

Em relação ao segundo aspecto de nossa investigação, os fatores que favorecem ou dificultam a permanência do aluno no curso de Redes de Computadores no IFRN, a percepção dos gestores e professores se aproxima das falas dos discentes.

Sobre os empecilhos para permanência no curso, os principais fatores destacados pelos alunos foram quanto ao currículo, disciplinas consideradas de difícil compreensão e em relação à metodologia dos professores. Fato evidenciado no relatório do TCU (2012), que cita como uma das causas de não permanência discente o fato de que os cursos técnicos são altamente especializados, exigindo conhecimentos sofisticados por parte dos alunos.

Muitas disciplinas, assim... Em algumas disciplinas o professor exigia muito do aluno, algumas até, eu considero alguns trabalhados que favoreciam mais aquelas pessoas que sabiam, já tinham um conhecimento prévio. [...] (Aluno 1, câmpus SAG, Informação Verbal).

Porque do Ensino Médio, eu não tinha uma boa base em Matemática, Física, Química. [...] Eu não tinha base nenhuma. Do Ensino Médio, eu não tinha. Aí eu tive muita dificuldade, tive que estudar muito, muito, muito para continuar no Curso [...]. (Aluno 2, câmpus SGA, Informação Verbal).

[...] tivemos muita dificuldade em algumas matérias que exigia uma maior concentração e vimos que alguns docentes dessas matérias não tinha uma dinâmica específica para repassar esses conhecimentos [...]. (Aluno 4, câmpus PAR, Informação Verbal).

Isso vem evidenciar as pesquisas feitas por Rumberger e Newmann, Wehlage e Lamborn, citados por Paixão (2013) e Dore Soares e Lüscher (2011), respectivamente, sobre os fatores promotores de evasão escolar. Nessas pesquisas, os aspectos institucionais foram mencionados como responsáveis pela ocorrência do fenômeno.

Também neste estudo, identificamos que alguns aspectos institucionais obstaculizam a permanência discente, havendo inclusive, uma consonância entre a percepção dos alunos (fragmento verbal acima), dos gestores e dos professores sobre essas dificuldades institucionais.

A justificativa do grupo de gestores e professores, confirmada pelas falas dos alunos nos fragmentos acima, apoia-se na compreensão da baixa qualidade do Ensino Médio, em especial por serem alunos oriundos de escolas públicas.

[...] aí tem também o fato daquele aluno, ele já vir com deficiências [...] porque também comparando o curso subsequente e o curso do integrado, é diferente – por quê? Porque o curso do integrado, por mais que ele venha, o aluno, ele venha (né) entre no IF com dificuldades em Matemática, Química, Física (né), em Português, enfim, nas outras disciplinas, por mais que ele tenha essa dificuldade, mas como ele tem a chance de rever aquelas disciplinas de novo, porque no Ensino Médio ele vai mostrar (né)... Vai consolidar esse conhecimento, então ele acaba desenvolvendo. Já o do subsequente, o perfil é diferente, [...] aí muitas vezes não tem tempo até mesmo pra se dedicar [...]. (G2, câmpus SGA, Informação Verbal).

[...] eu acredito que ele enfrente é essa carga que ele traz do Ensino Básico deficiente. Porque ele não sabe estudar. Ele não sabe estudar e ele não sabe escrever a maioria deles. [...] (PAT, câmpus SGA, Informação Verbal)
Nós estamos pegando alunos, por exemplo, de escolas públicas, muitos alunos de escolas públicas, que terminaram o seu segundo grau e tavam há muito tempo sem estudar (né) que não tiveram o incentivo correto de educação, pra dar um encaminhamento correto à sua educação e aí quando ele chega aqui, na realidade, ele sofre um choque. (PTA, câmpus PAR, Informação Verbal).

A posição desses profissionais evidencia aquilo que Ribeiro (1991) chama atenção para o fato de que o fracasso escolar é quase sempre responsabilidade do aluno, nunca do professor ou da escola.

E nesse ponto pudemos constatar que para os discentes o fazer docente é visto como algo que influencia positivo ou negativamente para a permanência do aluno, evidenciado nos estudos de Dore Soares e Lücher (2011).

A metodologia do professor na época também... A maioria da turma não conseguia entender direito, isso foi no segundo semestre, né... A maioria não conseguia entender, acho que metade da turma “ficou” nessa disciplina, ou mais da metade. Porque realmente é uma disciplina muito, muito difícil. Tem que estudar muito... E a metodologia do professor realmente não ajudava. (Aluno 1, câmpus SGA, Informação Verbal).

Eu acredito que é responsabilidade do educador criar métodos pra que o aluno aprenda. [...] Ele passa o conteúdo da forma que ele acha que tem que passar, né..., como eu vi o caso de um professor, olha tá aí oitenta e dois slides, estudem, a prova é depois de amanhã. Então, assim não havia um aprendizado, era um decoreba geral de oitenta e dois slides e eu não acho isso satisfatório porque passou a prova, o aluno esqueceu. (Aluno 3, câmpus SGA, Informação Verbal).

Essa questão da prática do professor não foi somente enfatizada pela maioria dos alunos, como também pelas falas de 50% dos entrevistados do grupo de gestores e professores; de certa forma um percentual razoável, dada à razão de estarmos numa instituição de educação técnica profissional, quando a maioria dos docentes e gestores não é da área educacional.

[...] alguns reclamaram da metodologia de alguns professores a forma como estava sendo ofertada a disciplina, mas eles criticavam principalmente a metodologia de ensino, dificultava a aprendizagem e deixava o curso menos interessante pra eles (...) (PAP, câmpus SGA, Informação Verbal).

[...] Não vou mudar, não, porque assim dá certo, mas também não tenta uma outra forma, então sempre vai dar certo, e... É difícil porque você, como é que se diz... ? Se você não testar alternativas, você não vai saber qual é melhor e nem sempre uma forma engessada que o cara criou é a melhor maneira de ensinar. [...](PAT, câmpus SGA, Informação Verbal).

A questão de saber lidar com a turma, né... porque tem determinados conteúdos, tem determinados trabalhos que nós fazemos com a turma X, que na turma Y a gente não consegue êxito, porque de repente a gente usou a mesma metodologia, de repente com a turma Y é preciso mudar um pouco a metodologia, dinamizar essa questão, flexibilizar pra que eu possa acompanhar também o ritmo da turma, certo? [...](PAT, câmpus PAR, Informação Verbal).

Sobre essa questão da formação docente e, conseqüentemente, da prática docente, Paulo Freire (1996) ressalta que é dever do professor respeitar os saberes do aluno; aproveitar a bagagem cultural que ele traz para a escola e usar como estratégia para melhorar suas aulas, tornando os conteúdos mais significativos para sua vivência; para isso pressupõe-se que este professor tenha uma formação pedagógica consolidada para que compreenda o processo ensino aprendizagem como sendo um caminho de mão dupla, respeitando os saberes trazidos pelos alunos.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que chegam os educandos, sobretudo os da classe populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também [...] discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação ao ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996, p. 30).

Constatou-se ainda quanto essa questão da prática do professor, uma troca de culpabilização entre alunos e docentes. O professor reclama que o aluno não estuda, o aluno reclama que o professor não busca formas de motivá-lo a estudar.

[...] É. Mas, há um incentivo? A grande questão é essa. Há um incentivo pra que o aluno estude? Há essa facilitação? É... Tinha um professor [...] que ele questionava muito: – Ah, os alunos não estudam! Não estudam! Professor, diga-nos um livro da biblioteca... - Nenhum livro da biblioteca serve pra o que eu tô ensinando pra vocês. Então não havia uma facilitação. Professor, o senhor pode disponibilizar seus slides? - Meus slides eu não disponibilizo pra ninguém. Então não havia algo que motivasse, né, com que essa turma estudasse, né?(Aluno 3, câmpus SGA, Informação Verbal).

[...] Eu acho que poderia ter assim, um treinamento, uma capacitação pra esses professores pra ajudar eles mesmos a perceber tem pessoas diferentes, nem todo mundo pensa do mesmo jeito, nem todo mundo

aprende do mesmo jeito. Poderia melhorar também nesse aspecto, pra mim. (Aluno 1, câmpus SGA, Informação Verbal).

Para os membros da equipe pedagógica essa questão deve-se ao fato da maioria dos docentes que lecionam num curso técnico subsequente ser bacharel, sem formação para a docência.

[...] eu volto pra a prática, sabe [...], eu volto, pro fazer docência, dessa prática desse professor. A gente sabe que no instituto, a gente (né)... Eu não digo um problema, mas eu digo uma questão pra a gente pensar, uma questão de partida que dela se origina muitas outras, que é a formação do Bacharel (né). Por exemplo, se você pegar o curso de Redes, esse aluno vai se deparar com professor licenciado em apenas duas disciplinas: Língua Portuguesa e Matemática, ele vai fazer uma breve revisão do Ensino Médio. Ponto. Os demais professores são todos oriundos do Bacharelado (né). São todos professores formados pra pesquisa, para o exercício ali do, do... Muitas vezes da pesquisa, apenas do prático (né), então eles não trazem estratégias de ensino (né), eles não trazem (é...) outros elementos que favorecem a aprendizagem (né). (G3, câmpus PAR, Informação Verbal).

Pra mim, o principal é a formação do professor, é um professor que faz um concurso pra ser professor, mas ele tem a concepção de que ensinar é passar ou transmitir o conteúdo, eles ainda estão naquela concepção do professor transmissor de conteúdo, raramente é o professor que se vê como mediador [...] (G3, câmpus SGA, Informação Verbal).

Vale salientar que os problemas formativos não estão restritos aos docentes bacharéis, uma vez que nas licenciaturas também se observa algumas lacunas nessa formação. Mas no tocante aos bacharéis, esta questão fica mais evidente. Corroborando com as falas dos membros da equipe pedagógica Oliveira e Silva (2012) afirmam que:

O problema tem início na própria legislação que precisa ser mais enfática na necessidade dos conhecimentos didático-pedagógicos dos docentes que passam a compor os quadros funcionais dessas instituições, pois até o momento fica a critério e responsabilidade institucional proporcionar ou não cursos de formação continuada de curta duração aos ingressos no cargo de professor (OLIVEIRA E SILVA, 2012, p.1996).

Portanto, em concordância com a concepção dos referidos sujeitos da pesquisa e com os autores acima, também ressaltamos a relevância da formação pedagógica como pré-requisito para a docência, pois o professor transformador precisa ter competência técnica, no que concerne ao domínio dos conteúdos e ao uso das novas tecnologias, mas ele precisa ser um professor que reflete sua prática, pois como diz Paulo Freire (1996, p.39) “é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima”.

Por isso, faz-se necessário que o docente da educação técnica profissional esteja em constantes processos de formação continuada, seja ele bacharel ou licenciado. Ficou evidente que a instituição precisa se preocupar com esta questão e não apenas com titulação, se não no ato do processo seletivo desses profissionais, mas que seja ao longo de sua atuação na instituição.

Além dos fatores já mencionados, como sendo dificuldades enfrentadas na realização do curso, somente o grupo de alunos do *câmpus* Parnamirim citou questões de ordem externas à instituição, como: acesso ao *campus* (transporte), insegurança (problemas com assalto), a greve dos servidores (atraso na conclusão do curso) e tempo para estudar (trabalho).

Em relação ao que favorecem a permanência discente, todos os sujeitos pontuaram os mesmos aspectos. Inclusive, são aspectos voltados para a valorização da qualidade da Instituição, por ser uma escola federal; tanto no que concerne ao ensino ofertado, quanto pelos serviços de apoio ao aluno para favorecer seu sucesso escolar. Fator compreendido como *status* social.

[...] Eu tenho orgulho, porque os meus amigos estudaram aqui, eu estudei aqui, meus professores sempre falavam bem da escola, sempre ouvir falar muito bem, pessoas que terminavam o curso tinha maior oportunidade, é uma escola que como muitos dizem, ela é uma escola que não prepara você somente pro mercado de trabalho, ela ensina muito a você, não é a mesma coisa. Ah! Hoje eu pretendo fazer meu curso superior no IF e não na UF eu acho que lá na UF [a aluna se refere à Universidade Federal do rio Grande do Norte] a pessoa fica assim meio solta, sei lá, IF não, é uma coisa de mãe, acolhe. (aluno 2, *câmpus* SGA, informação Verbal).

[...] o Instituto historicamente ele desenvolve uma série de ações afirmativas para a permanência de aluno matriculado e frequentando as aulas. Destaca-se as ofertas de bolsa, de alimentação, as bolsa de transporte escolar de auxílio ao transporte escolar, as atividades de pesquisa e extensão e inclusive no financiamento através de bolsa destinada a alunos e enfim penso que essas são ações que já são bem forte, mas como na fala anterior ela não vai alcançar todos os alunos que venham a precisar e penso que esses dispositivos já fortes, mas tem outros dispositivos que são menos badalados eu diria, mas que também são relevantes como o desenvolvimento das aulas de atendimento ao aluno fora do horário de aula que nós chamamos de centro de aprendizagem eu penso que é algo que contribui pra permanência do aluno, uma vez que melhora inclusive, pode melhorar esse rendimento dele e esse rendimento melhorando ajuda, é um motivador pra permanência, enfim tem uma estrutura boa, biblioteca, e eu acho que a estrutura que o IF já tem, tem um ambiente de sala para estudo, ambiente pra pesquisa a internet e ter bases científicas para acessar, possibilidade para acessar artigos científicos, produção científica, é... penso eu que esses fatores são fatores fortes que contribui para o estudante aqui no nossos cursos. Mas naturalmente eu repito, não consegue alcançar todos os alunos. (G1, *câmpus* SGA, Informação Verbal).

Os aspectos destacados nessas falas estiveram presentes em todas dos demais participantes; todos enfatizam que a instituição já dispõe de uma série de programas/políticas de assistência ao estudante e de infraestrutura adequada que contribuem para a permanência do aluno. E isso é fundamental, pois não basta garantir somente o acesso, mas favorecer a permanência e sucesso do aluno. Mas, infelizmente, como se percebe na fala gestor (G1), no tocante aos programas e políticas que a escola disponibiliza, não chegam a todos que precisam, fazendo-se necessário mais investimento em políticas de fomento à permanência escolar, como, por exemplo, ampliação do quantitativo de bolsas de assistência estudantil para dar condições ao aluno de baixa renda a continuar seus estudos. Como nem todos têm essa oportunidade, podemos concluir, então, que ainda não temos uma oferta educacional efetivamente democrática.

Como síntese de tudo que foi abordado, compreendemos que do conjunto de fatores citados que favorecem ou dificultam a permanência do aluno no curso ou na instituição como um todo, o que ficou mais evidenciado foram aspectos voltados mais para as questões de ordem institucional, que correspondem ao conjunto de práticas, procedimentos e organização escolar (currículo, avaliação, carga de atividades, etc.), ratificando o aporte teórico utilizado no estudo do fenômeno.

Após a compreensão desses fatores que contribuem ou dificultam a permanência do aluno, procuramos investigar quais aspectos precisavam ser melhorados e o que a instituição já realiza ou dispõe como estratégias para favorecer a permanência do aluno.

2.4.1.3 Aspectos a melhorar para favorecer a permanência escolar

Quanto aos aspectos que necessitam de aprimoramento institucional para o enfrentamento dessa problemática, constatamos que há certa consonância entre a visão dos alunos com a dos docentes e gestores, e que permeiam por questões referentes à prática docente, identificação com o curso, desempenho do aluno e integração de setores como pedagogia, psicologia e serviço social, como veremos abaixo nos depoimentos:

[...] Eu acho que poderia ter assim, um treinamento, uma capacitação pra esses professores pra ajudar eles mesmos a perceber tem pessoas

diferentes, nem todo mundo pensa do mesmo jeito, nem todo mundo aprende do mesmo jeito. Poderia melhorar também nesse aspecto, pra mim. (Aluno 1, câmpus SGA, Informação Verbal).

Você planejou, diversificou sua metodologia, você não concorda que isso é preciso sempre ser feito na prática do professor?(PAT, câmpus SGA, Informação Verbal).

[...] O aluno conhecer o curso muito antes de ele se integrar [...] Vamos abrir pra comunidade uma palestra sobre redes... entendeu? Se identificou, eu acho que facilitaria mais, diminuía a evasão.”.(Aluno 3, câmpus SGA).

[...] Então precisaria fazer o perfil desse estudante, aí sentar pedagogia, psicologia, serviço social, coordenação de curso, sentar em cima desse perfil – o que é que nós vamos fazer pra esse estudante conseguir êxito? A gente não faz isso. (G3, câmpus SGA, Informação Verbal).

Ele é um aluno que é trabalhador, ele é um aluno que estar afastado da sala de aula, então assim tem que ter um olhar diferenciado pra ele, tem que ter uma proposta assim... então não sei se de repente pra turma subsequente um curso avançado, sei lá... de cálculo e de produção de texto, sabe? Seria pro semestre inicial, pra ver se melhora o nível deles, entendeu? Até pra eles acompanharem o curso. (PAP, câmpus SGA, Informação Verbal).

Como se percebe, os entrevistados já visualizam uma série de ações que poderiam ser implementadas para favorecer a permanência do aluno no curso de Redes de Computares. Esta é uma questão que a instituição IFRN, câmpus SGA precisa se preocupar e pensar de forma sistêmica para o fortalecimento dessas possíveis ações e deixar de ser algo pontual realizado por um ou outro servidor, pois como dizem Araújo e Santos (2012) não basta apenas garantir acesso, o sucesso do aluno é de responsabilidade institucional e de todos, além de ser um princípio legal, compreendemos que se constitui como uma questão democrática, de direito a uma educação de qualidade para todos, e que, portanto, precisa ser amplamente discutido pela comunidade escolar em busca de soluções para garantia da permanência do aluno na instituição.

2.4.1.4. Estratégias utilizadas para favorecer a permanência escolar

O fenômeno da permanência escolar foi percebido de diversas maneiras pelos participantes desta pesquisa e cada grupo apontam diferentes ações que contribuem para o enfrentamento da problemática da evasão pela instituição, conforme seus depoimentos sintetizados no quadro nº 11, logo abaixo.

Constatou-se que há uma convergência entre o grupo dos alunos e dos docentes e gestores, no tocante ao levantamento dessas estratégias realizadas pela instituição. Assim, abaixo elencamos uma lista de ações citadas pelos entrevistados que já são desenvolvidas pelos *campi*, e que, muitas delas, são institucionalizadas pelo IFRN. No entanto, mesmo os *campi* tendo autonomia de desenvolverem suas ações, muitas delas acontecem de maneira diferente em cada escola, por se tratar de realidades diferentes.

Quadro nº 11 – Estratégias utilizadas para favorecer a permanência escolar

A qualidade da infraestrutura física;	Visitas técnicas;
Espaços pedagógicos: biblioteca, laboratórios;	Rede de Apoio/Equipe multidisciplinar (Pedagogia, Psicologia e Assistência Social);
Salas confortáveis (climatizadas);	Projeto Incubadora Tecnológica;
Disponibilidade de Material didático;	Sábados letivos temáticos voltados para o curso de Redes (<i>campus</i> PAR);
Professores qualificados;	Realização de minicursos;
Projetos de Iniciação à Pesquisa e de Extensão;	OVEP (Observatório da Vida do Estudante);
Assistência ao Estudante (bolsas: trabalho, alimentação, transporte);	Mudança de turno (<i>câmpus</i> PAR);
Encaminhamento para Estágios/parcerias com empresas;	Atendimento Individualizado ao aluno (<i>câmpus</i> PAR);
Centros de aprendizagens- CA's (Reforço Escolar);	Intervenções pedagógicas junto a alunos e professores;
Realização e/ou favorecimento de participação em eventos científicos;	Eventos culturais, desportivos e científicos.
Projeto Aluno TAL (tutoria de Aprendizagem de Laboratório);	

Como se observa, são ações de extrema importância para o enfrentamento da evasão e, conseqüentemente, favorecimento da permanência; no entanto, constatamos por algumas falas, que no tocante ao aspecto estritamente pedagógico, muitas dessas se dão de maneira pontual, partindo da iniciativa de algum professor ou de outro servidor, mas não ocorre de maneira sistêmica ou até mesmo não fazem parte de diretrizes institucionais.

O resto são ações pontuais. Um professor faz uma ação, a pedagogia vai e faz outra, mas são pontuais, não é política da instituição. É mais o servidor, que vendo a situação, se mobiliza. (G3, *câmpus* SGA, Informação Verbal).

Outro aspecto interessante de se ressaltar é que ficou evidenciado que no *câmpus* Parnamirim há um trabalho mais articulado entre a Equipe de Apoio Interdisciplinar do que no *câmpus* SGA, e que a importância do papel dessa equipe foi bastante destacada positivamente por todos os entrevistados como ação relevante para a permanência escolar naquele *câmpus*.

Podemos depreender que isso representa uma fragilidade do *câmpus* SGA para o enfrentamento da problemática da evasão, uma vez que os profissionais que têm o papel de dar um suporte ao docente no sentido de sugerir melhorias na sua prática, talvez não esteja tendo a importância necessária. No entanto, pelo alunado o papel desses profissionais foi bem avaliado.

O apoio da Pedagogia quando a gente procurava. Se precisasse conversar com alguém, sempre tem alguém pra ouvir. (Aluno 1, *câmpus* SGA, Informação Verbal).

Além disso, o *câmpus* Parnamirim já realizou algumas ações na tentativa de melhoria do rendimento dos alunos do curso de Redes de Computadores, como a mudança da oferta para o turno da noite e Atendimento Individualizado ao aluno, no seu turno de estudo, dado às especificidades desse público. Ou seja, já foram realizadas algumas estratégias para favorecer a permanência do estudante no curso, a partir das dificuldades diagnosticadas pela escola.

Essa estratégia foi levantada por um dos entrevistados do *câmpus* SGA, no sentido de que se fez uma reflexão de que o horário do CA (Centro de Aprendizagem) deveria ser repensado para atender o perfil do aluno do curso subsequente. Mas o que ocorre, na maioria das vezes, é que o horário é desenvolvido para atender a disponibilidade do docente e não do aluno.

Mas, assim, tem a possibilidade do quê? O aluno subsequente, ele tem menos horas/aulas (né) por semana, então a carga horária dele, ele pode se organizar de forma que fique quatro horas/aulas num turno e as duas horas/aulas seguinte, trabalhar o CA, também pode ser feito isso na instituição, se quiser (entendeu?) porque aí, trabalharia o mesmo turno.[...] Porque hoje em dia tá organizando de acordo com o Professor, né, aí é o Professor que bota, enche os alunos das seis horas/aula do subsequente. (G2, SGA, Informação Verbal).

Diante de todas essas questões pontuadas, podemos ver que se faz necessário que a escola cumpra o seu papel, no que diz respeito à permanência do

aluno na escola, pois o ato de facilitar o processo do ensino aprendizado é de grande relevância para a promoção do desenvolvimento dos seus alunos.

O esforço no ensino aprendizado deve ser um movimento de mão dupla, ou seja, a finalidade de ensinar deve ir ao encontro da necessidade de se aprender. Dessa forma, professores e alunos poderão atingir seus objetivos.

Por fim, conforme o que foi citado por parte de todos os sujeitos entrevistados, nesta pesquisa, podemos analisar que – de acordo com as estratégias citadas – se faz necessário que a participação, dedicação e organização de todos que compõem a escola deve ser algo que venha colaborar com a permanência do aluno na escola. O professor, neste caso, tem um papel de grande valia por ser ele o principal mediador no processo ensino aprendizagem, aspecto bastante evidenciado nos depoimentos, em especial, do grupo dos alunos.

Uma boa aula é como uma refeição: quanto mais atraentes estiverem os pratos que você, cozinheiro – professor, dispuser sobre a mesa, mais os alunos desejaram saboreá-los. Aprender é como comer. Comer alimenta o corpo de energia, enquanto aprender alimenta a alma de saber (TIBA, 1996, s/p.)

Contudo, compreendemos que o aluno também tem sua responsabilidade nesse processo, principalmente nesse caso, uma vez que são alunos adultos, conscientes de suas responsabilidades; sendo assim, os professores, a escola como um todo, devem buscar estratégias para instigá-los para o esforço e para o comprometimento com seus estudos objetivando o sucesso de todos, pois temos a clareza de que o aluno é o alvo principal, dentro da instituição, e por isso deve-se ter uma preocupação maior, no sentido de fazê-lo sentir-se bem, no recinto educacional.

Outro sim, podemos ressaltar que todos os aspectos evidenciados pelos participantes da pesquisa que favorecem a permanência do aluno na escola, estão todos relacionados com aspectos internos à instituição; o que confirma os estudos de Rumberger (2004, *apud* DORE E SOARES, 2011), que diagnosticou a existência de duas perspectivas que estão relacionadas com a permanência ou evasão do aluno da/na escola: a individual e a institucional, aspecto já detalhado anteriormente no referencial teórico. Como vimos, os fatores evidenciados nesta pesquisa, estão intrinsecamente ligados à segunda perspectiva, que se referem aos aspectos como: o perfil/desempenho do corpo discente, os recursos e estruturas físicas escolares, os

processos e as práticas pedagógicas. Todos esses fatores foram citados pelos diferentes atores como importantes para favorecer a permanência do aluno.

Em razão disso, esse trabalho tem o objetivo de – no próximo capítulo – elencar (dentro da realidade na qual se encontra a escola, conforme suas especificidades, para com o curso de Redes de Computadores) estratégias que venham colaborar com a permanência do aluno na escola, fazendo com que tanto os requisitos educacionais por parte da equipe escolar sejam desenvolvidos, como também, os alunos possam estar mais engajados com o processo do ensino aprendido.

3. PROPOSTA DE UM PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS INTERSETORIAIS NO CÂMPUS SGA-IFRN

Esse capítulo apresenta os aspectos considerados relevantes para uma Intervenção Pedagógica para o enfrentamento do fenômeno em estudo, propondo um Plano de Ações Articuladas Intersetoriais no câmpus SGA-IFRN. Após a análise dos múltiplos fatores associados à permanência escolar no curso de Redes de Computadores, demonstrada no capítulo 2, faz-se necessário agora discutir pressupostos que poderão nortear a construção e implementação desse plano de intervenção pedagógica. Para tanto, o capítulo 3 está estruturado com as seguintes seções: o plano de intervenção propriamente dito e as considerações finais a respeito deste trabalho de pesquisa.

3.1. PLANO DE INTERVENÇÃO

Após descrever e analisar o presente caso, e observar as implicações da inexistência de um planejamento sistemático e articulado das ações Intersetoriais no câmpus SGA-IFRN, é interessante propor, ainda que em linhas gerais, duas frentes de intervenção escolar: uma no tocante à construção e implementação de um Plano de Ações Articuladas Intersetoriais e, outra articulada a primeira, a construção e implementação de um sistema computacional (*software*) para o fomento de um banco de dados institucional.

3.1.1. Relevância do Plano de Ações Articuladas Intersetoriais e do Sistema de Informações para o banco de dados institucional.

A justificativa para a implementação do plano de intervenção deve-se ao fato de que ficou evidenciado pelos achados desta pesquisa de que representa uma das necessidades institucional um planejamento sistêmico de enfrentamento do fenômeno em estudo, como dos demais problemas educacionais da instituição pesquisada. Percebeu-se que muitas ações são realizadas para o enfrentamento

dessa e de outras questões educacionais, porém de forma pontual, muitas vezes isoladas, originária da iniciativa de determinados setores ou pessoas.

Portanto, para o entendimento da pesquisadora, as ações, quer sejam na área educacional ou em qualquer outra área de conhecimento, precisam ser bem planejadas e integradas/articuladas, pois terá um ganho de tempo, de esforços, de energias e de resultados.

Compreendendo-se que planejar é refletir sobre o que já existe, sobre o que se quer alcançar e com que meios se pretende utilizar para atingir o seu objetivo, é fundamental que este planejamento seja desenvolvido integrando os diversos setores responsáveis pelo sucesso escolar do discente.

Como é de conhecimento público, os IF's (Instituto Federais) dispõem de uma estrutura de apoio ao estudante que nenhuma outra escola pública dispõe em seus quadros de servidores. No IFRN também não é diferente e possui essa mesma estrutura funcional, quais sejam: equipe técnico-pedagógica, setor de psicologia, setor de assistência social, coordenação de cursos, além de outros setores ligados a direção acadêmica, dentre outros. Só apresentamos os setores mencionados, pois para o objetivo do plano que iremos propor, acreditamos que estes setores estão mais diretamente responsáveis pelo sucesso e permanência do aluno e necessitam estar em conexão para o enfrentamento da questão em estudo.

Todos os setores têm sua importância de ser na instituição, mas falta uma maior integração ou um permanente diálogo entre eles e isso acaba dificultando muito o sucesso das ações no que concerne ao favorecimento da permanência discente.

Outro aspecto constatado e acreditamos que se faz necessário implementar é um sistema informatizado para servir como um banco de dados institucional para monitoramento, avaliação e implementação de políticas educacionais. É bem verdade que a instituição já dispõe de um sistema, um software¹³ que disponibiliza uma série de dados institucionais, no entanto, consideramos que tem sido uma ferramenta subaproveitada pela instituição no sentido de capitalizar melhor este mecanismo que concentra uma série de informações importantes sobre o processo ensino aprendizagem e a vida do aluno para servir de constantes análises para

¹³ Chamado Q-Acadêmico, já mencionado neste trabalho.

sinalizar demandas e ações e/ou políticas voltadas para o atendimento das reais necessidades educacionais da instituição.

Mas, compreendemos que é um sistema que ainda deixa muito a desejar, pois ele funciona como algo estático, ou seja, as informações são sempre da situação atual do aluno, não fornecendo dados da trajetória estudantil, seja sobre êxitos ou fracassos enfrentados pelo aluno ao longo de sua trajetória escolar, ou até mesmo sobre a mobilidade acadêmica do aluno, bem como sobre suas causas. Inclusive, é importante frisar, que a pesquisadora enfrentou dificuldades de compreensão para analisar os indicadores educacionais, uma vez que eram dados inconsistentes fornecidos pelo sistema, tendo que questionar por diversas vezes o setor que o alimenta, no caso a secretaria acadêmica dos dois *campi* investigados.

Em relação ao câmpus São Gonçalo do Amarante, *lócus* principal da pesquisa, foi possível um melhor entendimento dos dados, por estar mais próximo ao setor e podendo esclarecer as dúvidas sobre os dados fornecidos; mas já em relação ao caso do *câmpus* Parnamirim, apesar da secretaria acadêmica ter sido muito solícita, os dados fornecidos pelo setor e que foram coletados do referido sistema, são números confusos que dificultam a compreensão daquela realidade escolar no que se refere aos indicadores educacionais do curso de Redes de Computadores, principalmente referentes ao de evasão escolar.

Por isso, acreditamos ser oportuno viabilizar a construção e implementação de um *software* ou até mesmo a construção de uma interface junto ao SUAP (Sistema Unificado de Administração Pública), desenvolvido pelo IFRN, no qual se acrescentaria ao mesmo um módulo que forneça maiores informações, funcionando como um importante banco de dados que a instituição possa consultar para suas tomadas de decisões e implementação de ações e de suas políticas educacionais.

3.1.2. Alguns Pressupostos importantes para implementação do Plano de Intervenção

Ao consolidar e analisar os dados da pesquisa, alguns fatores sinalizaram para um maior favorecimento de permanência e sucesso escolar no curso de Redes de Computadores no *câmpus* SGA. Iremos aqui fazer uma abordagem dos quatro principais aspectos que ficaram evidenciados pela presente pesquisa como sendo

fatores que contribuem para a permanência discente e que embasarão, portanto, a elaboração e implementação do Plano de Intervenção ora proposto, mesmo que em linhas gerais.

3.1.2.1- Desempenho acadêmico

Dore e Lüscher (2011 *apud* VELOSO, ALMEIDA, 2002, s/p.) mencionam em seus estudos que um dos fatores determinantes para a fuga de alunos no ensino técnico profissional está relacionado com o “fraco desempenho acadêmico no primeiro ano do curso devido à formação precária no ensino fundamental”, que para nós, conforme as evidências desta pesquisa, aplica-se para uma parcela de alunos de cursos subsequentes, que apesar de já terem cursado o nível médio, vêm com muitas deficiências e lacunas acadêmicas do ensino médio. “Trata da discrepância de conhecimentos e habilidades dos alunos no momento de sua entrada nos cursos. Isso faz com que parcela dos alunos apresente déficits educacionais significantes, aumentando o risco de evasão” (TCU, 2013, p. 16). De forma que nas primeiras dificuldades enfrentadas, acaba se desmotivando por não conseguir acompanhar o ritmo de exigência do curso, que conforme o Relatório do TCU, alguns cursos são altamente especializados, principalmente cursos na área das tecnologias como é o caso do curso de Redes de Computadores, que exige que o aluno já tenha um certo domínio de alguns conteúdos, como: aritmética, algoritmo, lógica matemática, por exemplos, para poder acompanhar o mesmo.

No caso em estudo, ficou evidenciado que a maioria dos nossos alunos do curso subsequente de Redes de Computadores do *câmpus* São Gonçalo do Amarante é oriunda de uma escola pública deficitária, que ao sentirem o distanciamento cultural entre seus saberes e o saber da escola, acabou se desmotivando, de modo que somente uma minoria permaneceu e concluiu o curso. Observa-se pelos dados obtidos no Sistema Acadêmico, que esta situação de baixa permanência escolar, ainda persiste nas demais turmas que vem ingressando na instituição.

Portanto, alguns entrevistados alegaram que o principal motivo do alto índice de evasão no curso foi pelo fato de ter sido a primeira turma do *câmpus*, a comunidade buscou o curso mesmo sem saber do que se tratava. No entanto, isso

se vem repetindo ao longo dos processos seletivos, as turmas são formadas, mas poucos permanecem cursando. Nesse sentido, corroboramos com os resultados da pesquisa, quando ficou constatado que esta situação do curso de Redes de Computadores, bem como estendemos para os demais cursos da forma subsequente, ocorre principalmente pelo fato de que muitos alunos apresentam muita dificuldade de acompanhar o curso, em virtude de deficiências trazidas dos Ensinos Fundamental e Médio já pontuados anteriormente, afunilando-se, ainda mais, pela exigência curricular dessa área.

O fato é que hoje esse é o perfil de uma parcela significativa do aluno que ingressa no IFRN. Se por um tempo na sua história educacional, era o filho da classe média que ingressava na instituição, essa realidade mudou, em consequência das políticas de expansão da rede federal e das políticas de cotas para democratizar e garantir o acesso aos filhos da classe trabalhadora.

Entendemos que cabe a escola tomar consciência desta nova realidade e tomar para si a responsabilidade de enfrentar este desafio e buscar mecanismos para oportunizar não só o acesso desse aluno, mas principalmente garantir sua permanência e sucesso escolar.

E acreditamos que, no caso em questão, não estamos falando de algo de extrema elaboração, mas ações simples que ao nosso ver farão diferença para permanência do aluno neste curso, como por exemplos: reavaliar o turno de oferta do curso de Redes de Computadores; hoje o curso é ofertado no período diurno, quando boa parte do alunado é de adultos, que já trabalham e tem família constituída, então possivelmente o turno noturno poderia ser uma estratégia que a escola poderia pensar; buscar conhecer a realidade desse aluno para poder compreender melhor as deficiências trazidas para a escola, diminuindo um pouco esse distanciamento entre o saber do professor e do aluno; poderia se pensar em ofertar um curso para “nivelamento” de alguns conteúdos do ensino médio, principalmente nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Inglês.

Enfim, são apenas exemplos de como a escola pode aprofundar esta discussão e buscar mecanismos de favorecer a permanência do aluno no curso de Redes de computadores, bem como, em cursos subsequentes no geral, uma vez que essa modalidade apresenta alunos com tais perfis.

3.1.2.2. *Prática Docente*

A prática docente aparece, na presente pesquisa, como sendo um fator de suma relevância para o favorecimento da permanência discente no curso de Redes de Computadores. Todos os dois grupos investigados, mencionaram a necessidade de um olhar mais cuidadoso da instituição para este aspecto.

Reconhece-se que são profissionais qualificados, mas que não têm formação docente para atuar no campo do magistério e da educação técnica profissional, uma vez que são bacharéis, em sua maioria, dificultando uma prática reflexiva de sua ação pedagógica, alargando cada vez mais o distanciamento entre a relação professor/aluno, resultando em barreiras para o êxito e permanência do aluno na instituição.

Álvares (2006) ao realizar pesquisa sobre a formação de professores engenheiros civis, afirma que a preocupação maior desses docentes que possuem formação em bacharelados e pós-graduação voltados para a ampliação de estudos mais técnicos da área, tem como foco principal o domínio de conteúdos de sua área profissional, e em muitos casos é deixado em segundo plano os aspectos pedagógicos do seu trabalho, ou seja, o exercício da profissão docente está quase sempre aliado à competência profissional como bacharel ou como pesquisador. (OLIVEIRA E SILVA, 2012, p.06).

Muito embora, como já ressaltamos no capítulo 2, alguns docentes licenciados também apresentam algumas lacunas nessa formação pedagógica.

Portanto, a prática do docente faz diferença no processo ensino aprendizagem; é preciso que haja uma relação de confiança entre aluno e professor e de uma expectativa positiva deste em relação ao primeiro; são fatores fundamentais para a permanência discente. Além disso, o professor precisa “se assumir como protagonista no campo curricular e profissional, passando a ter mais elementos para enfrentar os problemas emergentes desta mesma prática” (OLIVEIRA E SILVA, op. cit. p.203).

A questão da prática docente é um aspecto muito sério, pois muitas vezes aparece só o discurso de que o aluno é despreparado, mas o que o professor está mobilizando em suas aulas, em seu fazer docente para criar mecanismos para esta situação mudar? Muitas vezes, o aluno é estigmatizado em detrimento de sua

origem social e pouco se faz para que ele possa superar suas deficiências de aprendizagem.

E pensamos que o professor é o principal mediador desse processo; se ele não tem em sua sala o aluno ideal, mas o aluno real, ao invés de usar o discurso da culpabilização, o professor precisa ter consciência do seu importante papel transformador dessa realidade e buscar estratégias para fazer com que este aluno tenha motivação para aprender e assim permanecer na escola, no curso que escolheu.

Consideramos que a prática deste profissional faz toda diferença, o aluno precisa sentir confiança e ser motivado pelo professor e não estigmatizado, como muitas vezes acontece. Quando isso ocorre na sala de aula, a primeira atitude do aluno é querer abandonar o curso; como ficar num ambiente em que se sente discriminado pelo seu baixo nível cultural por alguém que deveria ser o principal impulsionador de sua aprendizagem? Quando o aluno percebe que pode se colocar seja por meio de palavras ou comportamento e não teme ser ridicularizado porque não sabe de determinado assunto, o aprendizado será mais proveitoso. Do contrário, o aluno dificilmente o aluno permanece na escola.

Na pesquisa, colhemos depoimentos de que falava exatamente dessa situação, muitos alunos do curso de Redes de Computadores tinham consciência da falta de preparo acadêmico e se sentiam discriminados por isso por determinados professores. Muitos se desestimularam e não permaneceram no curso. Acreditamos que isto é reflexo da formação do docente, seja o bacharel ou o licenciado, que lhe falta conhecimentos necessários para atuar no magistério, bem como na educação técnica profissional, que hoje pelas novas políticas educacionais dessa área é uma educação com formação geral e não só técnica, como já se foi no passado.

Portanto, a prática docente precisa ser considerada como sendo um fator relevante para a permanência do aluno não só do curso de Redes de Computadores, como também nos demais cursos, sendo necessário que a instituição IFRN olhe para este aspecto, pois acreditamos que:

Os docentes como um todo, e não apenas os bacharéis necessitam fazer parte de uma instituição coletiva que discute e que renova suas práticas, atenta as necessidades da comunidade em que faz parte, buscando o que tanto se almeja: melhoria da qualidade de ensino oferecida e formação de profissionais que possam atuar e transformar os meios em que estão inseridos (OLIVEIRA E SILVA, 2012, p. 203).

E com esta visão, acreditamos que se justifica pensar em ações de formação continuada para todos os docentes, tanto os bacharéis como os licenciados, do campus *lócus* dessa pesquisa para que aprimorem suas práticas numa perspectiva reflexiva e transformadora para que contribuam com a formação pessoal e profissional dos alunos, uma vez que a relação professor-aluno como parceiros do processo ensino aprendizagem é fundamental para a permanência escolar.

3.1.2.3. Identificação com a área profissional

Esta questão da identificação do aluno com a escolha do curso foi fator preponderante nas falas dos entrevistados com sendo determinante para a permanência ou não do aluno no curso de Redes de Computadores. Esta questão vai corroborar com o que Bueno (1993) destaca em sua pesquisa, que mesmo tendo sido no universo do ensino superior é uma realidade que se aplica ao ensino técnico profissionalizante, por ser também uma escolha profissional que o jovem faz para sua vida, e nem sempre é aquilo quem ele idealizou a princípio, ocorrendo muitas vezes decepção com o curso, dentre outros fatores, levando-o a não permanecer no mesmo.

Como vimos no capítulo 2, o autor enfatiza que o fenômeno da evasão discente nos cursos superiores, deve ser visto como sendo uma discussão mais ampla sobre esta escolha profissional pelos jovens. Reforça que a evasão envolve um conjunto de fatores que são multiplicativos e que vão definir as decisões e motivações desses jovens. Elenca alguns pontos importantes para o desencadeamento da evasão escolar. Ele cita as dificuldades de adaptação que atingem diferentemente em determinados estudantes dos diversos cursos, falhas na escolha profissional, dificuldade de adaptação ao currículo escolar, que pode ser decepção com o currículo do curso ou até dificuldade de rendimento escolar mesmo; acreditamos que foi o aspecto preponderante no curso de Redes; a maioria do aluno que ingressou não tinha clareza do que era o curso e não observou suas expectativas profissionais e nem muito menos parou para avaliar os requisitos exigidos e habilidades necessárias para a formação naquela profissão, como bem destaca Bueno (1993), gerando uma baixa permanência escolar.

Diante dessa constatação, faz-se necessário considerar este pressuposto para se pensar estratégias que favoreçam que o aluno antes de ingressar na instituição tenha discernimento do que seja o curso que vai realizar para evitar que durante o processo ele venha a se desligar por falta de identidade com o mesmo. Essas estratégias podem dar na direção do fomento de ações que divulguem o curso para a comunidade local e regiões adjacentes. Enfim, criar mecanismos de divulgar melhor o perfil do curso para a comunidade antes do ingresso, assim filtraria melhor o perfil desse aluno para voltar-se realmente para o perfil do curso.

Acreditamos que são ações que favoreceriam para contribuir com maior permanência escolar no curso de Redes de Computadores, uma vez que atrairia candidatos que se identificariam com as características daquele curso; inclusive, creio que essas ações não se devem restringir apenas ao curso de Redes de Computadores, mas deveriam ser institucionalizadas, a comunidade precisa conhecer melhor cada curso, pois problemas com evasão/permanência escolar não se restringe ao curso de Redes de Computadores e nem somente no *campus* em estudo, como vimos na pesquisa de Bueno(1993); entendemos como sendo uma questão mais ampla por se tratar de escolhas profissionais pelos jovens.

3.1.2.4. Planejamento e Intersetorialidade das ações

O termo Intersetorialidade está muito mais direcionado ao campo macro das políticas públicas, referente à relação de parcerias entre ministérios ou entre esferas governamentais para “promover uma dada capacidade de gestão que minimize as características históricas de fragmentação das políticas sociais” (MONNERAT E SOUZA, 2009, p. 04).

Traremos o termo desse universo macro para o universo micro, nível escolar, uma vez que o Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica dispõe de uma estrutura administrativa bastante incrementada composta por uma série de setores que, ao nosso entendimento, alguns deles precisam de um maior engajamento e de um trabalho articulado para garantir uma maior eficácia de suas ações de favorecimento da permanência escolar.

Essa necessidade ficou bem evidenciada na pesquisa, por isso estamos abordando o assunto com sendo uma boa possibilidade de alcance de objetivos para este plano de intervenção pedagógica.

Corroboramos com as autoras com compreensão de que é um desafio romper com práticas já cristalizadas, que operam com uma lógica parcializada de organização e produção do saber, resultando numa intensa especialização disciplinar e práticas sociais fragmentadas. Nesse sentido, assinalamos também para a importância de se buscar no paradigma da interdisciplinaridade uma análise global dos problemas e na estratégia de ações intersetoriais na promoção, no caso, de práticas pedagógicas mais eficazes em relação às questões educacionais vigentes no câmpus SGA, em especial, em relação ao problema em questão.

O que caracteriza a intersetorialidade é a possibilidade de síntese de práticas. No entanto, sua possibilidade está na faculdade de reconhecimento dos limites de poder e de atuação dos setores, pessoas e instituições. Este reconhecimento de insuficiência não é propriamente uma facilidade para humanos, especialmente para quem goza das condições oferecidas pelo poder institucional (COSTA; PONTES; ROCHA, 2006, apud MONNERAT E SOUZA, 2009, p. 04).

Todavia, para o estabelecimento disso, faz-se necessário pensar em planejamento, que acreditamos ser uma ferramenta imprescindível para articular áreas de conhecimento e de práticas institucionais específicas. Para tanto, ele deve ser visto não como algo burocratizado ou prescritivo, mas pelo contrário, como sendo um espaço de negociação de interesses, bem como uma ferramenta legítima para a construção de sinergias entre diferentes atores e áreas de interesses. Assim sendo,

O planejamento deve ser a tradução da articulação entre saberes e práticas setoriais, considerando-se que no âmbito do planejamento conjunto a intersetorialidade deve se concretizar como síntese de conhecimentos diversos (interdisciplinaridade) para atuar sobre problemas concretos (MONNERAT E SOUZA, 2009, p. 05).

Vale ressaltar que a ideia de síntese não prescinde dos fazeres e atribuições de cada setor em questão, isto é, a partir do respeito à individualidade de atuação de cada um, deve-se buscar a construção de objetos e objetivos comuns, rompendo com obstáculos comunicacionais que dificultam o diálogo entre os diferentes setores,

dificultando o alcance de objetivos comuns, que é a permanência e o sucesso do aluno.

Acreditamos que unindo forças e entrelaçando saberes, poderemos vencer o desafio institucional de melhorar os indicadores educacionais do curso subsequente de Redes de Computadores, em especial no que se refere à baixa permanência escolar, indo ao encontro da constatação presente no Relatório do TCU (2012), que já alerta para alguns dados críticos no que se refere ao desempenho nos cursos subsequentes quanto à taxa de evasão (18,9%) e de concluintes (31,4%).

Percebe-se, pois, que estamos muito distantes de atingirmos a meta de 80% de taxa de conclusão até 2016, pelo acordo firmado entre os IF's. Pelos dados já exibidos no capítulo I, vimos também que a situação do câmpus SGA não é diferente. Por isso, é urgente em se pensar em estratégias e ações articuladas e interdisciplinares para se buscar garantir ao nosso estudante, não só o direito de acesso, mas principalmente de permanência escolar para a garantia do seu sucesso no curso escolhido. Nesse sentido, a seguir, propomos ações a serem desenvolvidas.

3.1.3. Proposições de Ações Intersetoriais

As ações que iremos apresentar, a seguir, são proposições que poderão contribuir com o trabalho intersetorial, mas ressaltamos que cabe somente aos setores envolvidos decidirem quais ações se aplicam à realidade escolar. Quando sugerimos o desenvolvimento de um trabalho intersetorial e multidisciplinar neste plano de intervenção, pensamos principalmente em três setores: Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, por compreender que são setores que estão diretamente imbricados no desenvolvimento de ações em prol da permanência do aluno.

Pensamos que as ações poderão acontecer em curto, médio e a longo prazos, uma vez que não é possível realizar tudo a um só tempo, dado à dinâmica institucional e do processo de implementação do plano.

Em curto prazo, poderão ser pensadas ações voltadas para sensibilização e mobilização dos setores prioritários para o envolvimento no projeto, bem como estabelecimento de uma sistemática de reuniões para estudar o presente projeto e

fazer as adaptações necessárias em conformidade com o pensamento das equipes e à realidade escolar.

Estabelecido o entendimento da formação da Equipe Multidisciplinar, cada setor irá continuar a realizar suas demandas, mas compartilhando com os setores envolvidos no projeto para que as ações estejam em consonância, bem como para que seja dado o feedback e que todos acompanhem os processos desenvolvidos em cada setor; esta prática será mais favorecida quando o software que propomos for implementado.

Outras ações, também, poderão ser realizadas em curto prazo, as quais já são inerentes a cada setor, como: atender individualmente o aluno; priorizar o acompanhamento aos alunos em situação de risco de retenção e evasão; ouvir os anseios do aluno e fazer os devidos encaminhamentos; chamar o aluno para conversar quando da constatação da sua infrequência nas aulas; participar das reuniões de grupos; participar e levar as demandas para a Reunião Sistemática com a Psicologia e o Serviço Social.

Em médio prazo, poderão ser desenvolvidas ações que venham a fortalecer o trabalho para favorecer a permanência do aluno no curso, ações cujo cunho seja na perspectiva de uma intervenção mais eficaz e direcionada para o problema, dentre elas podemos citar: realizar reuniões sistemáticas com as turmas em articulação com a coordenação de curso, Pedagogia, Serviço Social e Psicologia, conforme a necessidade circunstancial; analisar frequentemente os indicadores educacionais e propor estratégias de melhorias dos mesmos; analisar conjuntamente a Pedagogia, o Serviço social e a Psicologia dos requerimentos de trancamento, transferências internas e cancelamento de matrícula para emissão de pareceres e/ou intervenção pedagógica em alguns casos de possíveis retornos; realizar feedbacks das conversas com os alunos ao setor adequado; promover palestras sobre Orientação de estudos; promover conjuntamente com a Pedagogia, o Serviço Social e Psicologia encontros para discussão com os docentes acerca do perfil socioeconômico dos discentes ingressantes sempre ao início de cada semestre letivo; intensificar a divulgação das ações e serviços ofertados pelo Serviço Social; realizar rodas de conversa, a cada bimestre, com os discentes com fins de acompanhamento e de significar os vínculos, a partir das trocas de experiências e concepções sobre a importância social da escola, das relações estabelecidas nesse espaço, dos sentidos de pertencimento e participação, assim como das dificuldades

vivenciadas para a permanência; e por fim, discutir estratégias de enfrentamento do problema.

E em longo prazo, podem ser realizadas ações que tenham mais caráter de perspectiva de futuro do curso, bem como do trabalho da equipe Multidisciplinar, dentre elas, podemos citar: implementar o novo sistema acadêmico ou um módulo via SUAP; fazer o registro no novo sistema acadêmico das demandas ocorridas; levar as informações colhidas nas rodas de conversas para as reuniões sistemáticas entre os setores, que também servirão de base para as discussões nas reuniões pedagógicas semanais com os docentes coordenadas pela ETEP; desenvolver um plano estratégico para a ampla divulgação do curso; fomentar a elaboração de diretrizes educacionais pelo coletivo escolar para dar unidade às ações; e, Implementar ações e estratégias (inclusive conjuntamente com a ETEP, Serviço social e Psicologia) de favorecimento da permanência discente no *câmpus* SGA.

Abaixo, segue o quadro 12 com o resumo dessas ações Intersectoriais da Equipe Multidisciplinar, destacando as ações inerentes a cada setor.

Quadro 12 – Ações Intersectoriais da Equipe Multidisciplinar

Setor	Ações	Prazo para execução
Equipe Técnico-Pedagógica	Realizar reuniões sistemáticas com as turmas em articulação com a coordenação de curso, Serviço Social e Psicologia, conforme a necessidade circunstancial;	Médio prazo
	Atender individualmente o aluno;	Curto prazo
	Priorizar o acompanhamento aos alunos em situação de risco de retenção e evasão;	Curto prazo
	Ouvir os anseios do aluno e fazer os devidos encaminhamentos;	Curto prazo
	Acompanhar sistematicamente o Q-Acadêmico para o monitoramento de rendimento e infrequência;	Médio prazo
	Analisar frequentemente os indicadores educacionais e propor estratégias de melhorias dos mesmos;	Médio prazo
	Realizar formação continuada para os docentes;	Médio prazo
	Acompanhar o plano de aula do docente disponibilizado no Q-Acadêmico, observando se está consonância com plano de curso e com o PPC (Projeto Pedagógico de Curso);	Médio prazo
	Chamar o aluno para conversar quando da infrequência	Curto prazo

	discente;	
	Realizar as reuniões dos conselhos de classes;	Médio prazo
	Participar das reuniões de grupos;	Curto prazo
	Propor estratégias/ações para favorecer a permanência discente;	Médio prazo
	Realizar <i>feedbacks</i> das conversas com os alunos ao setor adequado;	Médio prazo
	Analisar conjuntamente com o Serviço social e Psicologia os requerimentos de trancamento, transferências internas e cancelamento de matrícula para emissão de pareceres e/ou intervenção pedagógica em alguns casos de possíveis retornos;	Médio prazo
	Diagnosticar por meio dos requerimentos as causas de desligamento e/ou evasão do curso;	Médio /longo prazo
	Participar e levar as demandas para a Reunião Sistemática com a Psicologia e a Serviço Social;	Curto prazo
	Fazer o registro no novo sistema acadêmico das demandas ocorridas.	Longo prazo
Psicologia	Realizar Orientação vocacional para egressos;	Longo prazo
	Promover palestras sobre Orientação de estudos;	Médio prazo
	Fazer visita <i>in lócus</i> a alunos, quando necessário, juntamente com o serviço social e/ou pedagogia;	Médio prazo
	Realizar atendimento individual quando da necessidade do aluno ou encaminhado por docentes, pedagogia ou assistência social;	Curto prazo
	Participar sempre que oportuno das reuniões sistemáticas de coordenadores, DIAC e ETEP;	Curto prazo
	Participar e levar as demandas para Reunião sistemática com a Equipe Técnico-Pedagógica e Serviço Social.	Curto prazo
	Fazer o registro no novo sistema acadêmico das demandas ocorridas.	Longo prazo
Assistência Social	Promover conjuntamente com a ETEP e Psicologia encontros para discussão com os docentes acerca do perfil socioeconômico dos discentes ingressantes sempre ao início de cada semestre letivo;	Médio prazo
	Intensificar a divulgação das ações e serviços ofertados pelo serviço social;	Médio prazo
	Acompanhar mensalmente a situação de infrequências de alunos junto à pedagogia, a fim de avaliar situações de potencial intervenção por parte do serviço social;	Médio prazo
	Realizar atendimento individual quando da percepção de dificuldades de ordem social e/ou econômica;	Curto prazo

	Realizar rodas de conversa, conjuntamente com a psicologia e pedagogia, a cada bimestre, com os discentes com fins de acompanhamento e de significar os vínculos, a partir das trocas de experiências e concepções sobre a importância social da escola, das relações estabelecidas nesse espaço, dos sentidos de pertencimento e participação, assim como das dificuldades vivenciadas para a permanência;	Médio prazo
	Levar as informações colhidas nas rodas de conversas para as reuniões sistemáticas entre os setores, que também servirão de base para as discussões nas reuniões pedagógicas semanais com os docentes coordenadas pela ETEP;	Longo prazo
	Fazer o registro no novo sistema acadêmico das demandas ocorridas.	Longo prazo
	Reunião sistemática com a Equipe Técnico- Pedagógica e a Psicologia;	Curto prazo
	Realizar encaminhamentos à rede sócioassistencial.	Curto/médio prazo

Compreendemos que apesar dos três setores supramencionados que comporão a Equipe Multidisciplinar são aqueles que têm uma ação mais voltada para o acompanhamento e assistência ao estudante, contribuindo dessa forma, efetivamente, para sua permanência escolar, outros setores e/ou profissionais, na instituição, também tem um papel fundamental que dão ou tem a função de dar suporte para o desenvolvimento do trabalho desses setores, quais sejam: a direção acadêmica, a secretaria escolar, a coordenação de curso e o professor, que acompanha cotidianamente o aluno. Por esta razão, também proporemos ações que tais setores poderão desenvolver e assim contribuir com a equipe multidisciplinar para o favorecimento da permanência do aluno.

A Direção Acadêmica tem um papel fundamental para a realização deste plano, no sentido de compreender sua importância para a instituição e servir de setor mobilizador para a realização do mesmo. Portanto, tal setor poderia realizar reunião para sensibilizar todos os setores ligados ao fazer pedagógico para a realização deste Plano de Intervenção; discutir estratégias de enfrentamento do problema, bem como fazer o acompanhamento das ações dos demais setores por meio de participação ativa nas reuniões ou por meio de relatórios.

A Coordenação de Curso poderia realizar ações em conjunto com a equipe multidisciplinar no sentido pensar ações e estratégias de favorecimento da

permanência, dentre elas: realizar conversas com docentes sobre alunos em situação de evasão e de baixo desempenho acadêmico; conversar com alunos em situação de situação de evasão e de baixo desempenho acadêmico e encaminhar ao setor mais adequado, conforme a situação encontrada; acompanhar a infrequência do aluno; criar uma fan page para divulgar o curso; participar e levar demandas para a reunião sistemática de coordenação de cursos, ETEP (Equipe Técnico-Pedagógica e DIAC (Diretoria Acadêmica), além de articular o desenvolvimento de um plano estratégico para divulgação do curso, dentre outras ações.

A Secretaria Acadêmica apesar de ser um setor voltado mais para procedimentos burocráticos, pode contribuir com o trabalho da equipe multidisciplinar no sentido de encaminhar à equipe os casos de solicitação de requerimento de trancamento, transferências internas e cancelamento de matrícula para emissão de pareceres para que estes setores passem a diagnosticar as causas que levam o aluno a fazer o desligamento do curso, além disso o setor pode contribuir alimentando o novo sistema acadêmico/ banco de dados naquilo que lhe compete.

E por fim o professor, que tem um papel fundamental por estar cotidianamente com o aluno, e poderá ser um elo entre a Equipe e o estudante. Nesse sentido poderá desenvolver ações, como: conversar com aqueles alunos em possível situação de risco de evasão e encaminhá-los para o setor mais apropriado com a questão do aluno, bem como informar à Pedagogia e à coordenação de curso os casos de alunos com baixo rendimento escolar e com infrequência elevada.

Abaixo, segue um quadro resumo (Quadro 13) com as ações supracitadas destacando qual setor será responsável por cada uma, bem como o tempo de desenvolvimento das mesmas.

Quadro 13- Ações de Setores de Apoio à Equipe Multidisciplinar

Setor	Ações	Prazo para execução
Diretoria Acadêmica	Sensibilizar todos os setores ligados ao fazer pedagógico para a realização de um trabalho articulado para o fomento da permanência discente, estabelecendo a formação da equipe interdisciplinar;	Curto prazo

	Fomentar a elaboração de diretrizes educacionais pelo coletivo escolar para dar unidade às ações;	Longo prazo
	Apresentar os indicadores educacionais do curso de Redes de computadores para todos os setores envolvidos na ação;	Médio prazo
	Discutir estratégias de enfrentamento do problema;	Médio prazo
	Participar e levar demandas para as reuniões sistemáticas;	Curto prazo
	Fazer o acompanhamento das ações dos demais setores por meio de participação ativa nas reuniões ou por meio de relatórios.	Médio prazo
Coordenação de curso	Acompanhar a infrequência do aluno;	Curto prazo
	Realizar as reuniões de grupos;	Curto prazo
	Implementar ações e estratégias (inclusive conjuntamente com a ETEP, Serviço social e Psicologia) de favorecimento da permanência;	Médio/longo prazo
	Criar uma <i>fan page</i> e vídeo para divulgar o curso de Redes;	Médio prazo
	Realizar Seminário de Integração no início do curso para motivar o aluno;	Médio prazo
	Realizar conversas com docentes sobre alunos em situação de evasão e de baixo desempenho acadêmico;	Curto prazo
	Conversar com alunos em situação de situação de evasão e de baixo desempenho acadêmico e encaminhar ao setor mais adequado, conforme a situação encontrada;	Curto prazo
	Participar e levar demandas para a reunião sistemática de coordenação de cursos, ETEP (Equipe Técnico-Pedagógica e DIAC (Diretoria Acadêmica).	Curto prazo
	Articular o desenvolvimento de um plano estratégico para divulgação do curso	Longo prazo
Professor	Conversar com aqueles alunos em possível situação de risco de evasão e encaminhá-los para o setor mais apropriado com a questão do aluno;	Curto prazo
	Informar à Pedagogia e à coordenação de curso os casos de alunos com baixo rendimento escolar e com infrequência elevada.	Médio prazo
Secretaria	Alimentar o novo sistema acadêmico/ banco de	Longo

Acadêmica	dados naquilo que lhe compete;	prazo
	Encaminhar a Direção Acadêmica, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social os casos de solicitação de requerimento de trancamento, transferências internas e cancelamento de matrícula para emissão de pareceres.	Médio prazo

Como já foi referido anteriormente, além dessas ações intersetoriais e multidisciplinares, compreendemos que seria importante a construção e desenvolvimento de um software que pudesse dar mais suporte ao trabalho da Equipe Multidisciplinar fornecendo informações para favorecer ações voltadas à permanência escolar.

Nesse sentido, no item a seguir, iremos propor possíveis sinalizações para a construção e implementação desse *software* no câmpus SGA.

3.1.4. Possíveis sinalizações para a construção e implementação do Sistema de Informações/banco de dados

Diante da necessidade de se dispor de mecanismos para monitoramento do desempenho acadêmico dos alunos, propomos a criação de um sistema de computacional que forneça informações para a construção de um banco de dados da vida do aluno, que sirva como uma interface de gestão pedagógica e não administrativa, a exemplo do sistema acadêmico já existente na instituição.

Com este sistema de gestão, objetiva-se que o mesmo forneça informações numa perspectiva longitudinal e que seja possível de antever o movimento de aluno em risco de evasão escolar. Compreende-se que ao longo do processo, o aluno já demonstra sinais de intenção de permanência ou não no curso e que por isso justifica-se a implementação desse sistema para consolidar os dados e focar nas fragilidades e sinais apresentados pelos alunos e buscar ações e estratégias para a permanência dos mesmos, dotando o processo de agilidade, uniformidade e eficiência.

Inicialmente, a instituição deverá estudar a viabilidade do projeto, no tocante aos custos para construção e manutenção desse programa, bem como para

capacitação dos servidores que serão envolvidos no projeto. O estudo deverá prevê a fonte dos recursos e as etapas para execução do mesmo.

Entendemos que o IFRN tem profissionais qualificados na área de tecnologia, bem como infraestrutura e equipamentos necessários ao desenvolvimento do software, que não exigiria grande mobilização financeira e de pessoal para viabilização do sistema.

Feito isso, a etapa seguinte seria consultar os profissionais dos setores que irão trabalhar articuladamente e que utilizarão tal programa para apontar os aspectos relevantes que deverão constar no *software*, com isso pretende-se favorecer a adesão dos profissionais envolvidos, uma vez que todos sentirão partícipes do projeto e assim contribuirá com o fortalecimento das ações em conjunto. Além disso, na medida do possível, o sistema deverá contemplar particularidades e necessidades dos setores. Vale salientar que uma possibilidade de organização do software seria uma interface com o sistema SUAP já existente na instituição. Como este sistema já é institucional, poderia apenas construir um módulo que atendesse as necessidades desse projeto.

O importante é que o sistema subsidie as ações de monitoramento do desempenho acadêmico, favorecendo o acompanhamento ao longo do tempo da trajetória acadêmica do aluno no câmpus SGA/IFRN, bem como no julgamento e avaliação das ações realizadas pelos setores envolvidos.

A ideia da construção deste sistema deu-se, dentre outros motivos, pelo fato de que seja um programa de fácil manuseio, sem muita sofisticação tecnológica, pois o que se percebeu na pesquisa *in lócus* é que o sistema acadêmico existente sofre muitas críticas pelos setores que trabalham cotidianamente com ele por apresentar dificuldade de fornecer determinadas informações que são solicitadas, ocasionando dificuldades no desenvolvimento de ações de acompanhamento e monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes por alguns setores. Muito embora, o IFRN promova cursos de capacitação para os servidores de manuseio do sistema, mas ainda assim, eles criticam tanto pela dificuldade de utilização como também por algumas limitações do *software*.

Abaixo, apresentamos um quadro resumo (Quadro 14) com uma proposição de etapas e ações de implementação do programa.

Quadro 14 - Etapas e ações de implementação do software.

Etapas	Ações
Parecer institucional sobre a execução do projeto	Decidir sobre a construção do sistema computacional de acompanhamento da trajetória acadêmica do aluno.
Estudo de viabilidade	Definir custos e investimentos; estabelecer cronograma de execução e implementação do programa; viabilizar responsáveis.
Consulta aos profissionais	Discutir indicadores de monitoramento, características do programa e interface com o sistema existente.
Construção do <i>software</i>	Elaborar o programa e planejar sua manutenção.
Projeto Piloto	Testar de modo experimental somente com o curso de Redes de Computadores durante um semestre.
Aperfeiçoamento Inicial	Aperfeiçoar o programa se preciso for, a partir da experiência piloto.
Treinamento dos profissionais	Promover curso de capacitação aos profissionais envolvidos para utilização satisfatória do programa.
Implementação do sistema	Implementar o programa gradualmente em todos os cursos do <i>campus</i> .
Avaliação do programa	Avaliar a efetividade do programa para possíveis ajustes e aperfeiçoamentos.

Fonte: Baseado em: RAMALHO, L.E.G. Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma instituição de Ensino Profissional, 2013.

Com a proposição deste programa que é parte integrante deste plano de intervenção ora proposto nesta dissertação, objetiva ir ao encontro do que o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRN (PDI 2009-2014) prega como uma de suas ações de ensino, qual seja: “**Realizar o acompanhamento e o aperfeiçoamento contínuo do currículo e do processo ensino-aprendizagem**” (IFRN, 2009, p. 27), objetivando: “Aumento significativo da relação concluintes/ingressantes das ofertas educacionais, com elevação da taxa de conclusão média dos cursos; Redução da reprovação e da evasão escolar” (p.26); bem como da Organização Didática que afirma que um dos princípios do IFRN é a “democratização do acesso e **garantia de permanência e da conclusão dos estudantes com sucesso**, na perspectiva de uma educação de qualidade socialmente referenciada” (IFRN, 2012, p.09) (**grifos nossos**).

O programa deve contemplar aspectos quantitativos e qualitativos para o monitoramento da trajetória estudantil, bem como gerais e específicos de cada turma e de cursos, de modo que seja possível fornecer relatórios estatísticos do

desempenho acadêmico, assim como dos processos em andamento ou finalizados de trancamento, cancelamento, transferências etc., sempre que necessário, aos profissionais envolvidos. Além disso, deve conter campos para preenchimento de registros de impressões, de análises contextuais e inferências.

Com isso, objetiva diagnosticar os motivos que levam o aluno a permanecer ou a evadir-se da instituição, bem como perceber indícios de possível evasão escolar e, antecipadamente, agir junto aos segmentos vulneráveis e assim poder implementar estratégias e ações que favoreçam a permanência do aluno.

Vale ressaltar que a alimentação do programa poderá ser feito pelos profissionais envolvidos, como também por estagiários de cada setor, já que demandará certo tempo para mantê-lo sempre atualizado. Vale ressaltar, ainda, que se deve ter muito cuidado com a utilização dessas informações no tocante às questões éticas, de modo que sejam resguardadas com muito sigilo para não expor o aluno a nenhuma situação de constrangimento.

Por fim, queremos enfatizar que não se pretendeu esgotar todas as possibilidades de planejamento de construção e execução do projeto, pois acreditamos que cabe somente à instituição pensar coletivamente em todos os vieses e possibilidades para realização do mesmo e sentir-se coautores de tal projeto.

3.2. CUSTOS DAS AÇÕES

A implementação deste Plano de Intervenção não desencadeará praticamente nenhum impacto financeiro ao câmpus São Gonçalo do Amarante/IFRN, uma vez que para implementação tanto das ações conjuntas entre os setores (item 3.1.3), que não necessitará de nenhum recurso financeiro a mais do que cada setor já utiliza para sua manutenção, tendo em vista ser uma questão de ordem organizacional do fazer dos setores, quanto da construção do software de monitoramento (item 3.1.4), acreditamos que não seja necessário recursos a mais, uma vez que como um dos eixos tecnológicos do campus conta professores na área da Tecnologia da Informação e Comunicação, entendemos que os mesmos juntamente com os profissionais do setor de T.I (Tecnologia da Informação) poderão construir o sistema computacional sem gerar ônus a instituição. E se os setores

decidirem por utilizar o próprio SUAP, no qual será acrescentado um módulo, o instituto conta com profissionais de T.I, que são responsáveis em viabilizar este tipo de demanda.

De todo modo, feito o estudo de viabilidade, e caso venha necessitar de algum recurso extra, o estudo deverá ser apresentado ao diretor geral, apontando os benefícios que poderá trazer para o ensino-aprendizagem e dessa forma, justificar a importância de se prevê no orçamento do *câmpus* para a realização do projeto. No tocante aos recursos para pagamento de estagiários para alimentação do programa, não será um gasto a mais, uma vez que os setores envolvidos no projeto já dispõem desses colaboradores.

Portanto, é um projeto de fácil implementação no tocante aos aspectos financeiros; entretanto, acreditamos que os maiores obstáculos para efetivação do mesmo se darão quanto ao desafio para os profissionais de trabalhar articuladamente, por não se tratar de tarefa fácil, uma vez que será preciso romper com paradigmas já por tempos cristalizados no fazer de cada profissional e de cada setor, ainda que os profissionais acreditem que seja o melhor caminho. Logo, isso deverá ser o maior desafio deste projeto de intervenção para ser desenvolvido no *câmpus* SGA.

3.3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que motivou o estudo sobre a temática da permanência escolar foi a tentativa de se compreender os fatores que estão imbrincados nesse fenômeno e assim também poder compreender o outro “lado da moeda” que é a evasão escolar, fenômeno ainda muito presente na educação brasileira, apesar de muitas políticas voltadas para a superação desse problema educacional.

Do mesmo modo, como este fenômeno está presente na educação em geral, justifica-se a importância desta investigação na educação técnica profissional, uma vez que também tal preocupação surge nessa modalidade de ensino na medida em que acontece a expansão dos institutos federais. Com isso não estamos afirmando que o problema se dá em decorrência dessa expansão, pelo contrário, somos a favor da expansão como via de democratização dessa modalidade de ensino, no entanto, na medida em que se expande, algumas questões, também, ficam em mais

evidência, como a questão da permanência versus evasão escolar e foi isso que motivou esta pesquisa.

Esta é uma questão que não pode ser vista de modo simplista ou generalista, pois compreendemos que existem processos muito complexos envolvidos na trajetória juvenil que podem favorecer ou dificultar a permanência do jovem na escola. Acreditamos que por meio das discussões levantadas, alcançamos ao longo dos três capítulos os objetivos propósitos neste trabalho de pesquisa.

No primeiro capítulo, descrevemos os aspectos centrais que permearam este estudo de caso, que se trata da discussão em torno dos fatores de permanência escolar no curso de Redes de Computadores, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, Câmpus São Gonçalo do Amarante – SGA, apresentando os elementos principais para a discussão abordada.

No segundo capítulo, apresentamos o referencial teórico que discutiu a questão da permanência e da evasão escolar na Educação Básica e no universo da Educação Técnica Profissional, focando numa escola técnica profissional, no caso Câmpus São Gonçalo do Amarante/IFRN; neste mesmo capítulo, explicitamos os caminhos metodológicos que percorremos na pesquisa, destacamos os sujeitos participantes, instrumentos utilizados, e ainda, analisamos e interpretamos os dados à luz do referencial teórico empregado na pesquisa, procurando responder a pergunta que motivou o trabalho: quais fatores favorecem a permanência do aluno no curso de Redes de computadores, no IFRN, *câmpus* SGA?

E no terceiro e último capítulo, que se caracteriza como propositivo, apresentamos alguns pressupostos básicos que norteará um futuro trabalho de Ações Articuladas por uma Equipe Multidisciplinar que deverá ser formada para o desenvolvimento do Plano de Intervenção proposto a fim de contribuir com elucidações do fenômeno na realidade pesquisada.

Ressaltamos que as premissas discutidas e a implementação de um Plano de Ações Articuladas, bem como a criação de um sistema computacional/banco de dados podem ou não serem aceitas pela comunidade escolar, tendo apenas o caráter de recomendação.

A pesquisa teve alguns aspectos facilitadores, como a escolha do seu principal *lôcus*, por ser o local de trabalho da pesquisadora, isso facilitou o acesso ao universo de análise. Outro aspecto favorável foi a delimitação do estudo (análise temporal e seleção de apenas um curso da instituição). E por fim, acreditamos que a

utilização do método da entrevista contribuiu muito para a elucidação de vários aspectos relevantes sobre a questão em estudo, pois facilita a obtenção de informação com mais precisão do que outros meios por estar face a face com o entrevistado. Os aspectos citados foram de suma importância para a concretização dos objetivos e alcance dos resultados, tornando a pesquisa possível.

Também enfrentamos empecilhos para a realização desta pesquisa, como: dificuldades de obtenção de alguns indicadores, assim como inconsistência dos mesmos, em especial em um dos *campi*. Outra dificuldade foi contactar alguns alunos para aplicação de questionários por ser também de outro *campi* e que já havia concluído o curso, não se encontravam mais na escola. Além disso, tivemos que discutir o assunto baseado na maioria das vezes no referencial teórico do contexto da educação básica e superior, uma vez que ainda tem muito pouca literatura referente à educação técnica profissional, principalmente quanto ao assunto estudado. Nesse sentido, muitas pesquisas na área poderão ser realizadas, ou seja, é ainda uma área e um assunto muito profícuos para futuros estudos, uma vez que este não teve a pretensão de esgotar-se por aqui.

Como resultados dessa investigação, constatamos que os fatores que favorecem ou dificultam a permanência escolar estão intimamente relacionados aos aspectos internos às instituições, como vimos na literatura utilizada, principalmente nos estudos de Dore e Soares (2011), que se apoiam em Rumberger (2004, *apud* DORE E SOARES, 2011). Os estudos desses autores evidenciaram a existência de duas dimensões que estão associadas com a permanência ou evasão do aluno da/na escola: a individual e a institucional. Nesta pesquisa, os aspectos mais destacados pelos diferentes atores investigados foram aqueles internos à Instituição. Questões de ordens externas, praticamente, não foram dimensionadas. Fatores como: o perfil/desempenho do corpo discente, os recursos e estruturas físicas escolares, os processos e as práticas pedagógicas foram enfatizados como sendo de relevância para a permanência do aluno na escola.

É importante destacar que a instituição já desenvolve algumas estratégias para contribuir com a permanência do aluno na escola, mas apesar disso não tem sido suficiente e vem apresentando altos índices de evasão, principalmente nos cursos subsequentes e, em especial, no Curso de Redes de Computadores.

Por fim, com a proposição tanto do plano de ações articuladas da equipe multidisciplinar como a criação do sistema computacional para a construção de um banco de dados sobre o curso, acreditamos que será dado um passo importante para se pensar em intervenções concretas no sentido de favorecer a permanência escolar no Curso de Redes de Computadores do *Câmpus* São Gonçalo do Amarante/IFRN, no intuito final de reduzir os altos índices de evasão que vem ocorrendo nele, e também em outros, afinal a ideia pode se estender para toda a escola e quiçá para todo o Instituto, pois acreditamos que todos sairão ganhando com a implementação dessa intervenção pedagógica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. P.; VELOSOS, T. C. M. A. Evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, *Campus* Universitário de Cuiabá. **Um processo de exclusão**. 2002.

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e evadidos nos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br; Acesso em: 15/05/13.

ARROYO, Miguel G. **Fracasso/Sucesso**: um pesadelo que perturba nossos sonhos. Em Aberto, Brasília, v. 17, nº 71, jan. 2000. Disponível em: www.emaberto.inep.gov.br; Acesso em: 12/01/2014.

BRASIL. **Decreto nº 2208/04**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; revogado pelo Decreto 5154/04. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto>>. Acesso em: 20 de Set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5154/04**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto>>. Acesso em: 20 de Set. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 7.566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto>>. Acesso em: 20 de ago. 2012.

BRASIL. **Decreto nº 6095**, 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília/DF. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br> Acesso em: 19 de agosto de

2012.

BRASIL. **Lei N.378**, de 13 de Janeiro de 1937. Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Brasília/DF. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>.

Acesso em: 20-08-12.

BRASIL. **Lei nº 11982**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto>>. Acesso em: 20 de ago.

BRASIL. **Lei nº 8.948**, de 08 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br> Acesso em:19 de ago. de 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal**: concepção e diretrizes. Brasília, 2008.

BRASIL. Projeto de Lei nº 8.035/2010. Dispõe do **PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020**. Disponível em: portal.mec.gov.br; Acesso em: 10/11/13.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão Escolar**: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar. Disponível em

http://w.ww.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf. Acesso

DORE SOARES, Rosemary. **Ensino Técnico no Brasil**: 90 anos de Escolas Técnicas Federais. Universidade e sociedade (ANDES), Brasília, v.18, 1999.

DORE SOARES, Rosemary. **Gramsci e o debate sobre a Escola Pública no Brasil**. Caderno Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 329-352, set./dez. 2006.

Disponível em: www.scielo.br; Acesso em: 25/01/13.

DORE, R.; LÜSCHER, A. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Caderno de Pesquisa. vol.41 nº.144, São Paulo Sept./Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br>; Acesso em: 10/01/14.

GOLDEMBERG, Miriam. A arte de pesquisar: **como fazer pesquisa qualidade em Ciências Sociais**. 3ª ed., editora: Record, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Educação e Deslocamento: resultados da amostra. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br; Acesso em: 15/12/13.

IFPB. **Portal on line do Instituto Federal da Paraíba**. Disponível em: www.ifpb.edu.br. Acesso em : 15 de agosto de 2012.

IFRN. **Organização Didática do IFRN**. Ano 2012. Disponível em: www.ifrn.edu.br; Acesso em: 15/05/13.

IFRN. **Portal on line do Instituto Federal do Rio Grande do Norte**. Disponível em: www.ifrn.edu.br. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

IFRN. **Projeto de Desenvolvimento Institucional-PDI- 2009-2014**; Disponível em: www.ifrn.edu.br. Acesso em: 15 de nov. de 2013.

IFRN. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Redes de Computadores na forma subsequente, na modalidade presencial**. 2011. Disponível em: www.ifrn.edu.br; Acesso em: 15/04/13.

IFRN. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva**, 2012. Disponível em: www.ifrn.edu.br; Acesso em: 15/05/13.

INEP. **Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.
MARCONI, M. A. M; LAKATOS, E. M; **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo, Atlas, 2010.

LÜCHER A.; DORE, S. **Política educacional no Brasil: educação técnica e evasão escolar**. RBPG, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147 - 176, dezembro 2011. Disponível em: Disponível em: <http://www.scielo.br>; Acesso em: 10/01/14.

LUDKE, M; ANDRÉ M. E. D. A. **Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso** IN: Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Disponível em: www.fae.unicamp.br/revista; Acesso em: 05/01/2014.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. **Política social e intersectorialidade: consensos teóricos e desafios práticos**. SER Social, Brasília, v. 12, n. 26, p. 200-220, jan./jun. 2009. Disponível em: www.seer.bce.unb.br; Acesso em: 15/03/14.

NERI, M. C. **Motivos da Evasão Escolar**. Fundação Getúlio Vargas (FGV). Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

O. M. MEDEIROS NETA, J. M. NASCIMENTO e A. G. F. RODRIGUES. **Uma Escola Para Aprendizizes Artífices e o Ensino Profissional Primário Gratuito. Núcleo de Pesquisa em Educação** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Revista digital Holos. Disponível em: www.ifrn.edu.br Acesso em: 22 agosto de 2012 .

OLIVEIRA, V.S; SILVA, R. F. **Ser Bacharel e Professor: Dilemas na Formação de Docentes para a Educação Profissional e Ensino Superior.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012. Revista Eletrônica HOLOS, Ano 28, Vol 2. Disponível em: www.ifrn.edu.br; Acesso em:12/02/14.

PAIXÃO, E. L. **Transição de egressos evadidos e diplomados da Educação profissional técnica para o mundo do Trabalho: situação e perfis ocupacionais de 2006 a 2010.** Tese de doutorado pela Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, L.C.B. **Estratégias e Estrutura para um Novo Estado**, 1997, p. 25/26.Revista de Economia, vol. 17, nº 3 (67), julho-setembro de 1997. Disponível em: <http://www.scholar.google.com.br>; Acesso em: 10/05/2014.

PORTAL DA PREFEITURA DE PARNAMIRIM. Disponível em: www.parnamirim.rn.gov.br; Acesso em: 01/05/2014.

PORTES, A. Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. **In: Sociologia, Problemas e Práticas. N.33 Oeiras, set. 2000.** Departamento de Sociologia, Universidade de Princeton, Princeton, New Jersey 08540. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=s087365292000000200007&script=sci_arttext ; Acesso em: 10/05/14.

RAMALHO, L.E.G. Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma instituição de Ensino Profissional. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de fora. 2013.

SANTOS, M.J.C., POUCHAIN, J. F. Evasão Escolar no Ensino Médio Noturno: **Um Estudo de caso na escola de Ensino Fundamental e Médio Prof. Jáder Moreira de Carvalho.** Revista do Mestrado Profissional em Planejamento em Políticas Públicas. Ano: s/d. Disponível em: www.seer.uece.br; Acesso em: 20/05/13.

SILVA et al. **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação**

docente. IX Congresso de Educação Nacional de Educação/III Encontro Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, PUCPR. Disponível em: <http://www.pucpr.br>; Acesso em: 15/12/13.

SOARES, T. M. (Coord.). **Determinantes do abandono escolar do Ensino Médio pelos jovens do Estado de Minas Gerais**. Relatório da Pesquisa sobre Evasão Escolar (PSAE): Fase quantitativa. Coordenação de pesquisa: Linha de investigação 2. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Financiamento: Instituto Unibanco, 2010.

TIBA, Içami. **Ensinar Aprendendo**: novos paradigmas na educação; 18 ed. Ver. e atual. São Paulo: Integrare Editora, 1996.

APÊNDICE A

ROTEIROS DE ENTREVISTAS

A. Entrevista com o aluno em curso/não evadido

PARTE 1 – Dados do entrevistado

1. Qual a sua idade? _____
2. Sexo: () F () M
3. Onde você mora? Zona urbana () zona rural ()
4. Atualmente você: (ler as opções)
() só estuda () trabalha e estuda Outra atividade? _____
5. Faz outro curso, além do de Redes de computadores?
() sim () não
6. Em qual turno você cursa Redes de Computadores?
() manhã () tarde () noite

PARTE 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

1. Por que você escolheu o curso Redes de Computadores?
2. Quais os principais motivos que você considera importantes para sua permanência no curso?
3. Quais as principais dificuldades que você enfrenta na realização do curso?
4. Em sua opinião o que deveria melhorar no curso de Redes de Computadores?
5. Em sua opinião, o que a escola faz para favorecer a permanência do aluno na escola?

Grata pela colaboração!

B. Entrevista com os professores do Ensino Médio técnico subsequente do curso de Redes de Computadores

PARTE 1 – Dados do entrevistado:

Cargo ou Função: _____

Sexo: () masculino () feminino

Tempo de experiência no magistério: _____

Tempo de experiência nesta instituição: _____

Grau de escolaridade: _____

PARTE 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

- 1. Qual sua opinião com relação às taxas de evasão no curso subsequente de Redes de Computadores?**
- 2. Em sua opinião, quais fatores têm favorecido para compor esse alto índice de evasão no Curso Subsequente de Redes de Computadores?**
- 3. Quais os principais motivos que você considera importantes para a permanência do aluno no curso?**
- 4. Quais as principais dificuldades que você percebe que o aluno enfrenta na realização do curso?**
- 5. Quais os fatores que devem ser melhorados dentro do IFRN, *Câmpus SGA/PAR* para a permanência do aluno no curso?**
- 6. Em sua opinião, o que a escola faz para favorecer a permanência do aluno na escola?**

Obrigada pela colaboração!!!

C. Entrevista com o Coordenador de Curso

PARTE 1 – Dados do entrevistado:

Cargo ou Função: _____

Sexo: () masculino () feminino

Tempo de experiência no magistério: _____

Tempo de experiência nesta instituição: _____

Grau de escolaridade: _____

PARTE 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

1. Qual sua opinião com relação às taxas de evasão no curso subsequente de Redes de Computadores?
2. Em sua opinião, quais fatores têm favorecido para compor esse alto índice de evasão no Curso Subsequente de Redes de Computadores?
3. Quais os principais motivos que você considera importantes para a permanência do aluno no curso?
4. Quais as principais dificuldades que você percebe que o aluno enfrenta na realização do curso?
5. Quais os fatores que devem ser melhorados dentro do IFRN, *Câmpus SGA/PAR* para a permanência do aluno na escola?
6. Em sua opinião, o que a escola faz para favorecer a permanência do aluno na escola?

Grata pela colaboração.

D. Entrevista com o Diretor Acadêmico

PARTE 1 – Identificação/Dados do entrevistado:

Cargo ou Função: _____

Sexo: () masculino () feminino

Tempo de experiência no magistério: _____

Tempo de experiência nesta instituição: _____

Grau de escolaridade: _____

PARTE 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

1. Qual sua opinião com relação às taxas de evasão no curso subsequente de Redes de Computadores?
2. Em sua opinião, quais fatores têm favorecido para compor esse alto índice de evasão no Curso Subsequente de Redes de Computadores?
3. Quais os principais motivos que você considera importantes para a permanência do aluno no curso?
4. Quais as principais dificuldades que você percebe que o aluno enfrenta na realização do curso?
5. Quais os fatores que devem ser melhorados dentro do IFRN, *Câmpus SGA/PAR* para a permanência do aluno na escola?
6. Em sua opinião, o que a escola faz para favorecer a permanência do aluno na escola?

Grata pela colaboração.

E. Entrevista com um membro da Equipe Técnico-Pedagógica

PARTE 1 – Dados do entrevistado:

Cargo ou Função: _____

Sexo: () masculino () feminino

Tempo de experiência no magistério: _____

Tempo de experiência nesta instituição: _____

Grau de escolaridade: _____

PARTE 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

1. Qual sua opinião com relação às taxas de evasão no curso subsequente de Redes de Computadores?
2. Em sua opinião, quais fatores têm favorecido para compor esse alto índice de evasão no Curso Subsequente de Redes de Computadores?
3. Quais os principais motivos que você considera importantes para a permanência do aluno no curso?
4. Quais as principais dificuldades que você percebe que o aluno enfrenta na realização do curso?
5. Quais os fatores que devem ser melhorados dentro do IFRN, *Campus SGA/PAR* para a permanência do aluno na escola?
6. Em sua opinião, o que a escola faz para favorecer a permanência do aluno na escola?

Grata pela colaboração.

APÊNDICE B

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Questionário aplicado ao aluno em curso/não evadido

PARTE 1 – Dados do entrevistado

1. Qual a sua idade? _____
2. Sexo: () F () M
3. Onde você mora? Zona urbana () zona rural ()
4. Atualmente você: (ler as opções)
() só estuda () trabalha e estuda Outra atividade? _____
5. Faz outro curso, além do de Redes de computadores?
() sim () não
6. Em qual turno você cursa Redes de Computadores?
() manhã () tarde () noite

PARTE 2 – Opinião do entrevistado sobre algumas questões do fenômeno da pesquisa

6. Por que você escolheu o curso Redes de Computadores?
7. Quais os principais motivos que você considera importantes para sua permanência no curso?
8. Quais as principais dificuldades que você enfrenta na realização do curso?
9. Em sua opinião o que deveria melhorar no curso de Redes de Computadores?
10. Em sua opinião, o que a escola faz para favorecer a permanência do aluno na escola?

Grata pela colaboração!

APÊNDICE C

Matriz Curricular do Curso de Redes de Computadores do IFRN

DISCIPLINAS	Número de aulas semanal por Série / Semestre				Carga-horária total	
	1º	2º	3º	4º	Hora/aula	Hora
Núcleo Fundamental						
Língua Portuguesa	4				80	60
Matemática	4				80	60
Subtotal de carga-horária do núcleo fundamental					160	120
Núcleo Articulador						
Informática Básica	4				80	60
Sociologia do Trabalho			2		40	30
Qualidade de Vida e Trabalho	2				40	30
Gestão Organizacional				2	40	30
Inglês Técnico		4			80	60
Planejamento e Projeto de Redes				6	120	90
Introdução a Redes de Computadores	2				40	30
Subtotal de carga-horária do núcleo articulador					440	330
Núcleo Tecnológico						
Eletricidade	4				80	60
Eletrônica Digital		4			80	60
CAD				2	40	30
Algoritmos		4			80	60
Arquitetura TCP/IP		4			80	60
Introdução a Sistemas Abertos		4			80	60
Cabeamento Estruturado e Redes de Acesso			4		80	60
Interconexões de Redes			4		80	60
Programação para Redes			4		80	60
Administração de Sistemas Abertos			6		120	90
Programação Web				2	40	30
Gerência e Segurança de Redes				4	80	60
Administração de Sistemas Proprietários				4	80	60
Subtotal de carga-horária do núcleo tecnológico					1.000	750
Total de carga-horária de disciplinas					1.600	1.200
PRÁTICA PROFISSIONAL						
Desenvolvimento de Projeto Integrador				60		
Estágio Curricular Supervisionado: Relatório			340			
Total de carga-horária de prática profissional					533	400
SEMINÁRIOS CURRICULARES (obrigatórios)						
Seminário de Integração Acadêmica	10				13	10
Seminário de Iniciação à Pesquisa		30			40	30
Seminário de Orientação para a Prática Profissional			15	15	40	30
Total de carga-horária dos Seminários Curriculares					93	70
TOTAL DE CARGA-HORÁRIA DO CURSO					2.226	1.670

Fonte: PPC do Curso de Redes de Computadores, 2012.